

**UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

Departamento de Economia e Contabilidade

Departamento de Estudos Agrários

Departamento de Estudos da Administração

Departamento de Estudos Jurídicos

CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO

VALDENIR JOSÉ DOTTO

**A DINÂMICA TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO EM ÂMBITOS
ESPACIAIS PERIFÉRICOS: a trajetória de desenvolvimento do município de Doutor
Maurício Cardoso - RS**

Ijuí – RS

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VALDENIR JOSÉ DOTTO

**A DINÂMICA TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: a trajetória de
desenvolvimento do município de Doutor Maurício Cardoso (RS)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania – Mestrado, Área de concentração: Gestão de Organização e Desenvolvimento, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, para obtenção da Titulação de Mestre em Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Valdir Roque Dallabrida

Ijuí (RS)

2008

UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento – Mestrado

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação

**A DINÂMICA TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO EM ÂMBITOS
ESPACIAIS PERIFÉRICOS: a trajetória de desenvolvimento do município de Doutor
Maurício Cardoso - RS**

elaborada por

VALDENIR JOSÉ DOTTO

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida (UNIJUÍ): _____

Prof. Dr. Vilmar Antônio Boff (URI): _____

Prof. Dr. Davi Basso (UNIJUÍ): _____

Ijuí (RS), 27 de Outubro de 2008

DEDICATÓRIA

Para toda a família, meus pais, irmãos,
ao Kauã e amigos pelos momentos de
desatenção, pelas horas de estudo e
trabalho as quais deixamos
de compartilhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar força, equilíbrio, saúde e por ter me protegido em diversos momentos da trajetória deste estudo.

Aos meus familiares Vânia, Theylor e Tales, meus pais e irmãos, um agradecimento especial pela compreensão e apoio que me dedicaram para esta substantiva conquista;

Aos meus colegas professores, funcionários e Direção da Escola Estadual de Educação Básica Doutor Maurício Cardoso e Colégio Cristo Rei de Horizontina, pelas palavras de entusiasmo e companheirismo;

A todas as instituições e pessoas que deram substantiva contribuição para a realização deste estudo;

À comunidade de Esquina Londero pela sua capacidade organizativa, pelo exemplo de luta em prol da agricultura familiar e dos movimentos sociais, pela dinâmica empreendida em busca de alternativas inovadoras que muito tem contribuído para a realização deste trabalho, estendo a minha gratidão;

Aos Professores do Mestrado em Desenvolvimento, em especial ao Professor e orientador Dr. Valdir Roque Dallabrida, pela atenção dispensada;

A todos os colegas de curso do Mestrado em Desenvolvimento, em especial, aos colegas Jasiel e Josiane pela amizade conquistada nestes anos de estudo e pesquisa;

Enfim, a todos que de alguma forma fizeram parte desta história e contribuíram para que o meu sonho se materializasse, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

Face ao acelerado processo de avanço da globalização, surge a necessidade de analisar e compreender a dinâmica territorial do desenvolvimento, em âmbitos espaciais periféricos. Nessa perspectiva, o trabalho tem como objetivo: 1) fazer a reconstituição histórica do município de Doutor Maurício Cardoso, destacando a relação do Estado e de empresas privadas, no que diz respeito aos respectivos interesses quanto ao processo de ocupação e formação sócio-espacial regional, evidenciando o contexto político interno e externo, que influenciaram na formação socioeconômica, assim como evidenciar as diferentes fases que marcaram e caracterizaram os principais momentos da trajetória histórica; 2) contemplar, também, a identificação e análise das principais iniciativas empreendidas, bem como se articularam as instituições e atores locais para sua efetivação e eficácia, vistas a partir dos princípios da sustentabilidade socioeconômica e ambiental; 3) identificar os fatores limitadores e perspectivas de desenvolvimento desses espaços, referenciadas na visão de alguns autores, na expectativa de contribuir para explicar a dinâmica empreendida no processo de formação sócio-territorial, nas últimas décadas. A metodologia prevê o recorte temporal, identificando três fases, além de os principais momentos e iniciativas que marcaram o processo de desenvolvimento de doutor Maurício Cardoso. Do ponto de vista de seus objetivos, tem caráter de uma pesquisa exploratória que envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas locais e especialistas, tendo a forma de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso. Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, se constitui numa pesquisa qualitativa, pois trata de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Acima de tudo, busca as explicações na subjetividade da realidade. Por fim, traz como resultado a contribuição dos especialistas e atores locais, sobre os fatores limitadores e as possíveis perspectivas e desafios que possam ser viáveis, para a promoção do desenvolvimento sustentável de Doutor Maurício Cardoso.

Palavras-chave: Doutor Maurício Cardoso- Dinâmica Territorial do Desenvolvimento - Desenvolvimento Local e Regional – Âmbitos Espaciais Periféricos

ABSTRACT

Facing the accelerated process of the advancing of globalization, the need to analyze and understand the territorial dynamic of development emerges, in suburb space dimensions. In this prospective, this paper has as objectives: 1) make the historical background of the town of Doutor Maurício Cardoso, highlighting the relationship of State and private companies, regarding the related interests to the process of occupation and socio-spatial regional formation, pointing out the internal and external political context, which influenced the socio-economic formation, as well as to point out the different phases which marked and characterized the principal moments of the historical itinerary; 2) contemplate, also, the identification and analysis of the main enterprise initiatives, as well as how they relate to the institutions and local actors for its effectiveness and efficacy, seen from the principles of environmental and socio-economic sustainability; 3) identify the limiting factors and prospective of development of these spaces, supported by the vision of some authors, expecting to contribute to explain the dynamics of enterprise in the process of socio-economic formation, in the last decades. The methodology previews the time cut, identifying three phases, besides the three principal moments and initiatives which marked the process of development of Doutor Maurício Cardoso. From the points of view of its objectives, it has a character of an exploratory research which involves bibliographical research, interviews with local people and specialists, having the form of a bibliographical research and study of cases. From the point of view of approaching the problem, it consists of a qualitative research, because it talks about a dynamic relationship between the real world and the subject. Above all, it seeks the explanations in the subjectivity of reality. At last, it brings about the contribution from specialists and local actors, about the limiting factors and the possible prospective and challenges which may be viable, for the promotion of the sustainable development of Doutor Maurício Cardoso.

Key words: Doutor Maurício Cardoso – Territorial dynamics of Development – Local and Regional Development – Suburb space dimensions

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
INTRODUÇÃO	11
1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO REGIONAL E LOCAL	17
1.1 <i>O Estado: indutor da ocupação regional.....</i>	17
1.2 <i>A formação histórica da Colônia Santa Rosa.....</i>	20
1.3 <i>A formação socioeconômica de Horizontina.....</i>	27
1.4 <i>O contexto político no período de formação da sociedade regional</i>	32
1.4.1 <i>O contexto externo.....</i>	32
1.4.2 <i>O contexto interno</i>	33
1.5 <i>O processo de formação socioeconômica de Doutor Maurício Cardoso</i>	33
1.5.1 <i>Momentos iniciais da ocupação</i>	34
1.5.2 <i>Principais fases que marcaram a evolução socioeconômica de Doutor Maurício Cardoso</i>	37
2. PRINCIPAIS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO	52
2.1 <i>A suinocultura</i>	52
2.2 <i>O desenvolvimento do comércio e a função dos comerciantes</i>	55
2.3 <i>A introdução da fumicultura</i>	58
2.4 <i>A atividade industrial</i>	60
2.5 <i>O caso da Empresa Schneider Logemann & Companhia (SLC)</i>	61
2.6 <i>A introdução e desenvolvimento do cultivo da Soja.....</i>	63
2.7 <i>O desenvolvimento do turismo no município de Doutor Maurício Cardoso.</i>	66
2.7.1 <i>O Balneário Londero.....</i>	67
2.7.2 <i>O Balneário Ilhas do Chafariz</i>	68
2.7.3 <i>Análise da evolução e do aproveitamento do potencial turístico.....</i>	69
2.8 <i>O Projeto de Recuperação e conservação de solo em micro bacias hidrográficas.....</i>	72
2.8.1 <i>A introdução do plantio direto</i>	74
2.8.2 <i>Análise do projeto de conservação do solo em micro-bacias hidrográficas</i>	75
2.9 <i>Implantação do projeto de compensação florestal da mata ciliar: o Projeto Garabi-Itá</i>	76
3. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS PARA VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO DE ÂMBITOS ESPACIAIS PERIFÉRICOS	82
3.1 <i>Desafios e Perspectivas do Desenvolvimento Local/Regional na visão de alguns autores</i>	82
4. VISÃO DOS ESPECIALISTAS E ATORES LOCAIS SOBRE OS FATORES LIMITADORES E DOS DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	90
4.1 <i>Fatores limitadores e/ou desafios para o desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos na visão dos especialistas</i>	90
4.2 <i>Fatores limitadores e/ou desafios para o desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos na visão dos atores locais</i>	96

<i>4.3 Perspectivas de desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos no atual contexto da globalização, na visão dos especialistas</i>	99
<i>4.4 Perspectivas de desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos no atual contexto da globalização, na visão dos atores locais</i>	103
<i>4.5 Análise da respostas dos especialistas e atores locais sobre os fatores limitadores e das perspectivas de desenvolvimento</i>	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXOS	122

LISTA DE ABREVIATURAS

PIB – Produto Interno Bruto

VAB – Valor Agregado Bruto

IRDeR – Instituto Regional de Desenvolvimento Rural

EMATER – Associação Riograndense de Assistência Técnica

ONG – Organização Não-Governamental.

MST – Movimento dos Sem Terra

MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

SIB – Sistema de Informações Básicas (Unijuí)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

COTRIMAIO – Cooperativa Triticola Três de Maio

ACIPS – Associação Comercial e Industrial e Prestação de Serviços.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura fazer uma reconstituição histórica do município de Doutor Maurício Cardoso, destacando os principais momentos da sua trajetória histórica, considerando os fatores internos e externos que influenciaram no processo de desenvolvimento. Além disso, identifica as principais iniciativas de desenvolvimento propostas nas últimas décadas, analisando o modo como evoluíram, assim como aquelas que foram efetivadas. Nessa perspectiva, o trabalho identifica e analisa o papel das principais instituições e os diferentes atores locais, no processo de desenvolvimento do município.

Para tanto, apresenta a sistematização de algumas contribuições, teórico-práticas, recentes, buscando identificar quais propostas se apresentam para viabilizar o desenvolvimento¹ de âmbitos espaciais periféricos, com características semelhantes ao município de Doutor Maurício Cardoso. Tendo como parâmetro o referencial teórico, o trabalho apresenta um relato da pesquisa realizada com especialistas e atores locais, de forma que sejam abordados os fatores limitadores do desenvolvimento dos espaços periféricos, bem como as suas perspectivas de desenvolvimento.

Assim, a partir da análise histórica e das iniciativas, da identificação do papel das instituições e dos atores locais, dos aportes teórico-práticos e da posição de atores locais e especialistas, se propõe a levantar conclusões possíveis, com vistas à identificação das limitações e perspectivas de desenvolvimento do município em referência.

Tais preocupações justificam-se para a abordagem do tema porque o território de Doutor Maurício Cardoso está entre as últimas áreas colonizadas no Estado do Rio Grande do Sul, ocupado basicamente por imigrantes. Com este intento, aborda a estreita relação entre os interesses geopolíticos do Estado, assim como o processo de industrialização brasileira, com o desenvolvimento de Horizontina, município que por muito tempo foi o principal Distrito.

Acredita-se que, o desenvolvimento de uma região ou de um determinado território não está somente na dimensão econômica, mas também na dimensão sociocultural, em cujo

¹ A déia de desenvolvimento expressa neste trabalho baseia-se em (VEIGA, 2005, p. 17 – 82); (SACHS, I. 2004, p. 25 – 65).

contexto a análise da trajetória histórica, os valores e as instituições são fundamentais e refletem a qualidade da densidade das relações sociais sobre o território. Assim, tem como primeiro desafio buscar, através da reconstituição histórica, alguns elementos ou fatores que possam justificar ou ajudar a explicar o atual contexto histórico vivenciado pelo município, marcado pela acentuada estagnação econômica e diminuição da população, o que vem preocupando muito a comunidade e lideranças locais, nas últimas duas décadas.

A história mostra que o desenvolvimento é moldado pelas instituições, e que estas, por sua vez, são moldadas pela história. Além disso, a trajetória de desenvolvimento de um determinado local depende da dinâmica sócio-territorial empreendida pela sociedade local. Assim, é possível reconhecer que as instituições são resultado da organização da sociedade local e, que a dinâmica empreendida no processo de desenvolvimento irá depender muito do nível da inter-relação entre as instituições, assim como delas com sua própria sociedade.

Nessa perspectiva, busca-se analisar e compreender o modo como o município se constituiu historicamente e dispôs de fatores locais básicos, para desencadear seu próprio desenvolvimento, ou seja: o conjunto mínimo de instituições e ativos, representados, principalmente, por pessoas descendentes de imigrantes, com uma bagagem cultural qualificada, além das diversas instituições, como EMATER, Poder Público Municipal, Sindicatos e Entidades Associativas, ligadas aos agricultores e às empresas comerciais e industriais. Portanto, o resgate histórico é imprescindível, para que se possa dispor de um diagnóstico mais apurado e confiável, no sentido de identificar as limitações e suas possíveis origens, bem como identificar propostas de superação e criar novas perspectivas de desenvolvimento para o município de Doutor Maurício Cardoso.

Constata-se que, além das questões socioculturais, outros problemas afetam gravemente o referido município. É o processo de emigração que vem ocorrendo nas últimas décadas e, com ele a evasão da mão-de-obra qualificada e jovem, alterando substancialmente o perfil da população local. Em 1988, contava com mais de 10.000 habitantes, porém atualmente, conforme último senso, não ultrapassa 5.470 habitantes. Com efeito, o pagamento de aposentadorias se torna uma das principais fontes de recursos para o município e para a sobrevivência de um considerável grupo de famílias, tanto do meio rural quanto urbano. Assiste-se, portanto, um explícito e relevante processo de desterritorialização de uma parcela considerável da sua população, principalmente daquela mais jovem e de grande potencial.

A proximidade com o município de Horizontina é uma externalidade que precisa ser considerada e analisada com muita atenção, já que tal município destaca-se pela presença de

uma grande multinacional, a John Deere, que se tornou uma referência regional. Tornou-se um centro atrativo da população da região, pela oferta de empregos e outras oportunidades de trabalho, o que tem despertado o quase que obsessivo interesse pela emigração, por parte da grande maioria dos jovens dos municípios vizinhos. Esse problema se agravou desde o final do século passado, pois onde as terras são menos favoráveis à agricultura, houve um aumento gradativo de empobrecimento da população agrícola. Assim, com a crise do setor primário, os jovens de todo o município são influenciados pelos empregos oferecidos pela John Deere, bem como pelo centro-norte do país. Cabe investigar se, realmente, a obsessão por esses empregos tem desmotivado os jovens a assumir qualquer atividade inovadora na sua propriedade, junto com a família, no seu município, ou se o problema está na ausência de iniciativas de seus atores.

Outra questão que precisa ser investigada é a razão pela qual o município de Doutor Maurício Cardoso não conseguiu usufruir dos fatores estruturantes do desenvolvimento de Horizontina, sede de uma grande empresa multinacional. Além disso, entender por que os atores locais, no processo de tomada de decisão, não conseguiram desempenhar um papel propositivo.

A crise e a falta de alternativas estão na pauta das preocupações e dos debates entre os cidadãos e lideranças mauricienses, onde são abordados temas propositivos, como a necessidade de criar uma área industrial, para atrair empresas e gerar empregos no município. Atribuem a responsabilidade ao poder público, o qual se justifica alegando a falta de recursos financeiros, como o principal entrave para o desenvolvimento de tais iniciativas.

Muitos debates e palestras são realizados, nos quais se expõem a necessidade de construir alternativas que possam, gradativamente, superar o atual modelo agrícola do município. Esses eventos são sempre promovidos por alguma instituição, como cooperativa, sindicato, EMATER, bancos, etc. No entanto, não se consegue evoluir para uma proposta eficiente e inovadora, que possa iniciar um processo de desconstrução do velho paradigma, sustentado pelo atual modelo agrícola, fortemente enraizado no município. O contexto socioeconômico do meio rural evidencia esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na 'Revolução Verde'², que impôs à agricultura uma dinâmica de funcionamento articulado

² Evolução agrícola com objetivo de aumentar a produção de alimento no mundo, pela padronização do uso de produtos químicos, mecânico e genético, criado nos EUA e na Europa, a partir dos anos 60. Surge como 'a solução' para a crise de produção de alimentos que ameaçava os países subdesenvolvidos. Porém, tornou-se mais uma questão de competitividade na venda de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas do que uma questão social Brum e Trennepohl (2005).

ao desenvolvimento industrialista e elitista, no qual predominou a utilização intensiva de máquinas e insumos químicos. Somado a isso, o modelo genético, a engenharia genética, completa a composição do que ficou conhecido como “pacote tecnológico”.

Tem-se a necessidade de analisar e avaliar até que ponto o sistema de produção veiculado pela Revolução Verde foi determinante para influenciar a dinâmica territorial do desenvolvimento e, em especial, para a formação de grupos distintos de agricultores familiares no município. Os quais, muitas vezes, tiveram que incorporar nas suas pequenas propriedades um ideário adequado às grandes propriedades monocultoras.

Constata-se, localmente, a degradação sócio-ambiental que intensificou a diminuição da renda familiar, o esgotamento do solo, o êxodo rural, a poluição das águas e da terra, a perda da biodiversidade, o adoecimento da população, entre outras conseqüências. Uma questão decorre desta situação: em que medida este fator contribuiu com o atual estado de estagnação socioeconômica?

A partir de um referencial teórico de estudos realizados por pesquisadores, tanto em escala global como em pequenas regiões, várias questões se apresentam. Por exemplo, até que ponto pode servir de referência para a compreensão da realidade do município de Doutor Maurício Cardoso? Exemplos bem sucedidos de regiões da Itália, da França, assim como de estados brasileiros podem se constituir em suportes teóricos/práticos substanciais e servir como parâmetros para contribuir na mudança da concepção tradicional de desenvolvimento deste município e, assim, redescobrir suas potencialidades? Como criar as condições básicas necessárias para que o município torne-se sujeito do seu próprio desenvolvimento e se constitua num território inovador? Estas e outras questões merecem ser investigadas.

Este conjunto de questionamentos pode ser resumido numa questão central: pelo resgate histórico e contextualização da realidade, além de uso como referência dos aportes teórico/práticos, é possível a identificação das limitações e perspectivas de desenvolvimento local para o município de Doutor Maurício Cardoso?

Para dar conta dessas questões, a metodologia do trabalho prevê o resgate histórico e a contextualização da realidade, tendo como recorte temporal o período que antecede o processo de ocupação e formação socioeconômica local aos dias atuais. Nesse recorte temporal, são identificadas três fases, além dos principais momentos e iniciativas que marcaram o processo de desenvolvimento de doutor Maurício Cardoso.

A proposta metodológica parte da concepção de que o desenvolvimento é um processo aberto e evolutivo. Considera a análise da história (dialética) da sociedade de forma indutiva,

pois trata de uma inferência do pesquisador no controle de todo processo de desenvolvimento da pesquisa, ou seja, o pesquisador é que fará a análise dos dados, coletados tanto no seu ambiente (lugar onde ocorre a pesquisa) quanto em referências bibliográficas.

Do ponto de vista de seus objetivos, terá o caráter de uma pesquisa exploratória. Esta proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito e/ou a construir hipóteses (no caso para o desenvolvimento local sustentável). Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas locais e especialistas, com relação ao problema pesquisado e a análise de elementos que estimulem a compreensão. Portanto, assume duplamente as formas de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, se constitui numa pesquisa qualitativa porque trata de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Acima de tudo, busca na subjetividade da realidade as explicações. A verdade subjetiva é mais segura, pois brota do entendimento da complexidade, que vai muito além da visão reducionista. Justifica-se como qualitativa, também, já que faz uma interpretação do(s) fenômeno(s) e sua significação, não requer em primeiro plano o uso de métodos e técnicas estatísticas, mas que sirvam meramente para reforçar algum dado.

Busca-se, nesse sentido, adequar a temática dentro de uma proposta metodológica de caráter histórico, pois todo processo de desenvolvimento envolve pessoas e instituições. Assim, entende-se que (1) o ‘resgate histórico do município’ seja uma das maneiras para explicar o processo evolutivo de desenvolvimento, considerando, além da sua dinâmica interna, os fatores externos que tiveram influências significativas.

Na identificação das mudanças qualitativas, todos os fatos e períodos serão explicados de forma que se reconheça a complexidade das inter-relações da sociedade e, dela com e seu meio, de modo que possa ser relevante para entender os pontos críticos, de mudanças de comportamento, que possam identificar e caracterizar os diferentes períodos do desenvolvimento. Busca-se com isso, (2) ‘identificar as principais iniciativas de desenvolvimento propostas nas últimas décadas, no município de Doutor Maurício Cardoso’, analisando como evoluíram as que foram efetivadas, além de identificar quais seriam os fatores que dificultaram/dificultam, no município, assim como em muitos outros pequenos municípios, com características semelhantes, a fim de elaborarem seu próprio projeto de desenvolvimento.

Com referência à (3) ‘pesquisa bibliográfica’, será utilizado como recursos a leitura e síntese de textos, além de artigos e livros, visando sistematizar as principais contribuições

teórico-práticas, recentes, buscando identificar propostas, para viabilizar o desenvolvimento de âmbitos espaciais com características semelhantes ao município de Doutor Maurício Cardoso.

Para (4) ‘identificar o papel exercido pelas instituições e os diferentes atores locais, no processo de desenvolvimento do município’ e (5) ‘investigar e sistematizar a posição de atores locais e especialistas, sobre os fatores que justificam as limitações e as perspectivas de desenvolvimento, propõe-se a realização de uma pesquisa de opinião, utilizando-se questões abertas, destinadas às lideranças mais influentes e com maior grau de conhecimento e, com questões fechadas, às pessoas leigas, mas que representam diversos setores da sociedade. Em síntese, as questões de pesquisa procuraram questionar a posição dos entrevistados sobre quais as razões, ou seja, o que justifica a estagnação socioeconômica, quais mudanças são necessárias e quais as perspectivas de desenvolvimento do município de Doutor Maurício Cardoso. Para tanto, foram pesquisados nove atores, qualificados como representativos dos diferentes segmentos da sociedade local e nove especialistas da região, tendo em vista que no local não há nenhum especialista sobre o tema do desenvolvimento.

Por fim, para (6) ‘elencar um conjunto de conclusões possíveis, com vistas à identificação das limitações e perspectivas de desenvolvimento local sustentável, do município de Doutor Maurício Cardoso’, foram utilizados os indicativos sugeridos pela análise histórica, e das iniciativas, pela identificação do papel das instituições e dos atores locais, pelos aportes teórico-práticos e pela posição de atores locais e especialistas.

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO REGIONAL E LOCAL

O presente capítulo abarca um breve relato do processo histórico de formação da comunidade regional e local, do período que antecede a formação da comunidade de Doutor Maurício Cardoso, aos dias atuais.

Inicialmente, destaca o período da formação socioespacial da colônia de Santa Rosa e na seqüência, a formação socioespacial de Horizontina e Doutor Maurício Cardoso.

Através da trajetória histórica de formação socioespacial, o texto procura compreender e analisar a participação do Estado, da sociedade e das instituições no processo de desenvolvimento socioterritorial regional e do município de Doutor Maurício Cardoso, além de evidenciar as relações construídas entre o Estado e as empresas privadas e das demais instituições, com seus respectivos interesses.

1.1 O Estado: indutor da ocupação regional

O avanço da colonização na região representa o período que sucede a formação da Colônia de Santo Ângelo e a ocupação definitiva da região das missões, pelos portugueses, processo que foi desencadeado ainda no século XVIII, a partir da Guerra Guaranítica. É nesse contexto histórico, de interesses políticos e geopolíticos do Estado, na época, ainda sob domínio português, que se conformaram as bases socioeconômicas e geopolíticas para ocupação da grande região missioneira.

No plano nacional, é interessante buscar alguns fundamentos de questões importantes, como a abertura do país para a entrada de imigrantes europeus. Isso foi propiciado pela vinda da família real para o Brasil, em 1808. Nessa perspectiva, conforme Christensen (2007), a partir de 1808, através de vários decretos, o governo passa a estimular a vinda de imigrantes não portugueses e a concessão de terras para imigrantes não católicos. O decreto, de 16 de março de 1820, estreita as relações com a Alemanha e outros estados europeus, constituindo,

assim, os fundamentos jurídicos brasileiros para assegurar a imigração de não portugueses e colocar o Brasil no caminho da modernidade.

Porém, a proclamação da República, em 1889, significou uma relativa derrota do latifúndio escravocrata, que impôs a necessidade de uma nova articulação do poder agrário que, por sua vez, influenciou, também, no direcionamento do processo de colonização.

O primeiro ato do governo republicano referente à colonização é de 1892. Nele, fica determinada que nos territórios adjacentes, próximos aos lotes coloniais, não seja concedida área maior do que 30 hectares, preferindo-se para os lotes nestas condições, elementos nacionais ou estrangeiros, com famílias, já residentes nos núcleos cujos antecedentes afiancem o aproveitamento das terras pretendidas (CHRISTENSEN, 2007, p. 15).

O objetivo era renovar, com a mão-de-obra dos imigrantes, as estruturas agrárias existentes, mas principalmente criar condições econômicas, políticas e sociais para superar o modelo decorrente da formação inicial, que se sustentava na estrutura econômica do latifúndio, caracterizado pelo predomínio absoluto da monocultura e do trabalho escravo.

A introdução de uma classe média agrícola no país, que se organizasse em torno de novas relações de trabalho, isto é, que não estivesse subjugada ao sistema escravocrata, constitui-se na alternativa viável diante do problema sentido. As pequenas propriedades agrícolas, apoiadas na organização do trabalho a nível familiar apareceram como elementos possíveis de incrementar uma produção intensiva e diversificada (SCHALLENBERGER e HARTMANN, 1981, p. 120).

A inexistência de uma classe média e de uma agricultura mais diversificada e dinâmica dificultava as perspectivas de consolidação de uma nação moderna. Para o Estado brasileiro, a superação dessas limitações fazia parte do plano estratégico: assegurar o controle da colonização, fortalecer a unidade estadual, além de garantir o domínio territorial de toda a fronteira. Era compreensível que o latifúndio pecuarista, aos moldes dos quais se formou na região da campanha, não seria capaz de consolidar a efetiva ocupação. “Quando se atiravam pelos campos afora em busca de um ponto em que se estabelecer, os fazendeiros desejavam o isolamento de suas estâncias, isolamento que procuravam aumentar pela aquisição de novas terras, onde o gado pastava livre, como livre desejava ser o seu dono” (BERNARDES, 1997, p. 79).

Para o Estado, que se preocupava com o processo de modernização, não interessava dar continuidade ao tipo de ocupação implantado na região da campanha, com base econômica apenas na pecuária, pois era um entrave para seu plano estratégico, de domínio territorial, principalmente da região coberta pela floresta, assim como para promover o

desenvolvimento. Da mesma forma, não conseguiu criar condições para a formação de um exército na região de fronteira e, muito menos, dinamizar a economia regional com vistas à definitiva ocupação e modernização, pretendidas pelo Estado. Para Christensen (2007), a colonização foi a maneira mais econômica e efetiva para a ocupação das regiões ainda vazias do Estado e inseri-las no processo de desenvolvimento capitalista, que necessitava de mão-de-obra, de diversificação agrícola e ocupação das fronteiras.

O projeto colonizador, do ponto de vista geopolítico, era determinado para consolidar o processo de ocupação como um meio, para posteriormente promover o desenvolvimento da região ou território³, processo que teria sua eficácia na introdução da pequena propriedade familiar, como uma forma de se contrapor ao modelo da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul. Nela também se sustentou a formação do exército, que traria estabilidade e segurança para a fixação dos imigrantes e do desenvolvimento. Para exemplificar as pequenas propriedades familiares do Estado, no projeto de colonização, pode-se recorrer à concepção de desenvolvimento, destacada por Putnam (2000), pela análise que faz das diversas regiões italianas. No estudo, conclui que o centro-norte da Itália, formado pelo predomínio da pequena propriedade familiar, teve as condições básicas para se desenvolver, enquanto que o sul, governado por uma elite latifundiária, permaneceu atrasado em relação às demais. Dessa forma, o Estado idealizava seu projeto colonizador que previa fazer surgir, paralelamente às velhas estruturas sociais, sustentadas pelo latifúndio, uma sociedade que se formaria a partir do desenvolvimento da agricultura familiar, do comércio, da indústria e da mão-de-obra assalariada.

Após algumas décadas, mais precisamente a partir de 1824, o projeto colonizador começa a se desenvolver e dar um novo perfil socioeconômico e político ao país, mas com grande relevância no Rio Grande do Sul.

Ficou explícita, então, a partir daí, a dicotomia entre a região da campanha e do planalto, não somente marcadas pelas diferenças dos aspectos fisiográficos, mas principalmente pelos aspectos socioeconômicos. O significativo avanço desse processo

³ Sobre o conceito de região e território, utiliza-se o explicitado em Dallabrida (2006). Região, como um âmbito espacial demarcado a partir de propósitos políticos, econômicos ou administrativos, identificando-se como um subespaço do espaço total (nacional ou mundial) pelas suas diferenças funcionais e espaciais. Território, como uma fração do espaço historicamente construída através das interrelações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos. No entanto, neste trabalho, muitas vezes o termo território é utilizado com o sentido de um determinado âmbito espacial, não necessariamente, como um 'território construído'.

chegou a atingir as últimas áreas ainda não ocupadas, efetivamente, em 1915, com a formação da Colônia Santa Rosa.

Esta colônia, exitosa em seu desenvolvimento, deu origem a diversos distritos que posteriormente se tornaram importantes cidades regionais, como Três de Maio, Tuparendi, Tucunduva e Horizontina. Esta última deu origem ao distrito de Doutor Maurício Cardoso, o qual se emancipou em 1988. Portanto, é nesse contexto que a formação da sociedade mauriciense começa desenvolver a sua trajetória histórica de formação socioespacial.

1.2 A formação histórica da Colônia Santa Rosa

A Colônia de Santa Rosa teve, efetivamente, seus trabalhos iniciados em janeiro de 1915. Nos anos de 1912 a 1915, manifesta-se nitidamente a tendência para o povoamento de toda a mata do Uruguai. Nessa época, esta região de Santa Rosa tinha uma das poucas áreas de terra que constituíam a reserva pertencente ao Estado. Diante disso, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, desde as vésperas da Primeira Guerra Mundial, preconizava a colonização espontânea e racional, não só para protegê-las, mas também para futuramente explorá-las gradativamente, através da expansão da colonização.

Nessas condições, conforme Christensen (2007), a ocupação da região foi motivada por fatores econômicos e geopolíticos. Esses interesses orientavam os projetos colonizadores do governo brasileiro, sendo que, a partir de 1892 ficou sob a administração do estado do Rio Grande do Sul, mas com efetiva colaboração das empresas privadas.

A colonização do sul com imigrantes europeus não foi exclusividade do Estado. Ao contrário, foi um negócio rentável para os empresários que vendiam terras aos imigrantes na forma de pequenos lotes coloniais, algo semelhante ao que ocorre atualmente no Centro-Oeste e Norte do Brasil. Mas esses empreendimentos, de modo geral, estavam amparados pela colonização administrada pelo Estado e desenvolviam-se nas proximidades das colônias oficiais (MACHADO, 1995, p.68)

Os primeiros povoadores espontâneos que se fixaram na região e desbravaram essas terras, mais precisamente entre os rios Santo Cristo e Buricá, sob a óptica do Estado, evidenciavam a necessidade de agilizar a elaboração de uma nova política oficial de colonização, que pudesse garantir a segurança aos imigrantes. A responsabilidade foi repassada do Estado para as empresas privadas, as quais tiveram participação efetiva na

formação da Colônia Santa Rosa. “Tanto ao Estado como às empresas particulares interessava a colonização de novas fronteiras” (CHRISTENSEN, 2007, p.25).

Há uma década da criação da colônia Santa Rosa, o processo de povoamento estava estagnado nas regiões circunvizinhas, onde a colonização havia iniciado antes. Nessas colônias, um dos fatores que dificultava o desenvolvimento era o equívoco cometido, com relação ao método de divisão das propriedades rurais, para o assentamento dos futuros colonos. Nesse processo de divisão das terras, em lotes rurais, com uma média de 25 ha, não foi dada a devida relevância aos aspectos físicos, como por exemplo: a topografia do relevo, os divisores de água e os cursos d’água. De acordo com esta forma de demarcação, muitos colonos eram contemplados com terras melhores, de fácil acesso, planas e com disponibilidade de água, o que era de extrema importância à época. Por outro lado, outras frações de terras situavam-se em locais de difícil acesso, sendo que muitas delas, inclusive, nem acesso à água possuíam. Além disso, para outros só restavam terrenos íngremes e pedregosos. Esses fatores dificultavam a fixação e a produção, para um considerável grupo de colonos, fazendo-os sofrer muito ou até mesmo retornar aos lugares de origem. O uso de diferente método para a divisão das propriedades rurais foi um diferencial importante porque facilitou o acesso à terra, bem como melhorou a vida dos colonos, uma vez que, além de estabelecer uma divisão mais justa, deixou-os mais satisfeitos. Dessa forma, esse método de divisão das terras se constituiu num dos fatores que, reconhecidamente, colaborou para o êxito da Colônia Santa Rosa.

A concepção do Estado, com relação à colonização dessa região, não era apenas distribuir terras, mas também, assegurar o pleno funcionamento das colônias, sobretudo os meios de comunicação. Por isso, os núcleos coloniais, na Colônia Santa Rosa, eram estabelecidos estrategicamente em lugares que pudessem dispor, em curto prazo, de um sistema de comunicação. Nesse caso, o núcleo de Santa Rosa estava vinculado à construção da ferrovia, que se constituiria no principal elo, com as outras regiões mais desenvolvidas do Estado. Segundo Rotta (1999), a via férrea, além de romper com o isolamento e promover a definitiva integração num projeto nacional de desenvolvimento, ao mesmo tempo atendia aos interesses das elites locais, em termos de valorização fundiária. A ferrovia ainda contribuiu para melhoria nas condições de acesso, para que empresas vindas do centro do Estado se estabelecessem na região. Além da contribuição qualitativa, principalmente com relação à gestão, aos serviços e produtos, estas empresas de porte maior foram importantes para ampliar o mercado regional, principalmente com produtos para abastecer centros urbanos do Estado e,

inclusive, para outras regiões do país, como São Paulo. Dessa forma, viabilizou-se a estratégia geopolítica do governo brasileiro e possibilitou a integração da região ao projeto de desenvolvimento em nível nacional. Para o Estado, assim como para as empresas privadas, a integração da região no plano nacional significava a expansão e o fortalecimento do mercado interno, comprador de produtos industrializados e vendedor de alimentos para as regiões agro-exportadoras.

Nessas perspectivas, foram estabelecidas algumas condições básicas para facilitar a ocupação da fronteira dessa região com a Argentina, que estava ainda desprovida de um efetivo controle do Estado (ROTTA,1999).

Segundo Brum (2005), o período que antecede a Primeira Guerra Mundial, assim como o período da guerra, impõe ao Brasil a necessidade de redefinir sua política econômica e o seu modelo de desenvolvimento. O modelo agro-exportador, que vigorou no Brasil por mais de quatro séculos, já havia fracassado. O contexto de conflito internacional, ao mesmo tempo em que expõe a fragilidade do modelo agro-exportador, evidencia a necessidade e a eminência da sua ruptura⁴, a partir de um processo de industrialização que substitua os produtos importados. Da mesma forma, a estrutura da sociedade brasileira como um todo passou a ser questionada, necessitando também de uma redefinição.

É nesse contexto de fortes possibilidades de mudanças econômicas e políticas no cenário estadual, nacional e internacional, que o governo do Estado do Rio Grande do Sul criou a Colônia Santa Rosa, em 5 de janeiro de 1915, constituindo-se no sétimo Distrito de Santo Ângelo.

O novo empreendimento colonizador de Santa Rosa, portanto, já contava com as alterações quanto ao método de divisão das propriedades. “A divisão dos lotes obedecia a um modelo adotado pela Comissão de Terras de Santa Rosa, em que todos os lotes deveriam ser servidos por uma estrada de rodagem e por um curso d’água” (CHRISTENSEN, 2008, p. 63). O Estado, a partir de então, pela percepção do equívoco cometido no processo de loteamento das outras regiões que antecederam a Colônia Santa Rosa e, pela própria reação dos colonos, passou a considerar os aspectos fisiográficos como elementos fundamentais do novo método de divisão dos lotes. Assim, na divisão dos lotes passaram a ser observados os cursos dos rios, para que todas as propriedades tivessem acesso à água, assim como aos divisores d’água, para facilitar o acesso às propriedades, bem como era feita a delimitação entre as micro-bacias hidrográficas.

⁴ Esse processo é analisado com profundidade em (FURTADO, C., 2007, p. 251-335).

“Os critérios de medição e disposição dos lotes seguiam as novas orientações da Comissão de Terras e Colonização, garantindo a cada colono o acesso à água e às estradas de rodagem” (ROTTA, 1999, p. 38). O novo método de divisão das terras, destacado por Schallenberger & Hartmann (1981), deu um novo impulso ao avanço da colonização na nova colônia. Facilitou a vida dos colonos, principalmente dos primeiros, que tiveram que enfrentar as agruras imposta pela floresta e o isolamento dos centros comerciais.

Esta reformulação foi um diferencial importante, em relação às outras colônias, e deu novo estímulo à vinda dos imigrantes, para que se cumprisse, efetivamente, a estratégia do Estado, interessado direto na expansão do processo de colonização, mas acima de tudo, para a redefinição do processo de desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul. Este ajuste, na concepção positivista⁵ do Estado, garantiria algumas condições mínimas para a fixação e prosperidade dos colonos.

E, quanto aos colonos, devido a sua maior capacidade de organização, de conhecimento e dedicação ao trabalho, frente aos outros grupos sociais, como negros e remanescentes de índios, que já habitavam a região, coube a responsabilidade de instrumentalizar e promover o desenvolvimento, através da organização da vida comunitária, com a criação de ativos substantivos, como escolas, igrejas, casas comerciais, ferrarias, serrarias, marcenarias, moinhos ou, até mesmo, de qualquer outra atividade de necessidade dos colonos.

Além disso, o Estado, impulsionado pela sua política nacionalista, evidencia que seus objetivos na região transcendem o simples processo de colonização. Nesse sentido, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, cria postos da Polícia Militar em toda fronteira com a Argentina. Porém, se para o Estado isso significava a garantia da estabilidade geopolítica da fronteira, para os colonos essa medida tinha um duplo sentido. Para Christensen (2007), além de fazer com que esse território não fosse mais um lugar de fugitivos, contrabandistas e bandidos, ao mesmo tempo ajudou no processo repressivo contra os próprios imigrantes e descendentes de imigrantes. Diante desses fatores, receberam estímulos e proteção para se sentirem confiantes e seguros na nova terra.

Conforme Bernardes (1997), o método de repartição das terras aplicado nessa região é, também, um dos fatores que estimulou à vinda dos imigrantes, assim como facilitou a fixação,

⁵ Conforme Rotta (1999, p. 31-32), a colonização se embasou na política de desenvolvimento e nos interesses políticos do Partido Republicano Rio-Grandense a partir da Proclamação da República, que contemplava a expansão das empresas privadas, a acumulação baseada no trabalho assalariado e as novas diretrizes da expansão capitalista na região.

a vida, o trabalho e a prosperidade dos mesmos, particularmente, no que se refere às condições de acesso. Tal sistema facilitou enormemente a circulação interna, não somente pela quantidade de caminhos acessíveis, mas principalmente pelas condições técnicas com que são construídos e o acesso à água, outro fator muito importante na época, como também as terras mais planas e íngremes ficaram mais bem distribuídas. Conforme Christensen (2007), o Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, de 1923, faz referência ao bom estado de conservação do sistema viário da Colônia Santa Rosa, tanto das estradas gerais quanto das vicinais, que é o melhor que se conhece em todo Estado.

Além da harmonização entre o aspecto físico-natural na divisão das colônias, outros fatores de ordem histórica, política e econômica contribuíram para o êxito da Colônia Santa Rosa.

O primeiro se deve ao fato de que ela foi fundada num período em que as correntes migratórias internas do estado superavam a imigração estrangeira. Ela representava a última alternativa da ocupação da fronteira agrícola, por famílias oriundas das colônias velhas⁶, onde se fizeram as retificações dos erros cometidos no processo de colonização de outras regiões, pois os colonos já estavam ambientados às condições da nova pátria e dotados de relativa experiência, as quais adquiriram na colonização das colônias velhas. A maioria era formada por filhos de descendentes de alemães, italianos, poloneses e russos. Portanto, é possível deduzir também que, a vinda dessas famílias não decorreu de forma espontânea, como é contado na história de muitos municípios. Mas é consequência do acelerado crescimento demográfico e da dificuldade de reprodução social dessas famílias, devido à pressão demográfica exercida sobre a área e o esgotamento do solo em seus lugares de origem.

O segundo tem relação com o aspecto político, de forma que nele ficou explícita a convergência dos interesses, tanto no âmbito nacional, quanto no estadual e das lideranças locais, que se consubstanciavam com um terceiro aspecto, ou seja, com os interesses econômicos das companhias de colonização e das demais empresas privadas, com presença na região. Dessa forma, o setor privado também cumpriu um duplo papel, isto é, à medida que contribuía efetivamente para suprir as dificuldades, para dinamizar a vida da colônia, do mesmo modo complementava substancialmente a proposta do Estado, que encontrava limitações para levar adiante o projeto de ocupação e, fundamentalmente, da promoção do desenvolvimento regional. Com referência, Rotta (1999) constata, também, que a aliança da

⁶ Referem-se às primeiras áreas colonizadas no Estado do Rio Grande do Sul por imigrantes europeus, principalmente não ibéricos.

iniciativa privada com o Estado aconteceu de forma clientelista e recíproca, pois deu a possibilidade para que as vendas de terra fossem submetidas a um processo de especulação fundiária, colocando a região num processo primitivo de acumulação capitalista, no qual eram beneficiados diretos as empresas e os que eram favorecidos pela proximidade com pessoas influentes do governo, numa relação típica de apadrinhamento e de clientelismo⁷, que permeavam o contexto político da época.

Nesse contexto, os colonos foram induzidos a migrarem para a região pela forte influência da propaganda, do pensamento positivista do Estado e das empresas privadas, de modo que enfatizavam as belezas e riquezas naturais da nova terra. Conforme Bernardes (1997), o solo humoso e as florestas exuberantes se constituíram num atrativo muito forte para seduzir os imigrantes para a região. Segundo o autor, nunca é demais retomar essa tese de estreita dependência entre o tipo de povoamento e a distribuição da vegetação, pois as diferentes características do clima, da vegetação e solo foi o fator dominante que esboçou as bases da ocupação no Rio Grande do Sul.

Como conseqüência desse processo, verifica-se que o fluxo migratório criou uma demanda por terras na região, a tal ponto, que a administração da colônia encontrava dificuldades para disponibilizar lotes, o que implicou na elevação do preço dos mesmos.

Ainda há de se considerar que, devido ao forte dinamismo desta colônia, resultante, em parte, dos fatores acima citados, já se tinha uma produção considerável para o mercado, uma vez que em 1928 a estrada de ferro havia chegado ao município de Giruá, próximo de Santa Rosa.

Este município tornou-se, então, uma das mais prósperas zonas coloniais do estado, embora somente por volta de 1937 terminasse a ocupação de seu território ao norte, nas margens do rio Uruguai. Nesta zona da ex-Colônia Santa Rosa o movimento das vilas e a grande quantidade de pequenos povoados rurais contrastam com as da ex-Colônia Guarani, onde se encontram quase sempre sinais de estagnação nos aglomerados urbanos (BERNARDES, 1997, p. 179).

O contexto histórico abre precedentes para que se façam algumas considerações importantes.

A primeira, que a nova forma de implantação da Colônia Santa Rosa tem influenciado positivamente a imigração e estimulado o desenvolvimento, se comparado com outros projetos de colonização que a antecederam, como a Colônia Guarani, principalmente, que por

⁷ Conferir Putnam (2005) e (BARQUERO, 2006, p. 71-101).

erros técnicos no processo de divisão das terras passaram por um período de relativa desaceleração no processo de desenvolvimento.

A segunda, apesar de a região ter sido uma das últimas áreas a ser povoada no estado do Rio Grande do Sul, centrada na pequena propriedade rural, em poucas décadas ganhou significativa importância no contexto econômico e político, tanto em âmbito estadual como nacional, impulsionado pelo pujante desenvolvimento do setor primário e secundário. O desenvolvimento desses setores tornou a região “o celeiro do Estado” e deu expressivo impulso para o desenvolvimento de uma economia mais dinâmica, alavancada pelo crescimento do setor secundário. Todo o processo de desenvolvimento da região de Santa Rosa se sustentou na complementação entre os dois setores, constituindo-a numa grande coadjuvante do processo de industrialização e modernização⁸ da economia brasileira.

A questão política deu relevante contribuição para o desenvolvimento da Colônia Santa Rosa porque se constituiu numa referência de grande perspectiva de desenvolvimento, o que possibilitou o reconhecimento, em âmbito nacional, pela estreita relação de seus líderes com influentes políticos do Estado e da Nação.

No aspecto político, havia a necessidade de atender o interesse político da oligarquia que dominava o Estado, concentrada no poder do PRR – Partido Republicano Rio Grandense. Assim, deveria constituir-se naquela área um eleitorado republicano, capaz de garantir a supremacia do partido. O controle político das colônias era fundamental, pois, caracterizava-se por áreas de pequenas e médias propriedades, com relativa densidade demográfica, significativa para o colégio eleitoral (CHRISTENSEN, 2007, p.26).

No distrito de Horizontina, esse papel político coube ao engenheiro Frederico Jorge Logemann, o qual o exerceu com muita eficiência.

Quanto à colonização do território pertencente à região da Grande Santa Rosa, constata-se que a mesma ocorreu de forma gradativa, uma vez que se fez presente, de forma explícita, um conjunto de interesses convergentes, sendo que os principais eram os econômicos e políticos, tanto do Estado, quanto de empresas privadas. Essa colonização atingiu sua totalidade na década de 30, quando as últimas áreas dos atuais municípios que margeiam o rio Uruguai receberam os últimos imigrantes e, dentre eles estava Horizontina e Dr. Maurício Cardoso, ainda na condição de vila.

⁸ Brum e Trennepohl (2005) analisam a temática no processo de desenvolvimento da agricultura brasileira.

1.3 A formação socioeconômica de Horizontina

É nesse cenário que o município de Horizontina, próximo às margens do rio Uruguai, ganha prestígio político e se torna uma referência no processo colonizador. O potencial dessa terra que acabava de ser ocupada estava consubstanciado no espírito empreendedor e político do engenheiro Frederico Jorge Logemann. Porém, é impossível conhecer e entender a trajetória histórica desse município, sem antes conhecer a história e a capacidade individual de estabelecer relações com a classe política empresarial, desse nobre imigrante de origem alemã.

Logemann foi apoiado por um dos mais influentes políticos da Velha República, o Senador Pinheiro Machado, então presidente do Senado, que impressionado com suas habilidades para o trabalho, levou-o para atuar na empresa Light, no Rio de Janeiro, onde trabalhou por um período não muito longo. Com o assassinato do senador, retornou ao Rio Grande do Sul, estabelecendo-se no município de Cruz Alta, terra de Pinheiro Machado. Ali, tornou-se amigo do General Firmino de Paula, que o recomendou ao Dr. João de Abreu Dahne, na época, chefe da Colônia Santa Rosa, para trabalhar em medições e elaboração de projetos para a construção de pontes e estradas. Logo Logemann se casou com Nelly, irmã do Dr. João Dahne, o que lhe permitiu estreitar os vínculos com essa importante família de Santa Rosa, assim como reforçar a influência política conquistada, de grande importância para o desenvolvimento local.

A partir de então, foi chefe do setor de colonização da empresa Dahne, Conceição e Cia, empresa privada responsável pelo projeto colonizador de Santa Rosa. Teve participação direta nos trabalhos de engenharia e criação de infra-estrutura regional, como a construção da estrada de ferro Giruá-Santa Rosa, além de outros ramais ferroviários, assim como na construção de pontes importantes para facilitar o acesso e o desenvolvimento da colonização.

Os serviços eram contratados pelo governo do Estado e a remuneração pela execução das obras era efetuada em moeda corrente. No entanto, não foi assim com o caso de Horizontina. Desta vez, o Estado não dispunha de recursos financeiros para efetivar o pagamento pelos serviços prestados e, diante do acordo lhe restou oferecer, em troca, as terras devolutas que estavam situadas próximas do povoado de Belo Horizonte.

As autoridades – a título de indenização dos trabalhos realizados – ofereceram terras, as terras do “Belo Horizonte”, devolutas e inóspitas, com mato e vegetação nativa cerrada, de difícil acesso. A área é hoje ocupada pelo atual município de

Horizontina, cujo nome primitivo foi Belo Horizonte e fizera parte da região das Missões Jesuíticas (MACHADO, 1995, p. 16).

Mesmo com todas essas dificuldades, Frederico Jorge Logemann iniciou o processo de colonização. Em 18 de setembro de 1927 fixou o marco inicial do loteamento do povoado de Belo Horizonte, hoje a cidade de Horizontina.

Já no ano de 1928, a gleba começou a ser dividida em colônias de, aproximadamente, 25 hectares cada uma. Somente com o novo contrato firmado com o Estado, em 1937, é que a empresa deu início à colonização no vale do rio Uruguai, mais especificamente na área do atual município de Doutor Maurício Cardoso. A continuidade dos trabalhos, pela empresa, evidenciava a tendência de aprofundamento da relação do Estado com as empresas privadas, além da inserção da região e do atual território mauriciense na economia capitalista, sob a égide do mercado, sendo a última área a ser povoada no Rio Grande do Sul.

No plano da divisão, a preocupação era que cada colônia tivesse um dos lados limitando com uma estrada ou um rio. Exemplo que seria seguido nas áreas que ainda não estavam demarcadas nem povoadas, até a margem do rio Uruguai.

Concluídas as demarcações, as terras estavam prontas para ser vendidas. O passo seguinte era, então, dar continuidade à atração dos colonos de outras regiões, principalmente das chamadas colônias velhas, que já sentiam a pressão sobre suas terras. Para atender essa necessidade e levar a cabo a ocupação da região até então despovoada, nas margens do rio Uruguai, a estratégia centrou-se na motivação da vinda de colonos do centro do Estado. A divulgação do potencial da região e dos recursos naturais disponíveis era realizada através de panfletos, que continham as mais variadas informações. Esses eram distribuídos nas principais zonas de colonização alemã, no Vale dos Sinos, e nas regiões de colonização italiana, ambas no Rio Grande do Sul. Os panfletos enfatizavam a excelência das terras.

O solo, em sua quase totalidade, compõe-se de terra argilosa, fertilíssima e ubérrima, produtora de todas as culturas da lavoura tais como: o trigo, o milho, o centeio, o fumo que produz admiravelmente e é uma de suas principais fontes de riqueza, a vinha; toda a espécie de plantas forrageiras: alfafa, amendoim, batatas, mandioca, etc. (MACHADO, 1995, p. 20).

Os panfletos, que eram impressos em português, alemão e italiano, além do solo e do clima, destacavam aquilo que seria a grande riqueza do lugar, como sendo um atrativo aos colonos – a madeira.

Suas florestas são quase só de madeiras de lei, onde há em abundância angicos, cabriúvas, louros, ipês, cedros, açoutas, carobas, grápias e muitas outras espécies de madeiras bem aceitas pela marcenaria, constituindo uma incalculável riqueza, de fácil venda em nosso Estado e na vizinha República Argentina, cujos mercados se alcançam por meio de balsas (MACHADO, 1995, p. 21).

Na cópia de um dos exemplares do panfleto original, de divulgação de vendas de terras na Colônia Santa Rosa, verifica-se a coerência com o destaque que Bernardes (1997) dava à importância das florestas e da qualidade do solo, como sendo fatores naturais de grande contribuição para as empresas privadas atraírem os imigrantes e responsabilizá-los pelo efetivo desenvolvimento desta região. A partir de então, se intensificou a vinda de imigrantes, fazendo surgir o povoado de Belo Horizonte.

Em outubro de 1937, pelo Decreto Municipal nº 2, Tucunduva, o 7º Distrito de Santa Rosa, foi subdividido. Dessa divisão surge o 8º Distrito, instalado oficialmente em 12 de janeiro de 1938, com o nome de Horizontina.

Com o dinheiro arrecadado através das vendas das terras, Frederico Jorge Logemann ressarcia-se das pendências que tinha com o Estado e associou-se na oficina de Balduino Schneider. Dessa fusão surge a firma Schneider Logemann e Cia, que se constitui como um embrião do processo de industrialização no município. “Em 1947, a empresa lança no mercado brasileiro a primeira trilhadeira de cereais, iniciando o ciclo mecanizado propriamente dito, e que mais tarde viria a revolucionar a agricultura brasileira (MACHADO 1995, p. 31). Nesse sentido, o Distrito de Horizontina presta, de forma qualitativa, a sua contribuição ao grande desafio brasileiro, que era levar adiante o processo de substituição de importações, modelo industrialista adotado pelo Brasil, em função da crise externa decorrente da Segunda Guerra Mundial.

Tudo isso obrigou o país a um extraordinário esforço interno próprio, para atender a demanda e manter a economia em funcionamento. Como resultado, instalaram-se pequenos e médios empreendimentos econômicos, em grande número, além de variadas atividades artesanais (BRUM, 2005, p. 211).

Juntos, além de somar o capital, somaram o conhecimento e a pesquisa no ramo industrial. Poucos anos depois, os primeiros resultados se materializaram com a fabricação das primeiras trilhadeiras, em 1947, e o lançamento das primeiras máquinas despertava o desenvolvimento da indústria local, ao mesmo tempo em que se tornava um marco importantíssimo para a história do Distrito de Horizontina.

A indústria, que se consagrou com a marca SLC, praticamente assumiu a centralidade da promoção do desenvolvimento de Horizontina, além de possibilitar ao município um significativo potencial econômico e político, diante das esferas de poder do estado e no país.

Através dela foi possível estabelecer uma relação muito forte do Distrito, e mais tarde do município, com o mercado de máquinas agrícolas do país, pois todo esforço concentrado para o desenvolvimento local convergia, também, com o avanço do processo de modernização agrícola e industrial brasileiro. Esse cenário foi extremamente favorável para Horizontina, que pela sua tendência industrial despertou o interesse da classe política, a nível estadual e nacional. Além de se constituir num marco referencial para o desenvolvimento local e regional, a empresa deu valiosa contribuição às transformações que estavam em curso, no Brasil e no mundo, em função da Revolução Verde, consubstanciada nos planos de desenvolvimento industrial Getulista.

Portanto, foi também uma resposta à situação do contexto internacional do pós-guerra, de crise, mas que no Brasil protagonizou o processo de substituição de importações. Dessa forma, Horizontina e a região souberam dar uma resposta qualificada às circunstâncias externas, que exerceram influências diretas e indiretas no processo de modernização do Brasil, e de modo especial em Horizontina.

Ao constituir-se numa das maiores fábricas de colhedoras do país, a companhia também se constitui numa das principais atoras, ao exercer com significativa influência a centralidade no processo de desenvolvimento do município e da região. No primeiro momento, isso ocorreu através da sua participação direta no processo de colonização, e no segundo, por protagonizar o processo de industrialização. Da mesma forma, a referida empresa foi responsável pela afirmação política e pelo reconhecimento que o município recebeu de importantes lideranças e governos, além de, por muito tempo, influenciar na vida política local e criar um grupo de lideranças comunitárias, alinhadas ao seu plano estratégico industrialista, para a região, estritamente associado ao processo de redefinição das estruturas produtivas e sociais, de onde decorreram as transformações que passaram a ser reconhecidas pelo fenômeno da 'Revolução Verde'.

A influência desse grupo dominante era mais significativa no período da ditadura militar (1964 -1985) quando, por decreto do Presidente da República, o município passou a fazer parte da área de segurança nacional, justaposto com o período da Guerra Fria. Assim, a conjuntura externa teve seus reflexos no local, cujo compromisso era garantir à região, o país

alinhado ao sistema socioeconômico capitalista ocidental, em estreita relação com o processo de construção da hegemonia mundial norte-americana.

Nesse contexto, as administrações públicas locais, com suas elites políticas e empresariais, possuíam forças suficientes para que os prefeitos e representantes de instituições públicas fossem indicados pelo governo federal, além de serem colaboradoras com a situação acima citada.

De outra forma, constituem-se, também, em elementos investigadores e repressivos a qualquer pessoa que viesse a se opor ou fomentar os ideais da esquerda, principalmente. Isso tem sido fundamental para consolidar, no município, uma sociedade com lideranças extremamente vinculadas ao projeto desenvolvimentista brasileiro, excludente e conservador, com relação às estruturas políticas.

A expansão da colônia mista de Santa Rosa chegou ao seu estágio mais evoluído, com o desbravamento de Horizontina e, em especial, com as áreas próximas ao rio Uruguai, como o caso de Doutor Maurício Cardoso. Assim, abrigaram-se nesses territórios tanto os interesses do Estado como das empresas privadas, que se instalavam e acreditavam na prosperidade da região.

O aspecto mais importante nesse período é a evidência da incipiente vocação para a industrialização, no ramo de máquinas e equipamentos agrícolas, além de tantas outras ferrarias que supriam a demanda de ferramentas, como arados de tração animal, carroças, enxadas, facões, foices, etc. A presença das serrarias e moinhos, a maioria deles movidas pela força da água, contribuíram substancialmente para atender as demandas socioeconômicas mais imediatas do lugar, primeiramente por oferecer alimento e material para construção de casas e galpões e, posteriormente, pela dinamização da exploração e comercialização de madeira e outros produtos agrícolas, como o milho e o trigo.

Em síntese, reconhecidamente a história do município de Horizontina e de Doutor Maurício Cardoso se confunde com a história da organização SLC (Schneider Logemann e Cia). Assim, ao longo da sua trajetória histórica, Horizontina agregou elementos importantes, como pessoas com visão empreendedora e pró-ativa, lideranças políticas e empresariais com forças suficientes para formar um bloco socioterritorial⁹, reconhecido regionalmente. Essa condição lhe fez assumir a centralidade das principais iniciativas de desenvolvimento do município, de forma que viesse precocemente consolidar a sua vocação agro-industrial.

⁹ Dallabrida e Becker (2003) desenvolveram estudos detalhados sobre esse tema.

Nesse contexto, foram criadas as bases para o surgimento e desenvolvimento do Distrito de Dr. Maurício Cardoso, da conseqüente ocupação do seu território e do seu processo de desenvolvimento socioeconômico.

1.4 O contexto político no período de formação da sociedade regional

A compreensão do período histórico que marcou a formação socioeconômica de Horizontina e Doutor Maurício Cardoso é relevante, pois o país passava por um profundo processo de mudanças, tanto políticas, quanto na concepção do desenvolvimento. Em parte, essas mudanças se efetivaram aqui através do processo de industrialização e a redefinição do modelo agrícola que, por sua vez, foram influenciadas pelas circunstâncias internas e externas, assim como foram determinantes para a formação socioeconômica local/regional.

1.4.1 O contexto externo

O cenário político e econômico externo que coincide com a formação da sociedade regional, portanto, mauriciense, foi de conflito. A implantação da colônia de Santa Rosa, em 1915, aconteceu quando a Primeira Guerra Mundial estava em pleno andamento, enquanto que, todo processo inicial de desenvolvimento de Horizontina e Doutor Maurício Cardoso, foi influenciado pelo contexto da Segunda Guerra Mundial.

Os conflitos mundiais, principalmente o segundo, criaram uma situação desconfortável para o Brasil sob o aspecto econômico, mas principalmente para a aristocracia agrária brasileira, que se sustentava no poder pela manutenção do modelo agro-exportador. As dificuldades de exportar produtos tradicionais, como o café e o açúcar, dos quais dependia a economia brasileira, à época, significava, ao mesmo tempo, dificuldade de importação de produtos industrializados. A crise no comércio internacional, por mais que tenha prejudicado setores tradicionais que sustentavam a economia na República Velha, foi decisiva para fomentar iniciativas nacionais e regionais de desenvolvimento.

A colonização da região da Grande Santa Rosa inseriu-se nos objetivos da política de desenvolvimento regional implantada pelo positivismo castilhisto e nas necessidades de se lançarem as bases de um novo modelo de desenvolvimento nacional a partir da crise do modelo agro-exportador no início do séc. 20 (ROTTA, 1999, p. 46).

Conforme Petrone (1982), nas duas primeiras décadas do séc. XX a estratégia do Estado brasileiro direcionava-se para um forte esforço, no sentido de efetivamente resolver os problemas de fronteira. Para a região, o esforço compreendia em levar adiante o processo de colonização. Esta área ainda carecia de um efetivo projeto de ocupação, o qual deveria acontecer via colonização, como de fato se efetivou. No entanto, a partir dos conflitos mundiais, a estratégia do Estado voltou-se para a promoção do desenvolvimento do modelo industrialista na região.

1.4.2 O contexto interno

No âmbito nacional manifestava-se forte tendência à industrialização, que viria a se iniciar, efetivamente, no governo de Getúlio Vargas. Na região, a incipiente fase industrialista embasou-se na instalação de frigoríficos e laticínios. Somente mais tarde, a partir dos anos 60, é que as transformações no setor primário foram acompanhadas do desenvolvimento do setor metal-mecânico. Este, vinculado à produção de máquinas e equipamentos agrícolas, responsável por colocar em evidência, no cenário nacional, o município de Horizontina.

O desenvolvimento da indústria de máquinas e equipamentos industriais, na região, resulta de um processo associado ao avanço da agricultura brasileira, que se convencionou chamar de 'Revolução Verde'. Essas mudanças promoveram substanciais transformações e delinearam o início de uma nova fase para a agricultura regional, pela introdução da monocultura e a produção quase que exclusiva para o mercado, modificando as práticas da agricultura tradicional e provocando efeitos indiretos, inclusive, no modo de vida dos agricultores e nas relações socioeconômicas, que serão analisadas com mais profundidade nos próximos capítulos desse trabalho.

1.5 O processo de formação socioeconômica de Doutor Maurício Cardoso

O presente item faz uma breve reconstituição histórica sobre a formação socioeconômica do município de Doutor Maurício Cardoso, destacando seus principais momentos, considerando os fatores políticos e econômicos, internos e externos, que influenciaram no processo de desenvolvimento.

1.5.1 Momentos iniciais da ocupação

A origem histórica do atual município de Dr. Maurício Cardoso está estreitamente vinculada ao projeto colonizador que a empresa Dahne, Conceição e Cia desenvolvia na região de Santa Rosa, e que representava a expansão da colonização da grande região. Efetuada a partir de uma relação de parceria entre o setor privado e público, continha caráter ideológico, com vistas aos interesses positivistas e políticos do Estado, ao qual vinculou o território mauriciense.

O Dr. João Dahne era correligionário de Borges de Medeiros, apoiando a República Positivista Gaucha. A Colônia Santa Rosa, sob sua liderança, participou de todos os movimentos revolucionários que eclodiram no Rio Grande do Sul, a partir da década de 20: a Revolução de 1923, a Coluna Prestes, em 1924, a Revolução de 1930 (CHRISTENSEN, 2007, p. 27).

Tais evidências da relação entre o setor privado e público, unidos pela convergência dos seus interesses, precisam ser destacadas para entender a dinâmica do desenvolvimento regional e local, já que permeava ideologicamente o empreendimento colonizador e o tipo de sociedade a ser construída.

Nesse contexto, ao Estado interessava a ocupação para promover o desenvolvimento dessa região de fronteira, que por um período ficou à mercê dos foragidos da lei, contrabandistas e exploradores clandestinos de madeira. “As matas e a proximidade do Rio Uruguai ofereciam recursos fáceis à subsistência e, também serviam de refúgio a toda sorte de foragidos da lei” (CHRISTENSEN, 2007, p. 30-31).

Até 1913, esta área estava sob a vigilância da Colônia Militar do Alto Uruguai, criada pelo imperador D. Pedro II, tendo a sua sede no município de Três Passos, hoje, no atual município de Esperança do Sul. Conforme Christensen (2007), até 1901 a Colônia Militar contava com 1.015 habitantes. Viviam da cultura da cana-de-açúcar, feijão, milho e árvores frutíferas, principalmente cítricas. Registra, ainda, que a Colônia Militar foi atacada por duas vezes, pelos movimentos revolucionários ocorridos no Estado: a Revolução Federalista de 1893 e a Coluna Prestes, em 1924. Porém, em 1913 a Colônia Militar foi desativada, ficando um território sem lei. Como não havia, ali, nenhuma vida socioeconômica mais efetiva, como instituições, nem casas comerciais ou qualquer empresa, ficou uma terra de ninguém.

A região voltaria ao controle do Estado, novamente e de forma gradativa, por intermédio das empresas privadas de colonização, a partir da criação do Distrito de Belo Horizonte, em 1928, cuja efetiva ocupação, no município de Doutor Maurício Cardoso, começou ocorrer com maior intensidade somente a partir da segunda metade da década de 1930.

Dessa forma, a colonização fez parte da estratégica geopolítica do Estado para, definitivamente, garantir o domínio e controle desse território que, segundo Christensen (2007), no período que antecede a efetiva colonização, por ser território fronteiriço, se constituía numa referência para posseiros, ervateiros, madeireiros e contrabandistas. Além disso, a presença desses grupos representava uma ameaça à estabilidade geopolítica, assim como ao domínio territorial existente nas margens do rio Uruguai.

Enquanto Santa Rosa, Três de Maio, Tuparendi, Tucunduva e Horizontina já contavam com maior avanço das atividades comerciais e industriais, na área que compreende o atual território de Doutor Maurício Cardoso existia apenas uma estrutura comercial, montada para exploração e comercialização de madeira, restrita a uma estreita faixa de fronteira, que antecede a implantação do projeto colonizador. A extração de madeira era a principal atividade econômica, embora realizada de forma clandestina e ilegal, enquanto que a agricultura se limitava a fornecer alguns produtos básicos para alimentação. A ausência do Estado, tanto como protetor da fronteira, como criador de canais de acesso ou estradas, além da distância geográfica, inviabilizava qualquer possibilidade de fixação de empresas privadas, que seriam importantes parceiras para a expansão da colonização, assim como dos interesses do Estado. A persistência do vazio demográfico deixava-as vulneráveis, expondo-as à invasão e à exploração irregular da madeira, bem como da fixação de posseiros.

A exploração e comercialização, local, da madeira de lei fazia parte do ciclo econômico do sul do país, iniciado no final do século XIX e prolongando-se até meados do Século XX. Praticada tanto por empresas argentinas como brasileiras, a região de fronteira era apenas um corredor complementar da atividade madeireira da região de Chapecó, no Estado de Santa Catarina. O rio Uruguai era a principal via de transporte, e a construção das balsas, com as próprias madeiras, era o principal meio de transportá-las. Assim, elas desciam o rio, passando pelos 45 km da fronteira do município, até chegar aos mercados de Santo Tomé, na Argentina, e São Borja, no Brasil, na fronteira com o Uruguai, muitas vezes chegando até o rio da Prata, de onde eram embarcadas para os mercados da América do Norte e da Europa.

Motivadas pela possibilidade de enormes lucros, as empresas madeireiras viam, na exploração irregular, uma das formas de poder aumentá-los. Assim, cada vez mais se apropriavam, indevidamente e sem limites, da riqueza oferecida pela mata costeira do rio Uruguai, rica em madeira de lei de diferentes espécies.

Porém, a história do território que hoje constitui o município de Doutor Maurício Cardoso somente acontece sob o ponto de vista oficial e legal, com a conclusão definitiva do projeto de colonização de Horizontina, fazendo de Doutor Maurício Cardoso uma das últimas áreas a serem ocupadas no RS.

A partir daí, a continuidade da ocupação contou com a contribuição dos descendentes de imigrantes europeus. A cultura e o conhecimento tácito nas etnias alemã, italiana, eslavas, entre outros, formaram um conjunto de ativos importantes para o desenvolvimento de Doutor Maurício Cardoso. A eles couberam as primeiras iniciativas de assentarem as bases materiais e antropológicas (culturais), para a formação socioeconômica do município, como a pequena propriedade familiar de produção diversificada, o pequeno comércio, a formação dos povoados, das primeiras comunidades e das primeiras atividades industriais, como moinhos, serrarias, olarias, ferrarias, bebidas, as quais tinham destaque principal.

A atual sede do município foi fundada em 1942, sendo denominada inicialmente de Esquina Guajuvira. Isso se devia ao fato de existir, como referência, uma enorme árvore dessa espécie, onde atualmente é o encontro entre a Avenida Getúlio Vargas com a Rua Perimetral Londero. Nesse período, a vida socioeconômica do município era mais intensa nas comunidades interioranas.

Com o passar do tempo, o Sr. Luis Giacomelli, encarregado de fazer as demarcações, iniciou o trabalho para assim fazer a entrega de títulos aos proprietários. Luis Giacomelli reuniu os moradores e sugeriu a troca do nome. Passaria de Esquina Guajuvira para Doutor Maurício Cardoso, em homenagem a um grande amigo seu, então deputado Doutor Maurício Cardoso, morte em acidente de avião em 23 de maio de 1938. Os moradores aceitaram a sugestão e passaram a chamar esse lugar de Esquina Doutor Maurício Cardoso (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Prefeitura Municipal de Doutor Maurício Cardoso, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Doutor Maurício Cardoso - Um Resgate Histórico, 1996)

Mas, com a emancipação política de Horizontina, em 28 de fevereiro de 1955, Doutor Maurício Cardoso passou da condição de 4º Distrito de Santa Rosa, para primeiro Distrito de Horizontina.

Em 08 de fevereiro de 1985, lideranças locais iniciaram o processo de emancipação, com a formação da Comissão Emancipacionista, à qual coube a realização do estudo de

viabilidade. Após a conclusão de todo o processo legal, que constava do credenciamento da comissão, da realização da consulta plebiscitária e alteração da área emancipada, efetivamente é criado o Município de Doutor Maurício Cardoso, pelo processo nº 7.528/87-6, Projeto de Lei nº 302/87 e, finalmente, a Lei nº 8.455 de 08 de dezembro de 1987.

1.5.2 Principais fases que marcaram a evolução socioeconômica de Doutor Maurício Cardoso

No processo de formação socioeconômica de Doutor Maurício Cardoso é possível distinguir três fases, que se destacam pelos diferentes períodos históricos vivenciados pelo município, na sua trajetória histórica de desenvolvimento.

A primeira remonta ao período do início da ocupação (+ ou - 1900) até o processo de modernização da agricultura, que ocorreu entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, quando iniciaram as transformações promovidas pela Revolução Verde. A segunda (1960 -1988) é evidenciada e caracterizada pela implementação e desenvolvimento da modernização agrícola até sua crise, na década de 80. A terceira abarca o período da emancipação político-administrativa, ocorrida em 1988 até os dias atuais.

a)Primeira fase: do período que antecede o Projeto de Colonização à modernização agrícola (+/- 1900 – 1960)

A história da ocupação da área, que hoje compreende o Município de Doutor Maurício Cardoso, precede à implantação do projeto oficial de colonização, cuja efetivação só começou a acontecer a partir do ano de 1926. Assim, é possível subdividir a primeira fase em dois momentos, de acordo com o processo de formação histórica. No primeiro, far-se-á uma breve abordagem socioeconômica e política do período que precede a implantação do projeto de colonização e, no segundo, reportar-se-á ao início da ocupação legal, que foi iniciada em 1927, conforme Machado (1995), com a fixação do marco inicial do loteamento, para logo ser efetivada pela implantação do Projeto de Colonização e pela chegada dos primeiros imigrantes, descendentes de europeus, vindos das colônias velhas, destacando-se os aspectos socioeconômicos e políticos que influenciaram na formação e organização espacial do município.

Com relação ao contexto socioeconômico e político do período que precede a colonização, conforme descreve Christensen (2007) sobre a formação histórica de Horizontina, o território de Doutor Maurício Cardoso já era habitado desde o final do século XIX, por famílias remanescentes de índios e negros. Estes, descendentes de escravos, que trabalhavam em serviços braçais, como a abertura de estradas, construção de pontes, entre outros. O surgimento desses grupos sociais, no município de Doutor Maurício Cardoso, conhecidos como nacionais, é consequência do avanço do modelo civilizatório capitalista na região. Porém, foram tidos como incapazes, assim como inferiorizados pelos colonos brancos, que buscavam refúgio nessas áreas devolutas e ainda inexploradas. Além dos já citados, a ocupação do território mauriciense, nesse período, também contou com a presença de fugitivos dos presídios de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Maria, estando mais restrito às áreas próximas do rio Uruguai.

A chegada desses grupos sociais, que antecede o início do século XX, marcou o início da ocupação e se acentuou na localidade de Vila Pranchada, na parte leste do município, atualmente o segundo Distrito. No contexto histórico regional, a Colônia Santa Rosa estava firmando seus primeiros passos para se tornar um centro regional, sendo que a vila de Belo Horizonte apenas começava a surgir, e no local onde hoje se situa a cidade de Doutor Maurício Cardoso, nada existia e assentava-se sobre esse espaço apenas a exuberante floresta subtropical.

A principal atividade econômica do território mauriciense, nessa fase, fazia parte do ciclo econômico madeireiro do sul do país e se restringiu apenas à faixa próxima ao rio Uruguai, não possuindo nenhum vínculo com o comércio da região. A exploração de madeira esteve vinculada à exploração das matas de araucária da região de Chapecó, no oeste catarinense. Essa estrutura de exploração, transporte e comercialização de madeira se constituiu numa importante alternativa de trabalho e fonte de renda, para a subsistência desses grupos sociais, nesse período.

A atividade de exploração da madeira fazia parte de uma estrutura de comércio, independente da praticada na região de Santa Rosa, por empresas privadas do sul do Estado e da Argentina, que extraíam e transportavam a madeira in natura.

O eixo comercial dessa madeira era o sul do RS e algumas cidades do Uruguai e da Argentina, como Santo Tomé, e tinha o rio Uruguai como a única via de transporte para chegar até o rio da Prata. Juntamente com o comércio de madeira, praticava-se o comércio de produtos alimentícios, de necessidades básicas, como farinha, sal, além de querosene, graxa,

tecidos, ferramentas para o trabalho diário, os quais chegavam até os pequenos comerciantes locais, onde eram revendidos aos moradores que trabalhavam na exploração de madeira

O transporte e a comercialização dessas mercadorias eram realizados por lancheiros que vinham do sul do Estado e da Argentina, para rebocar a madeira extraída e embalsada na região de Chapecó, no oeste de Santa Catarina. Com isso dinamizou-se, ao longo das margens do rio Uruguai, a atividade comercial, inclusive nos 45 km de fronteira do território mauriciense. Essa atividade se desenvolveu tanto no lado argentino, quanto no brasileiro, onde também eram cultivados alguns produtos, como o milho, o arroz, a cana-de-açúcar, a mandioca, bem como frutas cítricas, que complementavam os produtos trazidos e comercializados pelos balseiros.

Para os grupos sociais que habitavam as margens do rio Uruguai, não havia uma rígida separação na fronteira entre os dois países, cuja fiscalização era exercida até 1913 por um precário Posto da Polícia Militar, montado pelo Estado em 1892. Conforme registro de moradores mais antigos, a presença militar não era capaz de impedir as relações fronteiriças. Assim, muitos brasileiros fixavam-se no lado argentino sem nenhum impedimento. Lá estabeleciam suas casas comerciais, estreitando ainda mais as relações fronteiriças entre os dois países vizinhos.

Conforme Schallenberger e Hartmann (1981), ainda durante a primeira fase da formação da Colônia Santa Rosa, mais precisamente entre 1915 e 1928, a parte oeste do município de Doutor Maurício Cardoso, na divisa com Tucunduva, já começava a ser ocupada por colonos de origem eslava, principalmente por russos e poloneses, que adiantavam a ocupação na região pelos Distritos de Tuparendi e Tucunduva, um dos dois braços de expansão da Colônia Santa Rosa.

A ocupação dessa área do território mauriciense antecipou-se ao processo de colonização começado por Horizontina, em 1928. Através deles, essa área do território mauriciense se tornou uma das mais dinâmicas na época, a primeira a desempenhar uma vida econômica e social efetiva, com desenvolvimento de uma expressiva rede de pequenos estabelecimentos comerciais e industriais, como moinhos, ferrarias, marcenarias e serrarias. Promoveram, também, o desenvolvimento da agricultura, com o cultivo de produtos básicos para a subsistência e a criação de animais. O excedente da produção atendia a demanda comercial no município de Santa Rosa e nos distrito de Tucunduva, Tuparendi.

O segundo momento abarca o contexto socioeconômico e político do período que precede a implantação do Projeto de Colonização de Horizontina (1926 - 1960) e destaca-se

pela importância das relações constituídas entre o Estado e o setor privado, o desenvolvimento da agricultura, assim como pela concepção ideológica que preconizou o processo de formação socioeconômica e espacial de Doutor Maurício Cardoso.

Nesse período histórico, destaca-se a intensa vida interiorana das primeiras comunidades de Doutor Maurício Cardoso e as transformações que foram ocorrendo, a partir do processo de modernização agrícola e industrial.

Com relação ao contexto que caracterizou o segundo momento, é imprescindível destacar a efetiva participação do setor público e privado na trajetória histórica de desenvolvimento do município de Doutor Maurício Cardoso.

A trajetória histórica explicita a inter-relação dos interesses convergentes, do projeto colonizador do Estado com as empresas privadas, e mostra porque foram decisivos para que essa realidade fosse, aos poucos, sendo modificada. Embora a fixação dos primeiros colonos tenha ocorrido ainda antes de 1926, na parte oeste do território, pela expansão da colonização de Tucunduva, foi a partir da efetivação da colonização, iniciada pela empresa Dahne, Conceição & Cia, em 1928, que a colonização do município de Doutor Maurício Cardoso teve seu processo mais intensificado. Pois, ocorreu a partir desse momento um acelerado processo de imigração, que durou até a primeira metade da década de 1940, praticamente concluindo o processo de ocupação das últimas áreas do interior mauriciense e do Estado. A partir daí, rompem-se os vínculos e a dependência exclusiva da exploração madeireira da fronteira, uma vez que no Distrito de Tucunduva os imigrantes intensificaram as relações socioeconômicas com o Distrito de Horizontina.

A partir de então, foi fundada a atual sede do município de Doutor Maurício Cardoso, em 1942, tendo como primeira denominação Esquina Guajuvira. Logo mais tarde, o Sr. Luis Giacomelli, um dos demarcadores das terras, sugeriu que o nome fosse mudado para Doutor Maurício Cardoso, em homenagem ao deputado Doutor Maurício Cardoso, que tinha estreitas relações com lideranças locais. Para neutralizar a disputa entre Doutor Maurício Cardoso e Vila Pitanga, pela localização da primeira Subprefeitura, a mesma foi instalada na Esquina Duque de Caxias, localizada entre estas duas localidades, tendo como subprefeito o Sr. Luiz Leopoldino de Souza.

Com a emancipação de Horizontina, em 28 de fevereiro de 1955, Doutor Maurício Cardoso passa a ser o 1º Distrito, tendo como primeiro subprefeito nomeado, o Senhor Pio José Dotto e, como prefeito, o Dr. Jorge Antônio Legemann. Esse tem sido um marco histórico importante para o Distrito mauriciense, pois além de começar a ganhar força

institucional, aproxima as relações socioeconômicas e políticas com Horizontina, que já começava a dar sinais da sua vocação industrialista.

Nesse período, a região de Santa Rosa já experimentava um grande crescimento das atividades econômicas, com destaque à agroindustrialização, impulsionada pelo desenvolvimento da produção agropecuária, o que incentivou a vinda dos primeiros colonos para a região. Com isso, no final da década de 1940 a região que hoje compreende o município de Doutor Maurício Cardoso estava totalmente ocupada e suas bases socioeconômicas formadas. Nessa formação predominou a pequena propriedade familiar, com produção bem diversificada, basicamente para o sustento da propriedade, uma vez que apenas o excedente era comercializado. Juntamente com isso, havia uma rede de pequenos comerciantes presentes em todas as comunidades, responsáveis pela comercialização do excedente, mas que também exerciam uma função importante no processo de desenvolvimento. Destaca-se nesse período a capacidade e a autonomia dos colonos, no que tange ao desenvolvimento das pequenas indústrias, que atendiam as demandas mais importantes no processo de desenvolvimento, conforme poderá se observar no próximo capítulo.

Assim como o projeto de colonização e criação do Distrito de Horizontina estreitou os vínculos de relações com o território do atual município de Doutor Maurício Cardoso, a mesma razão foi responsável pela decadência das relações comerciais fronteiriças e irregulares, que ocorriam espontaneamente com o vizinho país, a Argentina. Após a ausência do Estado na região, por alguns anos, re-implanta o sistema de vigilância na fronteira através da criação de diversos destacamentos da Polícia Militar, nas margens do rio Uruguai. Isso, com objetivo de exercer o controle da fronteira com a Argentina e dar segurança aos colonos brasileiros.

Nesse contexto, a vinda dos imigrantes foi fundamental para lançar a base sociocultural, da qual se originou todo o processo de desenvolvimento do município de Doutor Maurício Cardoso. Base que se assentou na pequena propriedade familiar e que deu origem aos primeiros núcleos de povoamento com, as primeiras casas comerciais, os moinhos, serrarias e ferrarias, que foram responsáveis pela dinamização da vida socioeconômica, em todo o interior do município. A organização socioespacial formatada durante a colonização do interior do Distrito de Horizontina e, mais especificamente a área que compreende o atual território de Doutor Maurício Cardoso, foi a primeira forma de

inserção do lugar no contexto político e econômico regional e nacional, até o início da década de 1960.

A partir daí, as mudanças decorrentes da modernização industrial e agrícola no país provocam mudanças nas estruturas sociais, econômicas e culturais, fundadas durante a colonização, como a suinocultura, a indústria artesanal, o comércio local e as relações sociais entre as famílias, bem como das e das famílias com a comunidade. Características que foram responsáveis pela organização e dinamização socioeconômica do município, na fase inicial da sua trajetória histórica de desenvolvimento.

b) Segunda fase: da modernização agrícola à emancipação político-administrativa do município de Doutor Maurício Cardoso (1960 - 1988)

Essa fase evidencia e caracteriza as transformações decorrentes da modernização¹⁰ da agricultura, assim com de seus impactos socioeconômicos e ambientais sobre o território mauriciense, decorrentes de um acelerado processo de transformação que re-significou a agricultura local, a qual vinha sendo praticada de forma mais independente, diversificada e, principalmente, garantia a sustentabilidade da propriedade, até então.

A modernização da agricultura foi um processo que no Brasil teve início na década de 1950 e que fez parte de um conjunto de mudanças de abrangência mundial, que ficou conhecido pelo fenômeno da 'Revolução Verde'. Este, teoricamente, tinha o objetivo de aumentar a produtividade agrícola, no mundo, para combater a fome. No entanto, conforme Brum e Trennepohl (2005), isto ocultava os interesses econômicos e políticos das grandes corporações na economia mundial.

A agricultura tradicional foi sendo substituída por uma agricultura modernizada. Essa possibilidade representava a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento de máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer os financiamentos aos países que aderissem ao processo de modernização (BRUM e TRENNEPOHL, 2005, p. 28).

A partir de 1965, com o novo impulso, a Revolução Verde se expande para outros países, inclusive o Brasil. Por conta disso, ocorreu a desarticulação dos centros nacionais de

¹⁰ Conforme Rotta (1999, p. 73-113), resultou de um conjunto de mudanças sociais, econômicas e políticas, onde uma determinada sociedade supera estruturas tradicionais, desenvolvendo novas formas de produção, criando sistemas de comércio, transporte e comunicação mais avançados, incorporando novos padrões e normas de comportamento.

pesquisa, tanto privados e públicos, quanto de algumas universidades, condicionando os países subdesenvolvidos aos interesses das corporações internacionais.

Além de promover a monopolização do controle da produção tecnológica de sementes, insumos e máquinas agrícolas, construíram uma relação muito sólida entre o sistema financeiro internacional e as grandes empresas do ramo.

Eles fechavam o círculo de dominação, pois emprestavam o dinheiro que era usado pelos agricultores para adquirir os maquinários e os insumos modernos, em sua grande maioria, produzidos por suas próprias empresas multinacionais. E, ainda, controlavam a comercialização internacional de grãos (BRUM e TRENNEPOHL, 2005, p. 29).

No início da década de 60, em decorrência do avanço da modernização evidenciaram-se as primeiras tendências de mudanças do modelo de organização socioeconômico instituído durante o processo de colonização, no município de Doutor Maurício Cardoso.

Com relação à questão política, a modernização favoreceu o surgimento de uma elite política e agrária no país, que historicamente tem influenciado na formação de um poder local, representado pela elite industrialista regional, inclusive de Horizontina. Por isso, mesmo que tenha sido parte de um modelo desenvolvimentista, monocultor, apropriado aos grandes produtores, foi também apresentado como uma alternativa para o município de Doutor Maurício Cardoso, com predominância de pequenos agricultores familiares, sem que houvesse nenhum questionamento sobre sua viabilidade.

Para Brum (2005), a não efetivação das reformas estruturais propostas para o país prejudicou ainda mais os pequenos agricultores familiares, constituindo-se num instrumento de 'modernização conservadora' que promoveu a concentração das melhores terras a um grupo seletivo de agricultores e modificou toda a estrutura agrária colonial. Desta forma, as mudanças promoveram alterações na organização socioterritorial, formada durante a colonização.

No município de Doutor Maurício Cardoso, as transformações decorrentes da chamada Operação Tatu¹¹ provocaram impactos diretos nos setores mais evoluídos da época, como a suinocultura, a rede de comércio e as atividades industriais, pois sinalizou as

¹¹ Foi um amplo programa envolveu diversas instituições, inclusive financeiras, para viabilizar estudos, experiências para recuperar a capacidade produtiva do solo. Previa a realização de análise de solo e sua correção através da aplicação de calcário e adubos químicos, combinadas com novas técnicas de cultivo e manuseio do solo e a seleção de sementes (ROTTA, 1999).

primeiras evidências de um processo transitório entre o modelo agro-industrial local e a modernização que vinha ocorrendo.

A Operação Tatu iniciou-se como um programa de recuperação da fertilidade do solo, por iniciativa de Associação Rural de Santa Rosa e contando com a participação da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a orientação de especialista em solo da Universidade de Wisconsin através do convênio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a United States Agency for International Development (USAID) (ROTTA, 1999, p. 74).

No entanto, como a agricultura tradicional também apresentava problemas, como o desmatamento irregular, o desgaste do solo e a respectiva redução dos índices de produtividade, esses fatores levaram muitos agricultores a migrarem para o estado de Santa Catarina e Paraná, a procura de novas terras ainda férteis. Diante disso, a modernização agrícola e industrial, mesmo que tenha intensificado os problemas ambientais, deu contribuição importante para o processo de desenvolvimento, pois trouxe consigo um conjunto de fatores positivos, tais como a mecanização, o uso de insumos químicos e a implantação do projeto de recuperação do solo, o que de certa forma ocasionou resultados substanciais para melhorar os índices de produtividade da agricultura e da vida de muitas famílias de agricultores.

Porém, como o processo de modernização da agricultura dependia de terras planas, o aspecto topográfico foi outro fator que implicou na trajetória de desenvolvimento da agricultura, no município de Doutor Maurício Cardoso. O território do município apresenta significativas diferenças físicas, sendo que na metade leste o relevo é acidentado e pedregoso. Com isso, boa parte do solo possui pouca profundidade devido à superficialidade da rocha basáltica, e o padrão de desenvolvimento introduzido pela modernização teve suas limitações. Assim, muitos agricultores não tiveram êxito com a disponibilidade do conjunto de ativos que foram priorizados através da Operação Tatu, o que terminou por excluir do processo de desenvolvimento um grande número de produtores familiares.

No entanto, na região de terras planas, o solo humoso e de maior profundidade foi também um diferencial para garantir melhores rendimentos, principalmente nos períodos de estiagem ou de excesso de umidade. Nessas condições, esses agricultores conseguiram estabelecer uma relação mais eficaz com o sistema financeiro e comercial, a qual reverteu em vantagens significativas, em relação aos demais produtores. Atualmente verifica-se que a maioria desses agricultores teve facilidade de acesso aos ativos, como o crédito para recuperação de solo, aquisição de máquinas e insumos e, conseqüentemente, melhor

produtividade. Assim, com melhor capacidade de produção, tiveram melhores condições para saldar seus compromissos e ainda obterem lucratividade.

O processo de exclusão do pequeno produtor também ocorreu na região de terras melhores, porém, em menor índice e num espaço de tempo mais prolongado, pois nessas áreas os agricultores puderam resistir por mais tempo.

Por conta disso, o processo de modernização da agricultura aumentou a produção de grãos e a mercantilização da produção, exigindo a formação de novas estruturas comerciais. Com base em Brum e Trennepohl (2005), destaca-se nesse período, final da década de 1950 e, mais precisamente na década de 1960, o surgimento das cooperativas e empresas privadas que se adequaram às novas exigências, através da construção de silos e armazéns capazes de armazenar a produção. Paralelamente, as cooperativas criaram uma rede de supermercados e lojas, nas quais eram disponibilizados, aos agricultores, desde produtos destinados à alimentação humana e animal, até ferramentas, equipamentos e máquinas agrícolas. Desta forma, a entrada das cooperativas no mercado contribuiu para modificar toda estrutura de produção e comercializados que representava um dos principais ativos construídos durante o processo de colonização.

No período anterior, os produtos eram geralmente produzidos para atender às necessidades de subsistência do agricultor e sua família e apenas os excedentes eram comercializados em “bolichos” ou “vendas” próximas, cujos proprietários encaminhavam aos comerciantes maiores ou atacadistas nos principais centros urbanos (BRUM e TRENNEPOHL, 2005, p. 35).

No município de Doutor Maurício Cardoso, a primeira cooperativa a exercer essa função foi a Cooperativa Mista Candeia e, logo mais tarde a Cooperativa Tritícola Três de Maio (COTRIMAIO), consolidando-se como novos agentes econômicos e uma nova possibilidade de desenvolvimento para os agricultores rurais que se modernizavam.

Desta forma, a sociedade local buscou no cooperativismo uma maneira de organização que centralizasse o processo produtivo e protegesse o produtor diante das dificuldades do mercado e do acelerado processo de transformação, pelo qual passava a agricultura, na década de 60. Na perspectiva de auxiliar o produtor e protegê-lo contra a especulação das empresas privadas, a COTRIMAIO, por intermédio da sua unidade instalada no município, além disponibilizar toda estrutura de armazenagem e comércio, criou também uma frota de caminhões, que serviam para o transporte da produção para o mercado interno, bem como ao porto de exportação, de onde traziam insumos, como calcário e fertilizantes. Também davam

suporte aos produtores através da intermediação dos financiamentos agrícolas, junto aos agentes financeiros.

Nessas condições, as cooperativas se tornam mais um agente econômico¹² do mercado, pois estavam mais voltadas para compor as estruturas de armazenamento e comercialização do modelo agrícola, decorrente da Operação Tatu, do que para proteger, deixando o produtor exposto ao processo de mercantilização da produção. Juntamente com as outras empresas cerealistas, privadas, as cooperativas foram colaboradoras com o processo que elevou o nível de dependência da agricultura familiar local ao sistema capitalista.

O novo contexto socioeconômico, decorrente da modernização, gerou desconforto e insatisfação para considerável parcela da sociedade mauriciense. Por conta disso, surgiram no município as primeiras manifestações de setores organizados da sociedade, vinculados a algumas organizações, como pequenos agricultores familiares, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Igrejas, intelectuais e organizações não-governamentais (ONGs), cuja manifestação mais consistente dessa reação foi o surgimento do Movimento dos Sem Terra (MST), atualmente bem organizado e em efetiva atuação na defesa dos seus princípios.

Se por um lado, a modernização agrícola e industrial trouxe melhorias tecnológicas e promoveu o aumento da produtividade, além da re-significação dos métodos de produção e do trabalho na agricultura do município, por outro, provocou problemas sociais. Como exemplo disso se tem a exclusão dos pequenos agricultores familiares, a queda da renda agrícola, o êxodo rural, além dos problemas ambientais que preocupam as pessoas e instituições, atualmente.

c) Terceira fase: da emancipação político-administrativa (1988) aos dias atuais

Esta abarca o período que envolve todo o processo de emancipação político-administrativa até os dias atuais. Faz referência ao processo de emancipação do município de Doutor Maurício Cardoso e analisa a trajetória histórica da vida política e administrativa e do processo de desenvolvimento do município, mediante ao acelerado processo de descentralização política e administrativa, instituída a partir da Constituição de 1988.

¹² Este tema é destacado por FRANTZ (2005, p. 30-81), onde faz uma análise mais profunda da evolução e da ação das cooperativas no processo de desenvolvimento.

A atual sede do município foi fundada em 1942 e, logo, Doutor Maurício Cardoso era o 14º Distrito de Santa Rosa. Com a emancipação política de Horizontina, em 28 de fevereiro de 1955, passou a ser o primeiro Distrito do novo município, tendo como primeiro subprefeito o Senhor Pio José Dotto e, como primeiro Prefeito de Horizontina, o Dr. Jorge Antônio Logemann, o qual cria o Distrito de Pitanga.

Em 08 de fevereiro de 1985, reuniram-se as lideranças dos Distritos de Doutor Maurício Cardoso, Pitanga e Pranchada, com a finalidade de criar a Comissão Emancipacionista do futuro município de Doutor Maurício Cardoso, a qual passou a avaliar as reais condições para emancipação do referido Distrito.

Diante dos resultados conclusivos e favoráveis ao encaminhamento, em 25 de fevereiro de 1985 foi encaminhado o Relatório Processual da Emancipação que, solicitou o credenciamento da Comissão, dando origem ao processo burocrático de emancipação, que ocorreu da seguinte forma:

1. Em 08 de setembro de 1986 foi protocolado o Processo nº 1.365/85-1, que solicitou a autorização para a realização do Plebiscito;
2. Em 24 de outubro de 1986, sob o Processo nº 6.910/86-6, é autorizada a realização do plebiscito, tendo resultado amplamente favorável à criação do município;
3. Em 25 de agosto de 1987, com base no Processo nº 8.061/86-6, Projeto de Lei nº 143/86 e Lei nº 8.206, de 12 de novembro de 1986, é solicitada a alteração da área emancipada;
4. Em 10 de setembro de 1987, pelo Processo nº 5.192/87-0, é alterado o Artigo 2º da Lei Estadual 8.206/86;
5. Em 04 de novembro de 1987, pelo Processo nº 7.528/87, de acordo com o Projeto de Lei nº 302/87-6 e Lei Estadual nº 8.455, de 08 de dezembro de 1987, é criado, definitivamente, o município de Doutor Maurício Cardoso.

d) Análise do período de emancipação

A emancipação política de Doutor Maurício Cardoso foi realizada com a expectativa de que iria propiciar, à sociedade local, uma nova dinâmica para promover o desenvolvimento no município. Assim, busca-se efetivamente analisar a eficácia da redefinição político-

administrativa dos âmbitos espaciais periféricos¹³, frente ao processo de descentralização¹⁴ política e econômica, além da forma de enfrentar os novos desafios e anseios da sociedade local.

A emancipação ocorreu num período em que o contexto econômico interno do país era marcado por uma profunda recessão e, por conta disso, o desemprego estava sendo o problema social mais preocupante. Enquanto isso, no município a preocupação era com os baixos preços dos produtos agrícolas.

Neste cenário, as mudanças econômicas e políticas da década de 80 convergiam para o avanço da globalização, que se traduziam em mudanças políticas e institucionais.

No Brasil, a decomposição do regime autoritário militar incentivou um fato novo: o surgimento do movimento municipalista, incentivando a descentralização para o poder local. Foi esse modelo novo de federalismo que floresceu no Brasil na última década, consagrado pela Constituição de 1988 (CAMARGO, 2004, p. 41).

A Constituição de 1988, propagada pelo teor da redemocratização do país, redefiniu o papel dos municípios, dando-lhes autonomia e responsabilidade por assuntos de interesse local. Por outro lado, também criou condições para aplicação de um conjunto de reformas econômicas estruturais neoliberais, que relativizaram o papel do Estado, gerando a necessidade de mudanças nas estruturas políticas, institucionais e sociais¹⁵.

Esta nueva visión no se apoya en un modelo claro, lo que permite que refiriéndose al desarrollo local se planteen estrategias contrapuestas. Por un lado, la ortodoxia neoliberal – la cual, hay que subrayarlo, prima en la conducta de la sociedad globalizada y de los Estados a partir de los años 80 - ve en el desarrollo local la posibilidad de deshacerse de ciertas responsabilidades sociales que tienen un coste financiero importante. En este marco, el desarrollo local se plantea como el traspaso de responsabilidades sociales a actores de la sociedad civil tales como instituciones locales, organizaciones de beneficencia, grupos de presión, que pueden asumirlas de manera más eficiente, y sobre todo, con recursos inferiores (AMIN, 2005). Por otra parte, una perspectiva comunitaria plantea un cambio en la visión del Estado con el fin de configurar nuevos espacios de autonomía donde puedan afirmarse nuevas solidaridades locales, formas activas de identidad que les den al pueblo, localmente organizado, un mayor poder de participación en la toma de decisiones (KLEIN, 2005, p. 30).

Com o objetivo de analisar as instituições, assim como a descentralização e seu impacto, mais especificamente nos pequenos municípios, algumas interrogações são pertinentes.

¹³ Refere-se aos municípios e cidades com pequeno número de habitantes, economicamente baseados em atividades agropecuárias, de pouca representatividade política e distante de centros socioeconômicos mais desenvolvidos.

¹⁴ Bercovici (2004), no capítulo dois da sua obra 'Dilemas do Estado Federal Brasileiro' faz uma análise consistente sobre a temática do Federalismo e a Descentralização a partir da Constituição de 1988.

¹⁵ Tendo como referência Lyra (2003, p. 193-216).

En primer lugar, cuáles son las constricciones iniciales bajo las que se desarrolla la descentralización y cómo éstas afectan al posterior desarrollo del proceso. En segundo lugar, cómo el empoderamiento del local puede constituirse en un fuerte insumo en la lucha contra la desigualdad. En tercer lugar, el rol que puede desempeñar la segunda cámara legislativa en la lucha contra la desigualdad interterritorial, mejorando las tensiones que pudieran generarse entre descentralización y redistribución; esto es, entre la autonomía local y la solidaridad entre regiones de un mismo Estado (NAVARRO, 2004, p. 307).

Nesse conjunto de transformações estão inseridos os recém emancipados municípios que, na grande maioria, são pertencentes a âmbitos espaciais periféricos, como é o caso de Doutor Maurício Cardoso, objeto desse estudo. Dentre as mudanças, o processo de descentralização fez parte de um conjunto de medidas político-econômicas, orientadas pelo paradigma neoliberal.

Com relação ao plano interno, implicou na transferência de responsabilidades e de competências para os governos locais, explicitando duas visões diferentes do desenvolvimento local. De acordo com Vergara (2004, p. 27), “a primeira o vê sob a lente econômica, relacionando-o à inserção competitiva. A segunda questiona o padrão de desenvolvimento alcançado ao longo das últimas décadas e adotado à idéia de cidadania ampla, isto é, de inclusão social dos excluídos”.

Tais mudanças causaram impactos significativos nas administrações políticas e nas instituições locais que, na condição de novos atores, tiveram que efetivamente exercer a sua governança¹⁶ no processo de desenvolvimento. No entanto, os municípios periféricos apresentam um grande déficit de ativos sociais, diante dos desafios da globalização.

Em primeiro lugar, Navarro (2004) mostra como a descentralização pode oferecer novos canais institucionais para diminuir os problemas da desigualdade entre as regiões, principalmente no aspecto político. Porém, as instituições políticas continuam mantendo as mesmas estruturas, não se adequando à nova realidade. Por conta disso, abre-se espaço a um novo estudo, para avaliar o impacto nos municípios periféricos e entender a forma pela qual a descentralização política poderia contribuir para formar novos atores e instituições, com a possibilidade de ajudar a melhorar o problema de iniquidade de acesso político, além de eliminar as relações de desigualdade na institucionalidade política do Estado.

A busca de respostas para tais inquietudes ainda permanecem no município de Doutor Maurício Cardoso. Teria a frágil estrutura social e institucional diminuído a sua capacidade de

¹⁶ O tema é abordado por Dallabrida e Becker (2003).

articulação horizontalizada, de interagir de forma mais autônoma no seu processo de desenvolvimento, em função de um Estado clientelista e ditatorial?

É característica própria, dos regimes militares, fragilizarem as relações horizontais de colaboração e solidariedade cívica¹⁷ ou de quaisquer outras formas que pudessem promover iniciativas, oriundas da sociedade. Por conseqüência disso, na sociedade mauriciense imperam as relações clientelistas, de dependência e de submissão da sociedade local, com relação ao poder político, em todas as esferas. Conforme PUTNAM (2005), as relações clientelistas são indicadoras de uma sociedade fragmentada e desorganizada, que vê no clientelismo a única forma para resolver seus problemas.

Diante do exposto, a sociedade local encontrou-se desprovida de valores qualitativos de seus atores, incapazes de empreender uma nova dinâmica socioterritorial, apta para redefinir democraticamente o papel das instituições locais, e assim aplicar formas e dinâmicas articuladas, para conquistar maior empoderamento¹⁸ e uma gestão pública municipal eficaz.

Em segundo, a política macroeconômica refletiu-se negativamente nos municípios periféricos. A apropriação de grande fatia da receita fiscal, pela União, deixou os municípios periféricos e de pouca representatividade política enfraquecidos. “Enquanto a transferência de receitas foi constitucionalmente estabelecida, a de encargos permaneceu indefinida, gerando responsabilidades crescentes para os municípios, cuja proximidade da população exigiu a expansão de encargos, embora sem a equivalente redistribuição de recursos” (CAMARGO, 2004, p. 43). Dessa forma, além de serem limitados pelos escassos recursos públicos, também encontraram dificuldades pela ausência de recursos humanos, dotados de inteligência coletiva capacitada e hábil para efetivar a governança, pela construção de um pacto socioterritorial¹⁹.

Em terceiro, o clientelismo político eleitoral que, tendo sua origem no processo político-eleitoral, evidencia-se como um fator limitador da eficácia do desenvolvimento, nos âmbitos espaciais periféricos. Nos períodos eleitorais locais, perpetuam-se as velhas práticas eleitoreiras, de troca de favores. Agentes públicos criam estreitos laços com parlamentares, como forma de garantir recursos provenientes de Emendas Parlamentares, de maneira que cada deputado se compromete em atender alguma demanda da comunidade, e forme seu curral eleitoral. Esta forma de articulação clientelista dificulta o desenvolvimento porque, na maioria dos casos, os recursos são aplicados em pequenos projetos fragmentados. A persistência destas práticas políticas dificulta a aproximação e desqualifica a inter-relação

¹⁷ Nesse contexto, o civismo tem a ver com igualdade, com engajamento e envolvimento social.

¹⁸ Aqui o empoderamento é entendido como a apropriação das relações socioterritoriais com vista à formação de um pacto socioterritorial local autônomo.

¹⁹ O tema é abordado por Dallabrida e Becker (2003).

entre os governos, instituições e atores locais, que ficam cada vez mais amarrados a seus interesses individualistas e, muitas vezes, vinculando para tal fim as suas bases comunitárias.

Decorre desse processo, também, o acirramento do embate político ideológico entre os diversos setores da sociedade. E os conflitos, decorrentes de uma sociedade ainda pouco cívica, dificilmente são conciliáveis, tornando-se característica explícita dos governos dos municípios periféricos. Segundo Putnam (2005), o remédio para uma sociedade fragmentada é o clientelismo, porém seu efeito colateral fragiliza, ainda mais, a qualidade das relações de confiança e solidariedade entre as instituições e atores locais, implicando negativamente no desenvolvimento local.

A revalorização dos governos locais/regionais era justificada, e davam a entender que descentralizar é democratizar. Que as administrações locais, por estabelecerem relações diretas com povo, estariam mais sujeitas ao seu controle. No entanto, o sentido da descentralização foi dado apenas pela concepção da gestão pública e meramente política. A descentralização, que abriu novos canais e exigiu novas dinâmicas territoriais de desenvolvimento, passou despercebida pelos governos e instituições locais, assunto que será complementado no último capítulo deste trabalho.

No próximo capítulo serão identificadas e analisadas as principais iniciativas de desenvolvimento, que foram implantadas nos diferentes períodos da trajetória histórica, de formação socioeconômica, do município de Doutor Maurício Cardoso.

2. PRINCIPAIS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO

Neste capítulo são identificadas e analisadas as principais iniciativas que contribuíram na formação socioeconômica e desenvolvimento do município, efetuadas a partir do início da colonização até a última década, considerando sua evolução e eficácia para o processo de desenvolvimento do município de Doutor Maurício Cardoso.

2.1 A suinocultura

A suinocultura deixou sua marca na trajetória de desenvolvimento de Doutor Maurício Cardoso. Na fase inicial da colonização, esta se constituiu numa atividade indispensável para a subsistência de todas as famílias, porém não teve a mesma importância para a economia do município, a partir da introdução do cultivo da soja.

A atividade era desenvolvida de forma rústica, do tipo tradicional, com animais de baixa qualidade genética²⁰, mas bem adaptados para as necessidades da época. Porém, num curto prazo, a partir da década de 1950, aproximadamente, a produção voltou-se para atender a demanda do mercado interno do país. Isso provocou um conjunto de mudanças no processo de produção, de forma que gradativamente os métodos de produção tradicionais foram sendo alterados, em função do melhoramento genético do rebanho. As mudanças faziam parte da adaptação do setor, para atender a crescente demanda, o que proporcionou maior valor comercial, transformando a atividade numa das principais fontes de renda para a agricultura familiar local e regional.

No final da década de 50 e, mais precisamente no início da década de 60, evidenciaram-se os primeiros sinais das mudanças do modelo de organização social e

²⁰ Eram criados em mangueiras e chiqueiros, sem qualquer controle sanitário. A banha era o produto que tinha maior valor comercial. “Mesmo utilizando técnicas tradicionais e sem aprimoramento genético, a criação de suínos proporcionava lucro, mediante a venda do animal e, principalmente pela sua transformação em banha (ROTTA, 1999, p. 59).

econômica, implantado durante o processo de colonização do território mauriciense, que ocorreram em função da modernização agrícola, na qual a suinocultura deu importante contribuição.

No município, a partir da década de 60, a atividade se deparou com um dilema conseqüente do próprio processo de modernização da agricultura regional. Se, por um lado, esse processo trouxe benefícios também para a suinocultura, como o melhoramento genético, a melhora na alimentação e nas instalações, por outro, ao priorizar a expansão da lavoura da soja, em função da Operação Tatu e do aumento da demanda do produto no mercado interno e mundial, a criação de suíno começou a ser colocada em segundo plano. Os agricultores, ao sentirem os benefícios da modernidade trazida pelas máquinas, principalmente pelo cultivo mecanizado, passaram a produzir para o mercado e não mais para uso na alimentação dos suínos.

No município não foi diferente. Os produtores que optaram por permanecer na atividade tiveram que se inserir-se no processo de mudanças que estavam ocorrendo, com relação ao processo de produção e comercialização. Para tanto, não podiam prescindir da adequação da estrutura da propriedade e do manejo, com relação ao processo de produção que, cada vez mais exigente, passou a ser não só um requisito das inúmeras demandas do mercado, mas também a garantia de melhores preços pagos ao produtor. Porém, isso não assegurou a posição destacada da atividade, na formação do valor agregado do município, que passou a ser suplantada pela expansiva produção de soja, mas que por outro lado, não significou seu fim.

A partir da década de 70, a suinocultura foi gradativamente perdendo sua importância na participação do PIB do município. A tentativa de incrementá-la na década de 90 foi tímida e ficou reduzida a um pequeno número de produtores. A opção dos agricultores voltou-se, então, para o incremento da produção de leite. Porém, mesmo assim, o cultivo de soja, trigo e milho continuou predominando na maioria das propriedades rurais.

No município, a suinocultura cresceu vinculada ao exitoso desenvolvimento que a atividade vinha tendo na região, com a instalação de diversos frigoríficos. O aproveitamento dos fatores estruturantes de Santa Rosa, a suinocultura, tornou-se a principal atividade econômica, constituindo-se numa das principais fontes de renda para os agricultores familiares do município. O bom desempenho da atividade, em âmbito regional, conquistado pelo dinamismo econômico que a mesma desencadeou em Santa Rosa, teve seus reflexos em

outros municípios da região, o que caracterizou o período que ficou denominado de ‘ciclo do suíno’ (ROTTA, 1999, p. 70).

A exemplo dos fatores estruturantes da região, a suinocultura também dependeu da expansão da demanda gerada pelo mercado regional e do Sudeste do país, decorrentes do acelerado processo de industrialização e urbanização, em andamento no Brasil. Portanto, representou uma das primeiras experiências de relações dos agricultores com o mercado, cumprindo com o importante papel de promover a inserção da economia local no cenário regional e nacional.

Para muitos produtores, a suinocultura foi importante porque, segundo Rotta (1999), agregava valor aos produtos produzidos na propriedade. Os bons resultados advindos da atividade fizeram com que muitos produtores familiares efetivassem a aquisição de novas áreas de terra e melhorassem, assim, suas condições de vida. Ela simbolizou um período próspero para o desenvolvimento da agricultura local, até o final da década de 60.

A partir daí, as transformações e melhoramentos dos processos produtivos e da comercialização, conseqüentes do processo de redefinição da agricultura regional, provocaram efeitos contrários, colocando a atividade numa situação paradoxal. Nesse contexto, a soja passa a ser cultivada prioritariamente e em escala comercial, enquanto que a suinocultura foi sendo relegada a um segundo plano. Essa mudança veio justaposta e favorecida pelo avanço da indústria de máquinas e implementos agrícolas. Os benefícios trazidos pela modernidade deixaram os agricultores obsessivos pelo cultivo da soja e do trigo.

A partir daí, foram poucos os produtores que conseguiram fazer a associação entre as duas atividades. O início da década de 70 passa a ser um divisor entre a crise da suinocultura e o crescimento da produção de grãos. Conforme dados do IBGE, em 1991, o município contava com 14.317 cabeças, caindo para 6.505 em 2003, o que resultou numa redução de mais de 50%.

Os poucos suinocultores que permaneceram na atividade tiveram que se inserir no processo de mudanças ocorridas, com relação ao processo produtivo e comercialização, adequaram a estrutura dentro das exigências do mercado e mantiveram a atividade no município. Sendo assim, a suinocultura perdeu espaço na formação do PIB municipal que, logo passou a ser suplantada pela expansiva produção de soja. A partir daí, a trajetória da suinocultura oscilou em bons e maus momentos, mas sempre se manteve como uma atividade importante para alguns agricultores do município.

Com base num conjunto de fatores que expuseram os agricultores familiares a constantes crises, nas últimas décadas, e principalmente pelo potencial que a suinocultura representa na formação do valor agregado e do PIB municipal, o poder público local, em parceria com empresas privadas e produtores, criou o programa de estímulo e incremento da atividade, a partir de 2005. Os produtores que pretendiam retomar à atividade recebiam serviços de terraplanagem, orientações técnicas e aporte financeiro, para adequarem-se ao processo de produção, vinculado às exigências ambientais e do mercado, que eram requeridas pela empresa Sadia, a qual centralizava todo o processo produtivo.

Apenas 20 produtores aderiram ao programa, já que esses possuíam capital próprio, pois os financiamentos cobriam apenas 50% do investimento total. Porém, há projeção de que o número de criadores aumente nos próximos anos. Atualmente, a participação da suinocultura na composição do valor agregado bruto ainda é pequena, mas segundo a administração pública, espera-se que, em médio prazo, a suinocultura possa ser uma das melhores alternativas para produção da riqueza no município.

No entanto, ainda persistem as desconfianças por parte de muitos produtores rurais, com vista aos riscos do mercado, de possíveis doenças no rebanho, da relação com a própria empresa e da capacidade de poderem efetuar o pagamento dos investimentos.

2.2 O desenvolvimento do comércio e a função dos comerciantes

A atividade comercial do município de Doutor Maurício Cardoso ganhou impulso significativo a partir do avanço da colonização, começado por Horizontina em 1928, ainda na condição de distrito, quando foi mudado o eixo comercial fronteiro de Doutor Maurício Cardoso para outras cidades, como Santa Rosa, Ijuí, Santo Ângelo, Caxias, Passo Fundo, entre outras.

Durante o processo de formação socioeconômica da colônia, em todas as comunidades interioranas havia diversos estabelecimentos comerciais. A presença dos comerciantes decorria de uma necessidade imposta pela própria colonização e, os produtos vendidos aos produtores locais eram procedentes de mercados atacadistas da região que forneciam diversos produtos, necessários ao consumo humano e às atividades da agricultura, como combustíveis, gêneros alimentícios, tecidos, etc. Normalmente, eram os únicos a possuir caminhões para o transporte, por isso eram, também, responsáveis pela comercialização da produção agrícola local. A sua presença e efetiva atuação tornava mais fácil e dinâmica a vida do lugar, pois

exerciam a função estratégica de vincular o desenvolvimento territorial aos centros regionais, a partir da segunda fase do processo de ocupação do município. Sabe-se, no entanto, que na primeira fase o município estava inserido numa estrutura comercial organizada por comerciantes argentinos e brasileiros, do sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Os comerciantes desempenhavam um papel fundamental na vida econômica, política, social e cultural, no início da colonização. Para os colonos, o imigrante comerciante era visto como aquela pessoa de muito conhecimento, que já possuía uma visão empreendedora. Era considerado um homem culto, que tinha visão de negócios, por isso, muito respeitado.

Ele mediava as relações da colônia com os mercados regional e nacional, fazia o controle de qualidade dos produtos, repassava novas tecnologias, estabelecia o preço das mercadorias, era referência de informações na comunidade, o agente financeiro que recebia as pequenas economias dos agricultores e os financiava no período da entressafra; também, muitas vezes, era a liderança política mais expressiva (ROTTA, 1999, p. 53).

A sociedade lhes concedera essas características e atribuições, transformando-os numa classe que ganhou prestígio e reconhecimento. Porém, o reconhecimento dado a eles resultava da ausência de instituições públicas na vida dessas comunidades. No âmbito regional, os comerciantes tiveram melhores condições e conseguiram um relativo acúmulo de capital, o que lhes possibilitou a construção de armazéns, ampliação dos estoques de mercadorias e a compra de caminhões para o transporte de mercadorias e produtos adquiridos dos colonos.

No município de Doutor Maurício Cardoso, os comerciantes não tiveram êxito igual. A maioria começou a fracassar em seus empreendimentos a partir da década de 70, quando não puderam mais acompanhar a evolução imposta pelas transformações que estavam ocorrendo. Isso, também, ocorreu por conta da distância do centro regional que, além de onerar mais o custo das mercadorias com o transporte, tinha uma clientela apenas local, o que limitava a formação de um excedente maior de capital, se comparado com os comerciantes dos centros maiores. Além disso, tiveram que enfrentar as dificuldades de acesso, já que as péssimas condições das estradas faziam baratear o preço dos produtos agrícolas, pago ao produtor, e encarecer os produtos que os mesmos compravam. Portanto, o processo de acumulação da classe dos comerciantes teve suas limitações.

Enquanto que os comerciantes de Santa Rosa, Horizontina, Três de Maio, ao auferirem maiores excedentes, além de investir na ampliação de seus negócios, muitos passaram a investir na indústria, principalmente no período de redefinição da economia regional, a partir da década de 50. No caso de Doutor Maurício Cardoso, embora tivessem prestígio na

organização socioeconômica da colônia, a maioria dos comerciantes não conseguiu sua afirmação no mercado local, muito menos regional. Do grande número de casas comerciais instaladas por todo o município, pouquíssimas permanecem em atividade atualmente. A decadência dessa importante classe social, de modo geral, está ligada ao processo de redefinição da economia regional e nacional que, assim como transformou os processos produtivos, também provocou mudanças nas estruturas do comércio regional e local.

As mudanças provocadas pelo desenvolvimento do comércio atacadista decorreram da construção da via férrea. A chegada da ferrovia facilitou o acesso de empresas importadoras e exportadoras de outras cidades do Estado, que passaram a dominar o processo de oferta e compra de produtos. Os comerciantes locais, por sua vez, não foram capazes de competir, por isso foram enfrentando, gradativamente, um processo de desaparecimento.

No município, essa atividade ainda perdurou até o final da década de 60. As mudanças só começaram a acontecer a partir da redefinição do modelo produtivo decorrente da Revolução Verde, que provocou mudanças em toda a estrutura de produção e comercialização, assim como a relação do meio rural com o urbano.

Nessa nova estrutura comercial, o fator que mais contribuiu para a destruição dos antigos comerciantes foi o surgimento das cooperativas que, com suas estruturas montadas para o novo modelo agrícola, pautado na produção de grãos, centralizaram todo o comércio. Justaposta a essa estrutura, surgem os supermercados, que começaram a oferecer muitos produtos de necessidades dos colonos, inclusive os que poderiam ser produzidos no município.

Outro fator foi a falta de percepção e dificuldades dos comerciantes locais para se adequarem às novas relações comerciais, impostas pelo contexto modernizante, incipiente na década de 60, no município. A consequência foi o gradativo desaparecimento dos pequenos e tradicionais comerciantes, ferreiros e marceneiros que, pela importância das suas atividades e funções, formaram um grupo social reconhecido pela sociedade, pois foram protagonistas da vida comunitária durante e após a colonização. Os que se mantiveram no mercado não conseguiram acumular capital, que lhes pudessem dar condições de inovação e adequação às necessidades impostas pela redefinição das novas relações produtivas e de mercado.

Desta forma, seus espaços e funções foram substituídos pela entrada de grandes empresas capitalistas, como supermercados, cerealistas e agropecuárias que se formaram no local ou que vieram de outros lugares, consubstanciadas com novas tecnologias e capital

necessário para os novos investimentos e, assim, suprir as novas demandas geradas pelo processo de redefinição socioeconômica em curso.

2.3 A introdução da fumicultura

O cultivo do fumo foi introduzido a partir de 1948. Seu cultivo acontecia de forma rudimentar, sem nenhum acompanhamento técnico. Conforme é descrito no livro ‘Doutor Maurício Cardoso: um resgate histórico’ (1996), a produção era usada para a troca com outros produtos importantes e de necessidade da família do agricultor, como tecido, querosene e sal. Isso se realizava nos chamados bolichos, que eram as casas comerciais existentes nas proximidades.

Inicialmente, cabia aos comerciantes a função de fornecer as sementes e repassar algumas orientações sobre o processo de produção. A lavoura de fumo, junto com a suinocultura, era uma das atividades mais importantes na fase inicial da colonização de Doutor Maurício Cardoso. Embora não se tenha registros do volume da produção, a renda do fumo possibilitava adquirir muitos outros produtos necessários à vida e ao trabalho da família, além de oportunizar, pelo lucro, um relativo acúmulo de capital. Por isso, a fumicultura também se consagrou como uma das atividades mais lucrativas e importantes na fase inicial da história mauriciense.

No entanto, a partir do ano de 1968 abre-se uma nova fase na produção de fumo, no município. Empresas privadas, especializadas na fumicultura, entram no mercado local e passam a ser indutoras da expansão da atividade. A empresa multinacional Souza Cruz foi a pioneira a desenvolver esse trabalho. O incentivo à produção de fumo era exclusivo da companhia, através da elaboração de projetos de custeio e financiamento, pela oferta de novas variedades criadas a partir do melhoramento genético e, pelos melhores preços pagos ao produtor. A partir daí, a produção foi realizada em escala maior, devido à grande demanda gerada no mercado interno e externo. A ação da referida empresa assemelha-se à Operação Tatu, implantada na região de Santa Rosa no início da década de 1960, que foi o ponto de partida do processo de modernização da agricultura.

A especialização e qualificação da atividade fumageira, apesar de fazer parte do processo de modernização da agricultura, confrontou-se com a implantação do cultivo da soja. Como ambas são decorrentes do mesmo processo, passaram a ser concorrentes. No município a atividade ficou mais restrita aos pequenos agricultores, os quais tiveram dificuldades

financeiras e técnicas para a produção de trigo e soja, já que esta demandava compra de máquinas e equipamentos mais caros. Dessa forma, a atividade fumageira limitou-se à nova tipologia de produtor que começava a se formar a partir do processo de modernização, ou seja, a dos pequenos produtores que tiveram dificuldades de se enquadrar na monocultura do trigo e da soja. Com isso, houve a participação do poder público, porém restrita à execução de obras de terraplanagem para a construção dos galpões e para o melhoramento do acesso às propriedades.

O planejamento era organizado pela própria empresa, desde o plantio até a comercialização. Esta oferecia ao produtor o acompanhamento técnico e recursos financeiros, através da intermediação com as instituições financeiras, para aquisição dos insumos, além da garantia da comercialização do produto. No pacote, também era incluído o financiamento com prazos prolongados, dos quais poderia usar para a construção dos galpões para secagem e armazenagem do produto. O pagamento pelo auxílio técnico e financeiro era consumado na hora de entrega do produto, quando a companhia se apropriava das primeiras parcelas entregues pelo produtor. Depois de descontada a dívida, o excedente era destinado ao produtor, em moeda corrente.

O processo histórico do desenvolvimento da atividade no município de Doutor Maurício Cardoso, evidencia como sendo a primeira atividade introduzida, exclusivamente, para atender a demanda do mercado. Sua relação com a subsistência dava-se pelo aporte de recursos monetários que a atividade rendia aos colonos, nessa primeira fase de colonização, o que lhes possibilitava a compra de muitos outros bens, como ferramentas e equipamentos e, até mesmo, alimentos necessários para a sobrevivência e desenvolvimento da propriedade.

Outro fator marcante do desenvolvimento da atividade foi o caráter indutor e centralizador assumido pelas empresas privadas, no controle do processo de produção e comercialização. Por conta disso, os agricultores eram cobrados, cada vez mais, pelo melhoramento do processo de produção e pela qualidade do produto. Em contrapartida, os preços passaram a ser determinados pela qualidade do produto ofertado pelo produtor. A produção era realizada em escala maior, devido à grande demanda gerada no mercado interno e externo.

A ação da empresa converge com a 'Operação Tatu', implantada na região de Santa Rosa no início da década de 1960, e que foi o ponto de partida do processo de modernização da agricultura. Porém, especialização e qualificação da atividade fumageira, apesar de fazer parte do processo de modernização da agricultura, confrontou-se com a implantação do

cultivo da soja. No município, no entanto, a atividade ficou mais restrita aos pequenos agricultores, que tiveram dificuldades financeiras e técnicas para adequar à produção de trigo e soja, que demandava compra de máquinas e equipamentos mais caros. Assim, a atividade fumageira serviu também para reforçar a diferenciação da nova tipologia de produtor que começava a surgir, ou seja, os pequenos agricultores familiares excluídos do modelo agrícola implantado.

Após um longo período de decadência e com pouca participação na formação do PIB municipal, na última década a atividade vem apresentando um relativo crescimento. Esta retomada apresenta-se como uma alternativa de renda mais segura para as propriedades familiares, em resposta não só às constantes crises provocadas pela baixa dos preços de produtos tradicionais, como a soja, trigo e milho, mas também, às ameaças de fatores climáticos.

2.4 A atividade industrial

As atividades industriais pioneiras no município, pelo menos por duas décadas e meia, foram fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do comércio local. Formaram-se e desenvolveram-se a partir de empreendimentos familiares e das necessidades locais, como para atender as demandas geradas pelo desenvolvimento da agricultura, no período inicial da ocupação. Muitas das atividades industriais, como serrarias, ferrarias, moinhos e olarias, embora tenham conseguido se manter em atividade por mais tempo, não conseguiram se adequar aos novos processos produtivos, impostos pela redefinição socioeconômica em curso na região e no país.

Durante a primeira fase de ocupação do território mauricience, a exploração da madeira fazia parte da estrutura comercial da fronteira entre Brasil e a Argentina. Mas, a partir da chegada dos primeiros imigrantes houve uma crescente demanda de produtos, indispensáveis para promover o desenvolvimento da colônia, principalmente de ferramentas para o trabalho. A riqueza florestal e o mercado de madeira para a construção de casas e instalações para os colonos e comerciantes foram os fatores locais que estimularam o desenvolvimento das primeiras indústrias madeireiras. Além desses, outro estímulo veio do aumento da demanda de madeira no mercado regional, devido ao esgotamento desses recursos naturais nas antigas regiões coloniais. Isso possibilitou a instalação de diversas serrarias nos povoados do município e a dinamização da vida dos colonos.

Além das serrarias, no município se desenvolveram outras atividades industriais, como ferrarias, marcenarias, olarias, alfaiatarias, fábrica de calçados, de bebidas (aguardente, cerveja e refrigerante) e moinhos. As ferrarias tinham uma função importante no processo de desenvolvimento, pois foram responsáveis pela fabricação de todos os tipos de ferramentas de primeira necessidade para uso no trabalho diário dos colonos, como enxada, foice, facas, machado, arados, etc., além de fabricarem as ferragens necessárias para fabricação de carroças, o principal meio de transporte da época. As indústrias madeireiras e as ferrarias se destacaram entre as demais porque cumpriam a função estratégica de dar suporte aos processos produtivos locais.

Os moinhos, as marcenarias, as alfaiatarias, as sapatarias e fábricas de bebidas também foram instaladas para atender as necessidades diretas de consumo das famílias, tendo em vista a dificuldade de acesso, devido à distância dos centros comerciais maiores.

As instalações industriais eram efetivadas pelos próprios colonos e se desenvolveram de forma bem distribuída, por todo o território do município²¹. As principais comunidades contavam com diversas serrarias, ferrarias e moinhos. Com o uso de tecnologia tradicional, eram instalados próximos dos lajeados para ocupar a força da água ou a vapor. Mais tarde, passaram a ser movidas pelos motores à combustão.

Tais empreendimentos demonstravam a importância do conhecimento dos imigrantes. Juntos, conhecimento e instalações industriais constituíram um dos principais ativos que contribuíram para o desenvolvimento, nas primeiras décadas da formação socioespacial de Doutor Maurício Cardoso. Porém, foram perdendo importância a partir da entrada de produtos produzidos e introduzidos no local por grandes empresas, que acompanhavam a evolução tecnológica, decorrente da modernização industrial.

2.5 O caso da Empresa Schneider Logemann & Companhia (SLC)

O processo de colonização efetuado em Horizontina e Dr. Maurício Cardoso possibilitou uma expansão significativa do número de indústrias domésticas, voltadas para suprir as demandas do mercado local. Porém, diferentemente do que aconteceu na região de Santa Rosa, as indústrias tradicionais locais surgem num momento em que as indústrias

²¹ Conforme consta em (TRENNEPOHL, 1995, p. 111).

tradicionais regionais, de caráter artesanal e familiar, começaram a enfrentar a concorrência das indústrias modernas, que vinham das regiões mais dinâmicas socioeconomicamente.

Segundo Rotta (1999), na década de 40 a região deu início a um processo de inserção no mercado regional e nacional, decorrente da melhoria das condições de transporte, especialmente com a ferrovia que chegou à Santa Rosa. Se, por um lado, isso tem facilitado o acesso às novas tecnologias, às novas relações de trabalho e do modelo de organização e gestão do processo produtivo, por outro, dificultou a permanência das pequenas indústrias artesanais e familiares, do interior do município, no mercado, como as indústrias das cidades maiores, ou seja: Santa Rosa, Três de Maio, Horizontina e Tuparendi.

É nesse cenário que a indústria SLC surge como uma das significativas iniciativas de desenvolvimento em Horizontina e, conseqüentemente, tendo seus resultados estendidos, também, ao Distrito de Doutor Maurício Cardoso, pois entre a pequena e diversificada indústria surge a grande indústria.

O rápido desenvolvimento do setor metal-mecânico provocou mudanças na base econômica do município e, aos poucos, foi ocupando a posição de maior gerador de renda e emprego entre os diversos estabelecimentos industriais, que iam surgindo de forma sistêmica. A Empresa Schneider Logemann, no ano de 1958, contava com adiantada tecnologia e excelente capacidade de execução técnica, que lhe rendeu o lançamento da primeira colheitadeira rebocada. A mesma, em 1965, assume o pioneirismo na fabricação das colheitadeiras automotrizes, com 98% dos componentes fabricados no Brasil. Dessa forma, a empresa construiu a sua história intimamente ligada ao desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul, além de adquirir um grande conceito no cenário industrial e comercial do país.

As atividades industriais, pioneiras no município, pelo menos por duas décadas e meia foram fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do comércio local. Formaram-se e desenvolveram-se a partir das necessidades locais, principalmente para atender as demandas geradas pelo desenvolvimento da agricultura, no período inicial da ocupação. Muitas das atividades industriais, como serrarias, ferrarias, moinhos e olarias, embora tenham conseguido se manter em atividade por mais tempo, mesmo assim não conseguiram se adequar aos novos processos produtivos impostos pela redefinição socioeconômica em curso na região e no país.

O final da década de 1960 foi um período de transição entre o modelo industrial local, autônomo e sustentável e o novo modelo industrial, dependente, justaposto ao processo de modernização e da monocultura do trigo e da soja, que requeriam novas técnicas de produção,

ficando longe do alcance e do domínio tecnológico das indústrias locais. Porém, pouquíssimas ainda estão em atividade no município de Doutor Maurício Cardoso.

O desenvolvimento industrial de Horizontina foi diferente, pois a capacidade intelectual e o conhecimento tecnológico de alguns empresários horizontinenses coincidem com o momento que historicamente marcou a evolução socioeconômica nacional e regional, ou seja, a modernização da agricultura e da indústria. Esses fatores conjugados deram competitividade à indústria local, diante do processo de modernização, fazendo de Horizontina e da indústria Schneider Logemann (SLC) uma referência regional e nacional, na fabricação de máquinas e equipamentos industriais.

As transformações em curso surgiam como uma resposta à crise que se verificava na agricultura regional e da necessidade de inovação das tradicionais indústrias familiares. Assim, o desenvolvimento industrial de Horizontina contribuiu substancialmente para a modernização da agricultura e agroindustrialização da região, “ao mesmo tempo em que era viabilizada por um conjunto de indústrias a montante e jusante” (ROTTA 1999, p. 83).

As mudanças qualitativas e quantitativas nos processos produtivos do município de Horizontina foram responsáveis pela introdução da modernização das técnicas de produção, da modernização da agricultura, para a qualificação da mão-de-obra e da gestão, para melhoria da infra-estrutura de apoio (transporte, comunicação e energia) e para a inserção competitiva no mercado regional, nacional e internacional, tornando-se indutora do processo de desenvolvimento regional, mas mais especificamente para o município de Horizontina e Doutor Maurício Cardoso.

2.6 A introdução e desenvolvimento do cultivo da Soja

Não é possível estudar o processo de desenvolvimento da região em que se situa Santa Rosa ou de qualquer outro município que faça parte dela, sem antes analisar o papel desempenhado pela cultura da soja. Sua introdução implicou em mudanças profundas na economia regional. Nela se sustentou o processo de redefinição e/ou modernização da agricultura e da indústria regional, as mudanças na estrutura agrária e no modo de vida dos agricultores. Conforme Brum e Trennepohl (2005), seu cultivo, aliado ao desenvolvimento da modernização da agricultura, provocou mudanças socioculturais substanciais na vida rural e urbana.

Originária da Ásia, mais precisamente da Malásia, conhecida cientificamente pelo nome de *Glycine Max (L) Merril*, a soja se espalhou pelo mundo. Conforme dados da Embrapa Soja, essa oleaginosa chegou ao Brasil via Estados Unidos, em 1882, através do professor Gustavo Dutra, da Escola de Agronomia da Bahia, responsável também pelos primeiros estudos de avaliação realizados no Brasil.

Nessa época, era estudada mais como cultura forrageira e para produção de grãos para consumo de animais da propriedade. Em 1900 e 1901, o Instituto Agrônomo de Campinas, SP, promoveu a primeira distribuição de sementes de soja para produtores paulistas e, nessa mesma data, têm-se registro do primeiro cultivo de soja no Rio Grande do Sul.

Conforme Christensen (2007), o primeiro registro de cultivo de soja no Brasil data de 1914, no município de Santa Rosa, RS. Mas foi somente a partir dos anos 40 que ela adquiriu alguma importância econômica. O primeiro registro estatístico nacional é do Anuário Agrícola do RS, em 1941. Nesse ano instalou-se a primeira indústria processadora de soja do País, em Santa Rosa. Em 1949, com a produção de 25.000 toneladas, o Brasil, pela primeira vez, figurou como produtor de soja nas estatísticas internacionais²².

Apesar das controvérsias sobre sua entrada no Brasil e na região, bem como dos diversos experimentos, foi introduzida na região de Santa Rosa, onde encontrou as condições ideais de clima e solo para o seu desenvolvimento. Porém, a sua expansão é consequência da Operação Tatu.

A introdução do cultivo da soja no município de Doutor Maurício Cardoso aconteceu ainda na década de 1940, por famílias de imigrantes japoneses que haviam fixado residência no interior do município, entre a localidade de Esquina Grábia e Centro Novo, ainda antes da chegada dos alemães, italianos, russos e poloneses. As sementes foram doadas em pequenas quantidades, para fins de experimentação dessa leguminosa em nosso município. Na fase inicial, não tinha valor comercial, mas foi utilizada para satisfazer a demanda alimentar da propriedade e se constituiu numa experiência para comprovar a viabilidade do seu cultivo no município, para substituir o milho na alimentação dos suínos e suprir a redução significativa da produtividade do mesmo, em função do esgotamento do solo.

No entanto, de alternativa para alimentação suína, se constituiu no maior potencial de desenvolvimento regional. Os dez fatores²³ que contribuíram para sua liderança na economia regional e, especificamente no município de Doutor Maurício Cardoso, a partir da década de

²² Christensen (2008) aborda a questão da história da soja na Região da Grande Santa Rosa.

²³ Conforme consta em <www.cnpsa.embrapa.br/producao soja/SojanoBrasil> acessado em Janeiro de 2008.

60, consideram uma multiplicidade de aspectos, sendo eles de ordem climática, técnico-científicos e econômicos, com destaque para cinco: 1) a semelhança do ecossistema do sul do Brasil com aquele predominante no sul dos EUA, de onde foi trazida; 2) o desenvolvimento da Operação Tatu na região de Santa Rosa; 3) os incentivos fiscais disponibilizados aos produtores de trigo nos anos 50, 60 e 70 beneficiaram igualmente a cultura da soja; 4) o crescimento do mercado internacional, já que poderia ser utilizada como componente protéico na alimentação humana e de animais, em substituição às gorduras animais; 5) o estabelecimento de um importante parque industrial de processamento de soja, de máquinas e de insumos agrícolas, em contrapartida aos incentivos fiscais do governo, disponibilizados tanto para o incremento da produção, quanto para o estabelecimento de agroindústrias, entre outros.

A introdução da soja no município resulta de um processo de busca e superação de dois problemas distintos, mas ao mesmo tempo convergentes. No primeiro, a soja objetivava resgatar a produtividade do solo. Segundo, substituir o milho na base alimentar das propriedades, onde a suinocultura era uma das principais atividades. No entanto, o desenvolvimento do cultivo da soja se expandiu além do previsto para o desenvolvimento local e regional, se tornando em pouco tempo, de forma efetiva, o produto que centralizou toda dinâmica de desenvolvimento de Doutor Maurício Cardoso.

Ainda mesmo, sem percepção do que estava se delineando para o futuro, o cultivo da soja abriu as fronteiras da região, para a implantação da Revolução Verde. Esse pioneirismo converge com o modelo agro-industrial-urbano e faz a região de Santa Rosa se destacar como a Capital Nacional da Soja.

No município de Doutor Maurício Cardoso, sua expansão converge com o novo modelo agro-industrial brasileiro, que procura se afirmar a partir da crise da Velha República, quando se sustentava quase que exclusivamente na exportação de poucos produtos agrícolas, principalmente o café. A crise foi agravada pela ocorrência das duas grandes guerras mundiais que, por suas circunstâncias, criou as condições para que o Brasil optasse pelo modelo de desenvolvimento sustentado e autônomo, que se viabilizou pelo processo de substituição de importações.

Nessa perspectiva, a soja, associada ao desenvolvimento do setor metal mecânico, cumpriu um papel fundamental para introduzir a região e o local no processo de modernização da agricultura. A expansão do seu cultivo implicou na introdução de novos instrumentos de trabalho, assim como, novas relações de trabalho, tanto no meio urbano como

no meio rural. A oleaginosa passou a ser um dos elementos aglutinadores, que centralizou toda a dinâmica do desenvolvimento do município de Doutor Maurício Cardoso a partir da década de 1960 até os dias atuais. Deu expressiva contribuição para fazer as mudanças do sistema produtivo, implantado durante a fase de colonização, pondo fim às velhas estruturas agro-industriais, implantadas durante a colonização. Sendo assim, sobre seu cultivo se embasou todo o processo de modernização e desenvolvimento local.

Porém, além de dar significativa contribuição para a inserção do município de Doutor Maurício no processo de modernização agrícola, por outro lado, também foi responsável por colocar o território mauriciense e regional no cenário competitivo, de forma subalterna e passiva, frente aos avanços tecnológicos e produtivos no contexto nacional e industrialista. Submeteu o lugar ao modelo de desenvolvimento associado e dependente, que caracterizou a economia brasileira nesse período.

Com relação à questão social, a introdução e o desenvolvimento do cultivo da soja também contribuíram para a formação de tipologias diferenciadas de agricultores. Conforme já afirmado anteriormente, o modelo agrícola monocultor-modernizante não era indicado para pequenas propriedades, mas mesmo assim se desenvolveu em praticamente todas as do município.

Isso, associado a outros fatores, como tipo de solo e relevo das propriedades, assim como condições individuais de cada agricultor, com relação ao conhecimento e acesso aos financiamentos, para se adequar ao novo modelo agrícola, contribuíram para criar a tipologia de agricultores que não conseguiram acompanhar as novas condições capitalistas. Estes foram levados ao empobrecimento e à exclusão, da mesma forma que se acelerou o êxodo rural e a emigração de muitas famílias para outras regiões, principalmente durante as três últimas décadas, tendo como conseqüência a diminuição gradativa da população do município.

2.7 O desenvolvimento do turismo no município de Doutor Maurício Cardoso.

A atividade turística vem sendo vista por alguns atores e instituições locais, como uma atividade que pode contribuir para o desenvolvimento, a partir da emancipação do município.

O maior potencial turístico de Doutor Maurício Cardoso está estritamente relacionado com o que a natureza reservou para o município. Os 45 km de fronteira entre o Brasil e a Argentina, serpenteados pelo rio Uruguai, abrigam belas paisagens e balneários, hoje disponíveis à comunidade local e regional. Além de contar com uma diversidade turística,

como pequenos balneários, cascatas, museu, entre outros, o Balneário das Ilhas do Chafariz e de Londero, efetivamente, representam o maior potencial turístico explorado no município. Juntos, os dois balneários centralizam praticamente todas as ações que promovem o desenvolvimento do turismo, tanto pelas iniciativas do poder público e privado, com relação ao fornecimento de infra-estrutura e serviços, quanto às ações indiretas do envolvimento das comunidades, pela produção de alimentos para atender a demanda gerada nesses pontos turísticos.

2.7.1 O Balneário Londero

Localizado na comunidade de Esquina Londero, o balneário de igual nome foi fundado em 1972, de forma espontânea e voluntária, por pessoas do próprio município. Possuía, na época, uma área urbanizada aproximada de 20.000m², sendo que atualmente conta com aproximadamente 40.000m².

À medida que o Balneário foi se desenvolvendo, o setor público passou a investir em infra-estrutura, como melhoramento da via de acesso, arruamento e expansão da rede de energia elétrica. A disponibilidade dessa infra-estrutura mínima, no local, provocou um acelerado processo de ocupação, pela elevação substancial do número de veranistas, gerando novas demandas, como a qualificação dos serviços de bar e mercado, a instalação de via de comunicação, ampliação, melhoramento e calçamento das ruas, arborização e ornamentação, assim como a reestruturação e calçamento no acesso ao local de banho, mais propriamente até o rio.

De outra parte, esse conjunto de ações aumentou a demanda por procura de terrenos, o que, conseqüentemente, promoveu a valorização fundiária e estimulou os proprietários de lotes rurais, próximos ao balneário, a desenvolver projetos de loteamento. A expansão do loteamento, além de possibilitar ganhos significativos aos empreendedores, foi mais importante, ainda, para o incremento do turismo no município.

Sendo assim, um dos pioneiros imigrantes desta comunidade, por iniciativa própria, delimitou 10.000 m² da sua área agrícola, localizada na parte oeste do balneário, no ano de 2006. Nesta, implantou a estrutura de arruamento, com 20 terrenos dotados de rede de energia elétrica e água. Concluído o serviço, os terrenos já estavam todos comercializados. Na perspectivas de crescimento do Balneário, o proprietário da parte leste do Balneário, com ajuda da engenharia civil, elaborou o primeiro e mais ambicioso projeto de loteamento e de

novos investimentos, de acordo com as novas exigências do Planejamento de Projetos Turísticos. Mesmo que ainda não tenha sido executado, já conta com uma grande procura por terrenos, prometendo ser projeto inovador para o município. Diferentemente das áreas mais antigas do balneário, esse projeto será um marco referencial e inovador para o desenvolvimento de Doutor Maurício Cardoso porque prevê um arruamento espaçoso, áreas destinadas para praça pública, para o comércio e para lazer, além contar com a proteção da mata ciliar.

2.7.2 O Balneário Ilhas do Chafariz

O balneário Ilhas do Chafariz, localizado no Distrito de Pranchada, é dotado de infraestrutura, como calçamento das ruas, rede de abastecimento de água e energia, além de centro telefônico, posto de saúde e dos demais serviços essenciais de bar, restaurante e comércio.

Este, porém, em muito se diferencia do outro. Enquanto o de Londero localiza-se exclusivamente em território brasileiro, esse depende do conjunto de Ilhas que fazem parte do território argentino. Nessa condição, a exploração turística só foi possível mediante acordo com os argentinos, ficando a eles reservado o direito de explorar as atividades de prestação de serviços nas ilhas.

Outra particularidade do referido balneário diz respeito à travessia do canal principal do rio, que faz limite físico entre o Brasil e a Argentina. No canal, a água apresenta correnteza forte, representando um risco permanente aos banhistas que, para chegar aos locais de banho, necessitam atravessá-lo. O serviço de travessia é terceirizado e paga-se uma taxa por pessoa pelo serviço, que é autorizado e fiscalizado pela associação do balneário, porém isso se constitui em um fator limitador para seu desenvolvimento, pelo desconforto gerado pelo pagamento da taxa e pela própria necessidade da travessia do canal para chegar ao local de banho.

Nos últimos anos, em vistas das cheias do rio, as ilhas estão passando por acelerado processo de transformação, pela deposição de sedimentos e, em parte, pela erosão. Esse fator, de certa forma, compromete a qualidade do balneário.

Nas décadas de 1980 e 1990, o balneário apresentou um processo de expansão maior, se comparado com o balneário Londero. Recebeu investimentos públicos para o melhoramento das ruas e jardinagem. Porém, o fator mais significativo, foram os investimentos para a expansão dos loteamentos e arruamento da área da encosta, próxima ao

balneário. Esse local logo foi ocupado pelos veranistas, pois ali viam seguros seus investimentos, já que o local não é atingido pelas águas em períodos de cheias. A via de acesso entre essa nova área habitacional, assim como todo o arruamento conta com calçamento de basalto, rede de água e energia elétrica, tornando o lugar aprazível para os veranistas.

Nos últimos anos, porém, o balneário vem desacelerando seu crescimento, motivado, segundo a associação dos veranistas, pela dificuldade de acesso aos locais de banho e o perigo permanente que o canal do rio representa, onde já ocorreram diversas mortes por afogamento. Além desses, a falta de melhoria na principal via de acesso ao balneário é outro fator que tem desacelerado o seu crescimento, se comparado com o Balneário Londero. Mesmo assim, ele continua sendo uma grande referência aos turistas da região.

2.7.3 Análise da evolução e do aproveitamento do potencial turístico

O turismo, conforme dados da Organização Mundial do Turismo, está entre as atividades econômicas do setor terciário que apresenta os melhores índices de crescimento no mundo e no Brasil. Esse crescimento tem despertado o interesse de todos os lugares, desde os grandes centros urbanos até as distantes regiões interioranas, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

No município, há três décadas, a atividade turística vem sendo vista por alguns atores e instituições locais, como uma atividade com potencial para promover o desenvolvimento. No entanto, foi a partir da emancipação política que o turismo local passou a receber atenção da administração pública, ainda que sem um programa específico para promover o seu desenvolvimento. O início da sua evolução coincidiu com o surgimento dos primeiros Planos Nacionais que iriam nortear as políticas públicas de desenvolvimento turístico.

Em 1991, criou-se o primeiro Plano Nacional do Turismo, cujo resultado foi insignificante. Mas, em 1994 o Plano Nacional de Ecoturismo abriu espaço para o planejamento do setor, através da instituição do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Este propõe a integração e descentralização do planejamento e da gestão do setor, dando autonomia aos municípios para gerenciarem seu desenvolvimento. Nele é destacada a questão da sustentabilidade, como tema relevante na elaboração do planejamento nas localidades, assim como orienta para a criação dos Conselhos Municipais do Turismo, o que termina sendo uma das formas de democratizar o seu desenvolvimento.

O Plano visava à criação de uma proposta de consenso para o desenvolvimento local²⁴, de forma ordenada e padronizada entre as prefeituras, Estados e a União, possibilitando garantir a presença da temática do turismo em todos os Estados e em muitos municípios com esse potencial. Assim, a idéia de sustentabilidade se constituiu numa ferramenta, da qual as administrações públicas podiam se apropriar para orientar o desenvolvimento local desejado, utilizando de forma eficaz os recursos disponíveis para esse fim, além de colaborar para consolidar um novo paradigma de desenvolvimento, apoiando-se nos princípios da equidade social, da prudência ecológica e da dinamização da economia local.

Nesta perspectiva, em vista das suas características naturais, o potencial turístico de Doutor Maurício Cardoso passou a ser um grande atrativo para a comunidade regional, de forma que o aumento do fluxo de turistas despertou, gradativamente, o potencial econômico que ele representava no local. A partir de então, houve a necessidade de aprimoramento da atividade através das novas exigências e melhoramentos dos respectivos produtos turísticos, assim como a qualificação dos agentes locais, para os novos desafios. Nesse contexto, os pontos turísticos do município passam a ser vistos, pela sociedade local, não mais meramente como um lugar de descanso, mas como uma potencialidade econômica e cultural a ser explorada.

Por outro lado, o potencial turístico local encontrou alguns fatores limitadores, como a falta de experiência e qualificação dos agentes locais, deficiência na infra-estrutura e falta de planejamento público. A ausência de uma política específica fez com que os investimentos privados e voluntários fossem realizados sem fazer nenhuma previsão mínima da crescente demanda gerada, tanto do ponto de vista econômico, através da logística de comércio e serviços, como as geradas pelos impactos ambientais, que foram surgindo com o aumento do fluxo de turistas.

Quanto a sua classificação, a atividade turística do município se caracteriza como receptiva e doméstica, por ser parte de um conjunto de bens, serviços, infra-estrutura, atrativos, etc., destinados a atender as expectativas da sociedade local e dos 22 municípios que freqüentemente fazem uso desses benefícios. Corresponde à oferta turística, já que se trata da localidade receptora oferecer os seus respectivos atrativos, bens e serviços aos veranistas.

Nessa perspectiva, tanto o turismo receptivo quanto o doméstico demandam de um planejamento bem elaborado e de acordo com o que propõe o Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo. Portanto, não pode prescindir de alguns aspectos essenciais: 1)

²⁴ Conforme Buarque (2006, p. 25-45).

relação harmoniosa entre turismo e governo; 2) apoio e investimentos dos empresários; 3) envolvimento da comunidade local. Somente a inter-relação desses elementos é capaz de formar um centro receptivo competitivo. Porém, é nesses aspectos que se manifesta a fragilidade das relações turísticas do município de Doutor Maurício Cardoso que, em parte, resulta da ausência de um programa definido, que possa delinear as diretrizes para o seu desenvolvimento.

Com vista a potencializar a atividade econômica, estudos realizados pela Associação dos Veranistas do Balneário Londero mostram que grande parte das mercadorias consumidas no local é trazida pelos veranistas, do seu lugar de origem, principalmente gêneros alimentícios, por não serem ofertados no local. Essa realidade evidencia alguns pontos limitadores para o seu processo de desenvolvimento.

O primeiro aponta para a falta de articulação da comunidade local, para produzir e ofertar muitos dos produtos que são trazidos, mas que podem ser produzidos no local, de forma natural, como: a carne, ovos, hortigranjeiros, doces e pães, etc. Atualmente são poucos os produtores locais que tomaram algumas iniciativas nesse sentido, embora ainda muito tímidas. O problema é, em grande parte, a desarticulação entre as instituições locais, como a Secretaria Municipal da Agricultura, EMATER, Associação dos Veranistas e os produtores que, sem aporte de um programa específico, com apoio técnico e de logística de mercado, não conseguem formatar e organizar um sistema de produção local, capaz de suprir a demanda efetiva dos locais turísticos.

O segundo é a crença de que apenas os recursos e ações públicas são suficientes para o desenvolvimento do turismo. No entanto, a presença de recursos humanos, qualificados, é outro fator imprescindível para qualquer iniciativa coletiva de desenvolvimento. O que, porém, não é visto como prioridade pela comunidade local. Entretanto, do seu desempenho depende a eficácia das ações, inclusive dos resultados econômicos.

O terceiro diz respeito à falta de sinergia entre os elementos que formam o produto turístico, como por exemplo: atrativos naturais e histórico-culturais, acessos facilitados, marketing, infra-estrutura básica e complementar, condições de vida da população local e posicionamento geográfico, entre outros. A ausência de integração entre esses elementos e a ausência da sinergia entre a comunidade local e suas perspectivas, constituem-se num entrave para aperfeiçoar a exploração do potencial turístico local.

Mesmo que não se tenha dados estatísticos do quanto o turismo representa para a economia do município, sabe-se que o seu valor agregado bruto (VAB) ainda é muito baixo,

se comparado com o potencial existente. Porém, fala-se em mudar o modelo agrícola, assim como na necessidade de criar novas alternativas. Porque então isso não acontece, já que o potencial turístico do município concede essas oportunidades?

2.8 O Projeto de Recuperação e conservação de solo em micro bacias hidrográficas

O projeto se constituiu na primeira experiência de ações conjuntas e interligadas de recuperação e conservação do solo, em micro bacias hidrográficas, no município e no Estado do Rio Grande do Sul. Seu planejamento e ações têm como recorte espacial a micro bacia hidrográfica²⁵, mas sedimentado pelos aspectos subjetivos inerentes à organização da comunidade de Esquina Londero, que serviu como laboratório experimental.

O projeto implicava numa nova forma de terraceamento e nova dinâmica de cultivo e uso do solo, introduzida através da demarcação de curvas de níveis, as quais transpassavam os limites das propriedades para fazer a retenção de toda a água das chuvas, como forma de estancar definitivamente os processos erosivos. Portanto, tinha-se a necessidade do planejamento coletivo, pois grande parte das curvas de níveis transpassava diversas propriedades. O objetivo básico desse sistema é criar as condições necessárias para que toda água possa ser absorvida pelo solo e recuperar a plena capacidade de produtividade deste.

No entanto, essa prática implicava na introdução do cultivo de outras culturas, de novas práticas de preparo da terra, com vistas à redução do custo de produção, e na introdução de novos insumos químicos, principalmente de agrotóxicos. Na sua concepção inicial, o projeto pretendia dar um rumo diferente para a agricultura local, de forma que se constituísse num projeto piloto e inovador, buscando o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, que pudesse amenizar os impactos negativos causados pela modernização agrícola, além de servir de modelo para outros lugares. Acreditava-se que, com a recuperação do solo e aumento da produtividade, a redução do uso de máquinas e implementos fossem fatores que garantiriam a propagação dos pequenos agricultores familiares.

O desenvolvimento do projeto de recuperação de solo contou com a parceria de um conjunto de instituições, como EMATER, Cooperativa, Sindicato dos Trabalhadores Rurais,

²⁵ O conceito de micro bacia está relacionado aos projetos de planejamento ambiental. Sua definição e conceitualização está relacionada à análise dos elementos que estarão envolvidos na pesquisa, como as condições físico-naturais, técnicas, recursos materiais, equipe de trabalho e tempo disponível, além dos interesses das comunidades diretamente envolvidas nos projetos de planejamento, conforme consta no Capítulo II, Art. 16 a 21 do Código Estadual do Meio Ambiente instituído pela Lei 11.520 de 03 de agosto de 2000.

Prefeitura Municipal, agentes financeiros e, principalmente, a comunidade de Esquina Londero. Dos investimentos realizados, o produtor dava apenas a contrapartida de 30%, sendo que o restante eram recursos do Estado. Tornou-se um projeto inovador porque representou a primeira iniciativa que promoveu uma reorganização nos métodos de proteção do solo, de cultivos, assim como no modo de vida dos agricultores, pois as experiências atingiram e dinamizaram as diversas dimensões da vida das pessoas e da comunidade, no seu processo de desenvolvimento.

A escolha da comunidade de Esquina Londero, para execução do projeto, dependeu de alguns pré-requisitos essenciais à sua viabilidade, como relação de confiança entre os moradores e uma boa organização social. Para as instituições idealizadoras do mesmo, os aspectos subjetivos eram indispensáveis, a fim de que a experiência se desenvolvesse com eficácia, além de representarem um ativo imaterial importante para desenvolvimento do projeto.

O passado dos territórios, sua organização, seus comportamentos coletivos, o consenso que os estruturas são componentes maiores da inovação. Portanto, os comportamentos inovadores não são nacionais, mas dependem de variáveis definidas no plano local ou regional” (MAILLAT, 1996:256). O que caracteriza os “meios inovadores” não é sua dotação em atributos naturais ou de localização, mas, antes de tudo, a densidade de seu tecido institucional, seu “capital de relações” (ABRAMOVAY, 2000).

Na comunidade, a atuação da igreja e a espiritualidade eram fundamentos importantes para desenvolver a concepção cooperativista e coletivista. A comunidade sempre foi participativa em movimentos sociais, como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e dos Pequenos Agricultores, do Movimento dos Sem Terra, entre outros. Essa participação foi importante para promover reflexões epistemológicas do desenvolvimento, nas quais se questionava as velhas estruturas socioeconômicas do país, da região e da comunidade. Assim, sentiram que a trajetória histórica do desenvolvimento local estava conduzindo à exclusão e empobrecimento dos pequenos agricultores familiares. Porém sentiram, acima de tudo, a necessidade de tomar iniciativas construídas a partir do próprio local.

A densidade das relações institucionais, que elevaram o nível de conscientização, juntamente com o fortalecimento do capital social, que inquietava e instigava o desejo de mudanças na comunidade, se materializou através da participação e organização. O intenso convívio comunitário fortaleceu o capital social, constituindo-o em um dos ativos mais importantes, para viabilizar o desenvolvimento de um projeto experimental de grande amplitude comunitária, como o de conservação de solo em micro-bacias hidrográficas, executado em Esquina Londero. Conforme Putnam (2005), o capital social promove a

constituição de um ativo social capaz de propiciar geração de renda, através de projetos e ações coletivas de desenvolvimento.

A partir desta concepção, instituições como a comunidade, EMATER, Prefeitura municipal, cooperativa e Secretaria Estadual da Agricultura foram estimuladas a projetar a proposta de (re) planejamento do uso do solo, tendo como recorte espacial a micro bacia hidrográfica, a partir dos pressupostos da sustentabilidade sócio-ambiental.

O reconhecimento da trajetória histórica do desenvolvimento da comunidade e da sua organização tem sido um diferencial, que facilitou todas as ações do desenvolvimento do projeto. Como exemplo disso, se destaca o trabalho dos técnicos na mobilização da comunidade, nas visitas às propriedades, no diálogo com os produtores, além dos encontros entre os agricultores, realizados em diversos grupos. O conhecimento e a experiência desses profissionais deram uma contribuição qualitativa, para consolidar os fundamentos teóricos propostos pelo Planejamento Ambiental em Micro-Bacia Hidrográfica.

2.8.1 A introdução do plantio direto

O acompanhamento do desenvolvimento das pesquisas e da descoberta de novas tecnologias sempre foi um desafio para a maioria dos agricultores do município. Orientados pela cooperativa, EMATER, sindicato e Associação Comunitária, foram feitas viagens de estudos, cursos e palestras, todas voltadas mais para as mudanças do sistema de preparo do solo, bem como do plantio. Por conta disso, uma das ações importantes, consubstanciada no projeto de conservação do solo em micro bacias hidrográficas, foi a introdução do sistema de plantio direto, ou seja, uma forma de plantio sem que haja a necessidade de arar a terra, mas que necessita da reposição de matéria orgânica sobre o solo, para com isso protegê-lo contra os processos erosivos.

A introdução do plantio direto, ao impor a necessidade de novas formas de manejo e cultivo, deu contribuição substancial para a diversificação da produção, aumentando a produção de milho e outras culturas, para recuperação do solo. Dessa forma, houve um relativo rompimento do predomínio do binômio trigo-soja, assim como, estimulou também a produção de leite, que passou a se constituir numa importante alternativa para a pequena propriedade familiar.

2.8.2 Análise do projeto de conservação do solo em micro-bacias hidrográficas

O Projeto de Conservação do Solo, desenvolvido no município, foi criado para se constituir numa alternativa para a agricultura, construída a partir dos princípios da sustentabilidade sócio-ambiental. No entanto, as contradições foram explícitas assim que seus primeiros resultados foram aparecendo, tanto na questão ambiental como socioeconômica.

Do ponto de vista ambiental, se o projeto foi importante para a preservação e recuperação do solo, tendo como resultados positivos a diminuição dos processos erosivos e desgaste do mesmo, assim como a recuperação de muitas nascentes de água e estagnação do assoreamento dos riachos, por outro lado, o estímulo ao plantio direto tem sido decisivo para a intensificação do uso de agro-tóxicos e para reforçar a continuidade do modelo agrícola vigente. A introdução de variedades de plantas mais precoces possibilitou a realização de dois plantios por ano e aumentou a aplicação de agrotóxicos e outros produtos químicos. Se do ponto de vista econômico os resultados foram melhorados, o contrário aconteceu com relação à questão ambiental, já que se verificou uma acentuada erosão genética de plantas tradicionais, fato que fez aumentar a dependência dos agricultores em relação às empresas que dominam a produção das sementes, que antes estavam sob domínio dos agricultores. Isto contribuiu para uma relativa perda da biodiversidade e aceleração do desequilíbrio ambiental.

A comunidade mauriciense, através das instituições, como Sindicato, cooperativa e Emater, historicamente condenou a estrutura conservadora, conseqüente da modernização agrícola dos anos 60. No entanto, não se deu conta que com o desenvolvimento do referido projeto estaria aceitando, sem contestação, a Revolução Biotecnológica que estava sendo introduzida. Em outras palavras, ela estaria consolidando o estágio mais avançado dessa estrutura elitista e conservadora do modelo agro-industrial, em vigor no nosso país, associado aos grandes monopólios internacionais que dominam a produção e oferta de insumos agrícolas.

Após mais de uma década da execução do projeto, iniciado na comunidade de Esquina Londero, é possível perceber que a centralidade dos ideais que permeavam os princípios da sustentabilidade foi relativizada, prevalecendo os interesses econômicos. A forma de como foi concebido, além das contradições ambientais, também teve efeitos contraditórios com relação aos aspectos econômicos. Pois, se a introdução do plantio direto previa a redução de custo de produção, com a redução do uso de máquinas e mão-de-obra, isso foi um equívoco, já que

induziu os agricultores a aumentar seus gastos com o uso de agrotóxicos e novos investimentos para aquisição de implementos e máquinas adaptados ao novo sistema.

Nessas condições, o problema não está associado apenas à delicada alienação dos pequenos agricultores ao modelo agrícola, mas principalmente porque efetivamente não significou uma alternativa viável e sustentável para a agricultura. Pelo contrário, abortou e retardou a implantação de alternativas incipientes de desenvolvimento local, como a intensificação da produção leiteira, a agroindustrialização e, até mesmo, a possibilidade de incremento da produção orgânica. Efetivamente, o resultado apenas fortaleceu o modelo agro-exportador e excludente. A geração de novas demandas de insumos e equipamentos absorveu parte da produção, mantendo a grande maioria dos pequenos agricultores familiares distanciados da possibilidade de garantir a sua reprodução social. Assim, tem-se a continuidade do empobrecimento do pequeno agricultor familiar e do êxodo rural.

Portanto, a dinâmica empreendida a partir do projeto de conservação do solo mantém-se eficiente por melhorar os índices de produtividade da maioria das propriedades, porém não teve a mesma eficácia no sentido de garantir mudanças qualitativas e sustentáveis nos processos de produção locais.

Em síntese, é possível afirmar que a concepção inovadora e transformadora, que idealizou a execução do projeto, em nada contribuiu para re-significar os paradigmas cientificistas do modelo agrícola e socioeconômico vigente. Esperava-se uma evolução, na perspectiva da sustentabilidade. A complexidade, com relação às questões subjetivas e relativas aos aspectos sócio-culturais e ambientais, contrariou a concepção simplista da realidade e do desenvolvimento. Assim, os resultados concretos demonstravam, de forma velada, a concepção ideológica que estava a serviço de um movimento positivista, de conservação da ordem socioeconômica e ambiental vigente no lugar e no país.

2.9 Implantação do projeto de compensação florestal da mata ciliar: o Projeto Garabi-Itá²⁶

²⁶ É um Projeto de compensação florestal para recuperar os impactos ambientais gerados pela construção da rede de transmissão de energia elétrica Garabi-Itá. Sob responsabilidade da empresa responsável pela obra, foi executado em várias regiões do Estado do RS. No município o processo de execução foi de responsabilidade da Unijuí (IRDeR), em parceria com a prefeitura municipal Emater, agricultores e escolas, além de outras instituições colaboradoras. Foram plantadas 180 mil árvores nativas em diversas microbacias hidrográficas.

O objetivo da implantação do Projeto Garabi-Itá, no município de Doutor Maurício Cardoso, foi o de fazer a reposição da mata ciliar na micro-bacia do Lajeado Pedregulho, onde em toda a área já se havia efetivado a prática de conservação do solo, em micro bacias hidrográficas. Associado a esse projeto e a um conjunto de ações sistêmicas, com visão de que o desenvolvimento não é apenas econômico, mas que depende de um conjunto de ações que envolvem as questões sócio-ambientais e educacionais, é que o mesmo foi concebido, de forma que pudesse dar resposta aos problemas ambientais decorrentes do modelo agrícola.

Com essa perspectiva, os profissionais do IRDeR (UNIJUÍ) coordenaram o desenvolvimento do projeto em parceria com EMATER, Secretaria Municipal da Agricultura, Sindicato Trabalhadores Rurais e Cooperativas. Seu desenvolvimento foi complementado com ações educativas, relacionadas às questões ambientais, tanto para os agricultores como para alunos e professores das diversas escolas do município.

O projeto efetivou-se a partir de ações, coletivamente previstas, como as reuniões dos agricultores da comunidade, a formação de grupos de trabalho, o diálogo permanente com os proprietários e as parcerias já citadas anteriormente, além da participação ativa da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Maurício Cardoso. Nesse caso, o planejamento consistiu-se num processo educativo e conscientizador.

A dinâmica empreendida em ambos os projetos foi uma experiência inusitada, pois tanto o Projeto de conservação do solo como o Projeto Garabi-Itá teve reconhecida importância no município, já que serviram de exemplo concreto de iniciativas inovadoras, a partir da concentração social da comunidade de Esquina Londero. Seu êxito despertou interesse das escolas do município, que aproveitaram a experiência para anexá-la ao currículo dos diferentes níveis de ensino. Na educação, favoreceu a convergência entre a proposta pedagógica das escolas do município com o processo de desenvolvimento, através dos temas transversais e da interdisciplinaridade proposta pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que destaca com relevância a questão ambiental. Além disso, teve significativo resultado na formação e desenvolvimento da consciência ambiental, principalmente entre a juventude. Estas iniciativas locais serviram de modelos para motivar outras comunidades do município, onde a recomposição da mata ciliar teve importante avanço, fazendo do município de Doutor Maurício Cardoso, um meio de referência para outros municípios.

2.10 O papel exercido pelas instituições e os diferentes atores locais, no processo de desenvolvimento do município de Dr. Maurício Cardoso

A complexidade do mundo contemporâneo apresenta características que, se tomadas em conjunto, têm em comum a ocorrência de mudanças cada vez mais difundidas, persistentes e velozes. Originam incertezas e ambigüidades na trajetória de desenvolvimento de um determinado território, que a todo instante desafia a capacidade de adaptação das pessoas e das instituições.

A partir disso, observa-se que as regiões ocupadas por descendentes de imigrantes europeus, no Rio Grande do Sul, foram um diferencial no processo de desenvolvimento. Por essa razão, acredita-se que os valores e o conhecimento dos imigrantes foram e continuam sendo alguns dos ativos fundamentais para a promoção do desenvolvimento.

Da mesma forma, é notável que a presença dos imigrantes, no município, foi fundamental para emergência e constituição de um bloco histórico local, oriundo das primeiras iniciativas da evolução da agricultura, da estrutura comercial presente nos diversos lugares do interior e na sede do município, assim como na formação das comunidades, onde a igreja e a religiosidade se constituíram numa instituição importante, para afirmação do trabalho e da moral, como sinônimo de prosperidade.

Para Boisier (1998), os imigrantes contribuíram com dois requisitos básicos para a efetivação de intervenções territoriais, inteligentes exitosas: a construção de um novo conhecimento e a formação de um poder político local/regional, que possibilitasse a constituição do referido bloco histórico, de forma que engloba e aglutina todas as instituições capazes de definir os rumos do desenvolvimento. A constituição qualitativa desse bloco ocorre, com mais ou menos intensidade, dependendo muito da cultura cívica ou capital social, ou da densidade e qualidade institucional acumulada no território.

As instituições não são entidades isoladas, ao contrário, resultam da organização social e, portanto, estão em interação com o contexto socioeconômico do meio onde se originaram, porém, sofrem influências de fatores externos, que também promovem reações. Nessa perspectiva, entender a dinâmica de atuação das instituições é fundamental para compreensão da efetiva trajetória de desenvolvimento, de um determinado território.

Portanto, com base nessas referências, é oportuno identificar as principais instituições e analisar o papel desempenhado por cada uma, com suas especificidades, na trajetória de desenvolvimento do município de Doutor Maurício Cardoso. Entre as principais instituições que, efetivamente marcaram essa trajetória, podem ser elencadas as instituições públicas, como o Poder Público municipal, estadual e federal, além da EMATER; as de caráter

associativo e cooperativo, como sindicatos, Associação Comercial, Industrial e Prestação de Serviços (ACIPS), Igrejas, comunidades, sistema financeiro, cooperativas e escolas.

As instituições públicas locais tiveram participação fundamental na trajetória de formação socioeconômica e espacial do município de Doutor Maurício Cardoso. Conforme já descrito anteriormente, o processo de ocupação e colonização local e regional foi parte constituinte de um plano estratégico do governo federal e estadual, associado ao capital privado, porfocado numa proposta positivista de desenvolvimento, que tinha entre os seus principais objetivos a integração nacional.

Assim, a dinâmica empreendida pelas instituições públicas locais foi de subserviência ao modelo de desenvolvimento monocultor e dependente, de forma que estreitou relação entre os interesses da elite dominante, das diferentes esferas de poder, com a indução da proposta desenvolvimentista industrialista²⁷, monocultora e conservadora. No município, o modelo foi introduzido por uma rede integrada entre poder político, assessoria técnica, através da EMATER e agentes financeiros.

Historicamente, as instituições públicas locais exerceram forte influência na formação de lideranças comunitárias e políticas, estreitaram as relações com as empresas privadas e a sociedade, além de possibilitar o desenvolvimento de ações locais, associadas à proposta desenvolvimentista/industrialista nacional. A opção por esse modelo de desenvolvimento trouxe como consequência, a perda do poder sobre o território local, bem como da identidade cultural. Assim, as instituições públicas foram decisivas para criar uma liderança local, aliada ao modelo hegemônico e monocultor.

As instituições de caráter associativo e cooperativo surgiram no município a partir da década de 60, em decorrência do avanço do processo de modernização agrícola. As duas primeiras e maiores instituições representativas da classe dos agricultores, no município de Doutor Maurício Cardoso, eram as cooperativas e o sindicato dos trabalhadores rurais. Este com sede na cidade de Horizontina. A primeira cooperativa foi a Cooperativa Mista Candeia, com sede em Santa Rosa, a qual instalou sua filial neste município. Após alguns anos em atividade, a mesma foi comprada pela cooperativa COTRIMAIO, que tinha sede em Três de Maio, e que hoje conta com importante participação no comércio local.

A tendência das cooperativas foi, por excelência, a de dar suporte ao novo modelo agrícola implementado pela 'Revolução Verde', do que realmente defender o produtor frente

²⁷ Modelo criticado pela forma de participação do Estado no processo de industrialização brasileira (RAUD. 1999, p. 191-252).

a esse processo excludente, que se iniciava. Com relação a essas, criaram excelente infraestrutura de comercialização dos insumos e da produção agrícola e, desta forma, foram também, relativamente responsáveis pela afirmação do modelo agrícola monocultor, associado ao desenvolvimento industrialista²⁸, do qual se beneficiaram apenas um grupo de grandes produtores. Porém, na década de 80, com a perda dos incentivos dados à agricultura e às cooperativas, inicia-se um período de crise que, por sua vez, provoca uma profunda reflexão desse modelo.

A partir daí, a cooperativa local, com sede em Três de Maio, reformula seus quadros diretivos e passa a ser grande questionadora do modelo vigente. Surgem, então, com parceria da Emater e sindicato dos trabalhadores rurais, novas perspectivas para a agricultura e, dessa forma, inicia o incentivo a algumas experiências de diversificação da produção, baseada no trabalho coletivo e na cooperação, dentre as quais se destacou a produção de alho, de aguardente e de leite de forma coletivizada. Todas na comunidade de Esquina Londero, onde as parceiras orientavam sobre a importância do trabalho coletivo e associativo, como forma de combater a exclusão e enfrentar o mercado. Ofereciam auxílio técnico e facilitavam o acesso aos recursos financeiros, dados, principalmente, aos produtores de leite.

Assim, no município de Doutor Maurício Cardoso a cooperativa e o sindicato local ensaiaram algumas tentativas em busca de alternativas ao modelo monocultor e industrialista e por isso foram criticados por lideranças adeptas a esse modelo por questões ou interesses políticos e ideológicos.

Nesse contexto, com a redemocratização do país ressurgiu, também, o movimento sindical e a atuação das igrejas, em defesa da categoria de produtores em processo de exclusão. Aliados pelos mesmos objetivos, cooperativas de produção e financeira, sindicatos e setores da igreja promovem intensos debates e reflexões sobre a situação da agricultura, a partir de uma visão holística, de onde emergiram propostas para implantação de uma política agrícola, para a agricultura familiar, com diversificação da agricultura, visando a sustentabilidade do pequeno agricultor.

Dessa forma, se essas instituições não tiveram forças suficientes para o desejado processo de transformação do modelo agrícola, pelo menos elas atuaram no sentido aprimorar o nível de conscientização social e apontaram algumas possibilidades e a necessidade de mudanças, para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Ainda assim, no

²⁸ Brum e Trennepohl, (2005, p. 32-41) apresentam uma análise mais aprofundada do processo de desenvolvimento agroindustrial.

caso de Doutor Maurício Cardoso, as instituições foram protagonistas na implantação de um amplo projeto de conservação de solo e de melhoramento da infra-estrutura de muitas propriedades, que hoje são modelo para todo o Estado do Rio Grande do Sul, mesmo que sua evolução não tenha ocorrido como era desejada, inicialmente.

Para complementar a análise, possibilitada pelo resgate histórico, assim como das principais iniciativas de desenvolvimento, e obter melhor compreensão da trajetória desses espaços, buscar-se-á identificar, nos próximos capítulos, algumas contribuições teórico-práticas, recentes, de alguns autores que poderão contribuir para aprofundar a compreensão do papel desempenhado pelas instituições e, principalmente, da importância destas no processo de desenvolvimento, em âmbitos espaciais periféricos. A temática é complementada no último capítulo. Nele será abordada a partir da pesquisa realizada com especialistas e atores locais, assim como será demonstrada a percepção dos mesmos, sobre os fatores limitadores e as perspectivas de desenvolvimento de tais âmbitos.

3. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS PARA VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO DE ÂMBITOS ESPACIAIS PERIFÉRICOS

O presente capítulo apresenta a sistematização das principais e recentes contribuições, teórico-práticas, buscando identificar quais propostas melhor se apresentam contextualizadas e, que possam dar a melhor contribuição para viabilizar o desenvolvimento de âmbitos espaciais, com características semelhantes ao município de Doutor Maurício Cardoso.

3.1 Desafios e Perspectivas do Desenvolvimento Local/Regional na visão de alguns autores

Com a perspectiva de apresentar alguns desafios para os âmbitos espaciais periféricos, o presente item faz referência a diversos trabalhos e pesquisas de autores que, em seus estudos, dão significativa relevância para estes espaços. Assim, Arocena (1995) destaca que estamos frente a uma temática relativamente nova, sobre a que não é possível chegar a conclusões categóricas. Neste sentido, o referido autor tem implantado algumas das linhas conceituais, presentes nos debates e nas agendas de quem está envolvido no processo de desenvolvimento local.

[...] a crise obrigou a buscar novas formas de mobilização do potencial humano. Progressivamente se tem instalado a convicção da irreversibilidade do processo. Tudo parece indicar que é inútil olhar para trás e tentar reconstituir o que está superado. É necessário imaginar outras formas de desenvolvimento que superem qualitativamente as formas anteriores. Esse esforço por implementar um desenvolvimento alternativo tem desembocado em múltiplas propostas que falam de “desenvolvimento de base”, “ecodesenvolvimento”, “desenvolvimento autosustentável”, “desenvolvimento autocentrado”, etc. (AROCENA, 1995, p. 29)

Estas propostas inovadoras de desenvolvimento surgem com o intuito de superar os modelos de desenvolvimento, que aparecem a partir da segunda metade do século XX.

Segundo o mesmo autor, é necessário despertar em indivíduos e grupos sociais o seu potencial de iniciativa, com nítida identidade local e poder de negociação. Sendo assim,

formar atores locais com plena consciência territorial é condição decisiva para o êxito de todo processo de desenvolvimento local.

Barquero (2001) destaca que, com um mundo cada vez mais globalizado, onde a difusão das inovações e a qualificação dos recursos humanos constituem fatores estratégicos para realizar o ajuste produtivo, as comunidades locais (organismos públicos e privados, associações de empresários, sindicatos e governos locais) assimilaram o desafio, representado pelo aumento da competição, e responderam através do fortalecimento das iniciativas de desenvolvimento local. Porém, é preciso ter consciência que a capacidade de organização e o processo de aprendizagem diferem de território para território, assim como também são variadas as respostas locais.

Os processos de desenvolvimento acontecem em função do uso do potencial e dos excedentes gerados localmente, mas às vezes contam com recursos externos. Porém, são as iniciativas e o controle exercido pelos atores locais e a sociedade civil, que contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões, através de suas respostas estratégicas. Para Barquero (2001), os desafios poderão consistir em reestruturar os sistemas produtivos, de forma que os estabelecimentos agrícolas e as empresas industriais e de serviços logrem aumentar sua competitividade e produtividade, nos mercados locais e externos.

Putnam (2000) mostra que as instituições se criam e se adaptam ao meio social. Em seu estudo, estabelece um vínculo entre a reconstituição histórica e o processo de formação, o que chama de “comunidade cívica” e sua importância para o desenvolvimento de instituições eficientes. Concluiu que as diferenças entre as regiões, quanto ao seu processo de desenvolvimento, tinham profundas raízes históricas. Em sua tese sobre democracia e comunidade, mostra que as formas de associativismo, confiança e cooperação são elementos substantivos, para boa governança e prosperidade econômica. Ao avaliar o desempenho institucional, reconhece a importância do papel das instituições e das suas influências no comportamento político dos agentes e do processo de desenvolvimento.

Segundo Barquero (2001, p. 199), “As experiências de desenvolvimento local mostram que o caminho a seguir passa pela formulação e aplicação de uma estratégia de desenvolvimento empresarial, operacionalizada com base em ações que busquem realizar os objetivos de produtividade e competitividade”. Para este autor, o desenvolvimento depende das respostas estratégicas, construídas pelos atores locais, que são os maiores interessados e, dessa forma, contribuirão para o processo de transformação do desenvolvimento

local/regional. Porém, é importante observar que, em muitos casos, as forças exógenas poderão influenciar e contribuir na elaboração das estratégias locais.

Boisier (2005) coloca que, o processo de globalização produz importantes mudanças na geografia da produção, não somente a manufatureira, incluindo atividades como a agricultura e o turismo. A livre circulação do capital em novos espaços ampliados de comércio e os processos de modernização, somados às inovações tecnológicas, geraram novos mapas produtivos, com suas inevitáveis perdas e ganhos. As novas atividades nos novos espaços abrem possibilidades certas, de gerar processos de crescimento local, os quais podem servir de base para processos mais complexos de desenvolvimento local. Assim, a aceitação ou não dessas mudanças ou desses processos de crescimento dependerá da qualidade da resposta local, influenciada por catálise, que os sistemas locais de investigação e desenvolvimento podem introduzir no meio local.

Então, o denominado “novo entorno” do crescimento e do desenvolvimento territorial não é outra coisa, senão o marco que decorre a capacidade para entender a causalidade destes processos, na contemporaneidade. O que, como já é óbvio, dependerá de um marco cognitivo novo. Se o desenvolvimento se encontra no nosso futuro, não será com as idéias do passado que o alcançaremos. Porém, a partir delas é possível ter um parâmetro para mentalizar e elaborar um novo marco cognitivo. Então, se o desenvolvimento é um produto da própria comunidade, não serão outros, mas sim seus próprios membros que o poderão construir (BOISIER, 2006). O “novo entorno”, citado por Boisier, é uma nova forma de desenvolvimento. E, para que se consiga chegar a este desenvolvimento é preciso buscar novas estratégias e alternativas, tendo como principais atores, as pessoas interessadas em alcançar o desenvolvimento local/regional.

Fernandéz (2001) cita que, a recuperação das regiões, no cenário pós-fordista da globalização, tem-se instalado como um feito e, aparentemente, tem encontrado uma linha argumental e empírica para fundamentar a viabilidade desta recuperação, mesmo nesse cenário crescentemente assimétrico e seletivo, das redes globais, que tem destronado uma primeira impressão expansiva, horizontalizadora e harmonizadora, que acompanhou a especialização flexível. Os enfoques regionais estão conseguindo o mérito de enfrentar este cenário e reafirmar o mesmo papel estratégico dos âmbitos regionais, apelando para um enfoque dinamizador, que reconhece que na nova etapa pós-fordista não bastam as vantagens estáticas, derivadas da desintegração vertical, a divisão do trabalho e a cooperação

comunitária, senão que se requer desenvolver instâncias territoriais coletivas, com alta capacidade inovadora.

Para Fernández (2001), a apelação a um campo empírico, que seleciona excluindo as realidades representadas pelas regiões periféricas, somado a um quadro teórico estruturado em torno do enfoque da globalização, que prescinde de um elemento ativador como o Estado e, de um âmbito articulador de realidades territoriais heterogêneas, colocam os argumentos regionais nos caminhos cheios de dificuldades, das encantadoras propostas de escassa viabilidade ou, no melhor dos casos, de acordo com os relatos onde se teve sorte, nos casos de prosperidade daqueles que não participam das realidades regionais.

A superação destes caminhos cheios de dificuldades supõe a capacidade de elaborar uma proposta que, a partir da integração do complexo institucional territorial e do desenvolvimento das redes de cooperação com seus atores, promova uma lógica reprodutiva horizontal, dentro e entre as instâncias regionais e, a partir daí, é preciso encaixar uma estratégia que articule os âmbitos locais, regionais e nacionais, para que haja a integração destes âmbitos territoriais, na exigente dinâmica das redes globais. A capacidade de elaborar esta estratégia presume não somente acentuar a capacidade auto-organizativa da sociedade civil, mas também depositar ao Estado esta responsabilidade, funcional e morfologicamente, redefinido em seu formato altamente requalificado em suas capacidades.

Diante da magnitude destes desafios, em que se redefinem comportamentos, tanto dos atores econômicos quanto dos institucionais, somam-se e requalificam os instrumentos (Estado). O enfoque regional, que procura estar comprometido com o desenvolvimento integral, se encontra obrigado, não somente a submeter-se aos esforços teóricos realizados até o momento, mas também a andar por um caminho confeccionado somente para um punhado de arquipélagos, que resultam nas hierárquicas e assimétricas redes globais pós-fordistas (FERNANDÉZ, 2001).

De acordo com Klein (2005), a referência ao local se impõe na planificação territorial e no ordenamento do território a partir dos anos 80, substituindo, assim, ao desenvolvimento regional centrado no Estado. O que foi uma perspectiva, alternativa, ou até mesmo uma inovação, se transformou em um marco de referência importante para as políticas públicas e para a intervenção, no que diz respeito ao território. É importante ressaltar, que o êxito do desenvolvimento local se manifesta claramente em casos nos quais a coletividade dispõe de recursos abundantes, como no caso de zonas ou bairros específicos, de grandes metrópoles. Seu êxito tem sido menos evidente quando se tem tratado de produzir dinamismo em regiões

deserdadas, sobretudo em regiões rurais. Em prol do desenvolvimento local, os agentes têm se profissionalizado, e o que no princípio foi uma perspectiva ancorada na base, tem a possibilidade de transformar-se em uma receita tecnocrática. Pela mesma razão de sua institucionalização, o desenvolvimento local tem perdido alguns dos princípios que constituem sua base. Os objetivos de justiça e de equidade são insuficientes, pela idéia de empoderamento de regiões e lugares, com o fim de que estas possam competir com êxito em uma economia aberta. Isto tem como resultado, a exacerbação da concorrência entre coletividades locais, por atrair recursos públicos ou privados, cada vez mais escassos.

Para este autor, existe consenso sobre o fato de que o desenvolvimento, a partir da iniciativa local, deve pesar sobre a base do desenvolvimento durável, o qual deve ser visto tanto em sua dimensão temporal como geográfica. A dimensão temporal do desenvolvimento durável está clara e bem acertada. Trata-se de que o desenvolvimento atual de uma coletividade não se faz à custa do potencial do desenvolvimento das gerações futuras. Além disso, faz-se necessário agregar que, o desenvolvimento de uma coletividade também não deveria ser feito à custa do desenvolvimento de outras coletividades. Este aspecto está menos claro, posto que, freqüentemente são vistos casos de concorrência entre coletividades locais, de um mesmo país ou de países diferentes, pela realização de um projeto ou pela atração de uma determinada inversão pública ou privada, o que resulta em regiões ganhadoras e outras, perdedoras.

É necessário, então, segundo Klein (2005), superar o regionalismo e ver o desenvolvimento local, sob uma perspectiva global. No contexto do posfordismo, o território local permite reconstruir laços sociais e relações de solidariedade. Isto, porém, não é automático. A construção da solidariedade social, a partir da base, é um projeto social mais que uma realidade. Trata-se, então, de fertilizar o território, atuando nos momentos estratégicos, de maneira que o mesmo se transforme em uma plataforma de lançamento de iniciativas, de projetos e de ações coletivas. Trata-se, ainda, da reconstrução do social a partir da base, a partir de ações coletivas que despertem ou intensifiquem a consciência territorial. Isto exige uma opção territorial que inclua uma governança multi-escalar, uma perspectiva reticular e a inter-relação entre o local, o nacional e o mundial.

Klein (2005) destaca que, é necessário colocar em prática modalidades estratégicas de governança, amplas e includentes, adequadas às mudanças e à conversão econômica, que articulam o produtivo e o social em uma perspectiva de economia social e solidária. O territorial se traduz em uma visão estratégica pluralista, de onde tem que impulsionar e

combinar tanto as iniciativas do capital privado e das instâncias públicas, como aquelas que emergem a partir da sociedade civil, assim como os pontos necessários para estabelecer laços entre elas.

Assim, o desafio é elaborar uma visão pluralista, na qual o local permita recriar o global e acumular as diversas escalas de desenvolvimento, uma vez que o mesmo não se faz à custa da coletividade, senão em seu benefício. Nota-se que, segundo este autor (KLEIN, 2005), para que haja o desenvolvimento local é preciso que se estabeleça uma adesão da coletividade, e que todos tenham, na comunidade local, um mesmo objetivo. Que se mobilizem para conquistá-lo, já que esse é o desenvolvimento local.

Para Buarque (2006), o desenvolvimento local pode ser considerado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, em agrupamentos humanos e pequenas unidades territoriais. Para ser sustentável e consistente, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais, contribuir para elevar as oportunidades sociais, a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, pois estes são a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

O autor coloca, ainda, que o desenvolvimento local não pode se limitar a um enfoque econômico, assim como também não pode minimizar a importância do dinamismo da economia. Principalmente em regiões e municípios pobres, deve perseguir com rigor o aumento da renda e da riqueza locais, por meio de atividades econômicas viáveis e competitivas, com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais e, também, nos mercados globais. Apenas com economia eficiente e competitiva, gerando riqueza local sustentável, é que efetivamente pode-se pensar em desenvolvimento local, reduzindo a dependência histórica de transferências de rendas geradas em outros espaços.

Para que se obtenha um desenvolvimento local sustentável e consistente é preciso explorar as potencialidades locais, contribuindo para que se elevem as oportunidades sociais, a competitividade e viabilidade da economia local. Além disso, também é necessário que se assegure a conservação dos recursos naturais locais.

Segundo Buarque (2006, p.26),

(...) o desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município, construindo uma relativa autonomia das finanças públicas e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade. Por isso, o

desenvolvimento local não pode ser confundido com o movimento econômico gerado por grandes investimentos de capital externo, que não se internalizam e não se irradiam na economia local, enclaves que não se traduzem em mudanças efetivas na organização social e econômica local, com seus desdobramentos na capacidade de investimento endógeno (especialmente dos governos municipais).

Qualquer estratégia para ascensão do desenvolvimento local deve se estruturar em, pelo menos, três grandes pilares: organização da sociedade, contribuindo para a formação de capital social local, combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão; agregação de valor na cadeia produtiva, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas, com vantagens locais; reestruturação e modernização do setor público local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local. As mudanças que decorrem desses três processos e a sinergia gerada no conjunto do tecido social viabilizam o desenvolvimento local, de forma sólida e consistente (BUARQUE, 2006).

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local decorrem, na maioria das vezes, de um ambiente político e social favorável, promulgado por uma mobilização e, principalmente, convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade, em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Desse modo, representam o resultado de uma vontade coletiva e dominante da sociedade, que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações, capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade. Portanto, o desenvolvimento local depende da capacidade dos atores locais e da sociedade, em se estruturar e se mobilizar, para definirem e explorarem suas prioridades e especificidades, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural (BUARQUE, 2006).

Para Sen (2000), o desenvolvimento é um processo de busca, constante, de capacidades coletivas, de empoderamento.

[...] vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias. Existem problemas novos convivendo com antigos - a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agentes das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social (SEN, 2000, p. 09).

Para o autor, a luta pela superação dos problemas já é parte do processo de desenvolvimento e, que isso só é possível com o reconhecimento da importância do papel das diferentes formas de liberdade e da democracia. Segundo ele, a condição de agente, de cada

um, na maioria das vezes é restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas das quais dispomos. Então, para que ocorra o processo de desenvolvimento é necessário re-significar o papel de agente, de cada um, de forma que a liberdade individual se reproduza em comprometimento social e constitua-se no principal meio do desenvolvimento.

Stiglitz (2003), ao avaliar o processo da globalização, considera que, apesar dos seus malefícios, a mesma criou novos espaços, novos mercados e novas possibilidades de desenvolvimento, que devem ser buscados pelo esforço dos seus atores, na procura pela inserção e permanência das regiões e localidades no contexto internacional. Porém, para isso, não podem prescindir do reconhecimento dos pontos críticos e das deficiências, por parte das sociedades subdesenvolvidas. Mas que essas possam, sim, empreender dinâmicas inovadoras e empoderar-se do processo de desenvolvimento, a partir do reconhecimento.

No entanto, reconhecer a trajetória histórica se constitui num verdadeiro exercício para uma profunda reflexão da realidade local/regional, que possa reconhecer as limitações e, principalmente, a tomada de consciência dos desafios. Nessa perspectiva, a re-significação histórica poderá colaborar para prover novas formas de relações, assim como determinar uma postura mais autônoma, frente aos locais e externos, capaz de desencadear um processo alternativo de desenvolvimento.

Então, para que ocorra o desenvolvimento de uma região, não apenas na perspectiva econômica, é necessário que a comunidade local se movimente em torno desse objetivo, tendo como base as suas potencialidades e prioridades, para que assim se construa o desenvolvimento do município, região ou território.

Para que se possa estabelecer um parâmetro entre o que propõe as bases teóricas e a realidade local, busca-se identificar, no próximo capítulo, os principais fatores limitadores e as principais perspectivas de desenvolvimento dos espaços periféricos, elaborados a partir da visão dos especialistas e dos atores locais.

4. VISÃO DOS ESPECIALISTAS E ATORES LOCAIS SOBRE OS FATORES LIMITADORES E DOS DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo são destacados os principais fatores limitadores e os principais desafios do desenvolvimento nos municípios de âmbitos espaciais periféricos, segundo a visão de alguns especialistas e atores locais. Os diversos fatores, aqui apresentados, são resultados de uma pesquisa de campo, através da entrevista realizada com nove especialistas da região e nove atores locais, que responderam a seguinte pergunta: Segundo sua opinião, quais os fatores limitadores e/ou desafios para o desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos? As respostas foram amplas e expressaram a grande multiplicidade de idéias, além da complexidade que envolve as questões que abordam os fatores limitadores e as perspectivas de desenvolvimento nesses espaços.

4.1 Fatores limitadores e/ou desafios para o desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos na visão dos especialistas²⁹

Este item destaca os fatores limitadores, atribuídos pelos especialistas, como as prováveis causas que dificultam o desenvolvimento nos espaços afastados dos centros socioeconômicos mais dinâmicos e desenvolvidos.

Para o primeiro especialista, um dos primeiros fatores limitadores do desenvolvimento desses espaços é a falta de uma visão ampla sobre as diversas dimensões que constroem o desenvolvimento sustentável, tendo como base os recursos do meio físico natural, da educação, da saúde e do capital social, ordenadas num diagnóstico que permita ações de planejamento sistêmico. Isso só é possível com uso de ampla base de dados e informações que

²⁹ Professores do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Pós-Graduação da Unijui e de diversas Universidades da região.

possam diagnosticar os problemas e, a partir deles, elaborar ações de desenvolvimento. Desconhecer ou conhecer esses dados e não usá-los, já é um fator limitador do desenvolvimento, pois a seu ver, as tecnologias e as informações de base não estão se constituindo em ferramentas de conhecimento organizado, para promoção de ações cidadãs. Na sua visão, é possível a superação desses problemas, através da identificação dos instrumentos concretos de informação para a cidadania e da sistematização, segundo as necessidades de participação dos diversos atores sociais. A sua praticidade é limitada pela ausência de uma metodologia que possa, efetivamente, organizar um sistema integrado de informações municipais, estaduais e nacionais. Assegura que, “a informação organizada pode ser um poderoso racionalizador das atividades sociais e, um esforço grande, neste sentido, provavelmente se constitui na melhor iniciativa que poderíamos tomar, em termos de custo-benefício, pois não se trata de abrir novos campos, mas de aproveitar melhor o que existe”.

Diante da multiplicidade das dimensões do Desenvolvimento Sustentável, considera que a educação é um aspecto essencial. O desenvolvimento moderno necessita, cada vez mais, de pessoas informadas sobre a realidade onde vivem e trabalham. Pessoas desinformadas não participam e, sem participação não há desenvolvimento. O envolvimento mais construtivo do cidadão se dá no âmbito da sua própria cidade e do seu entorno, na região onde cresceu, ao articular-se com pessoas que conhece diretamente e com instituições concretas, que fazem parte do seu cotidiano. Trata-se de fechar a imensa brecha entre o conhecimento formal curricular e o mundo onde cada pessoa se desenvolve.

Para o segundo especialista, a visão normativa é um dos principais fatores limitadores do desenvolvimento nos âmbitos espaciais periféricos. Refere-se àqueles que ‘pensam’ o desenvolvimento destas localidades, na perspectiva do ‘como deve ser’. Normalmente, a partir de experiências bem sucedidas. Para ele, um dos problemas é a falta de reconhecimento desses espaços, do desenvolvimento como um processo histórico, aberto, produto das relações sociais internas e externas. Neste sentido, pensar o desenvolvimento de uma localidade a partir da (falsa) dicotomia ‘periferia x globalização’, pouco ajuda para um âmbito espacial, qualquer, refletir sobre o seu caminho de desenvolvimento. É através da trajetória de desenvolvimento que se pode (re)-descobrir como potencializar os recursos existentes e melhorar as relações entre os atores locais e, desses, com os atores externos.

O problema da normatização complementa o pensamento do primeiro especialista, que estabelece a relação com a multiplicidade de dimensões. Porém, se o segundo ressalta apenas a falta de reconhecimento do desenvolvimento como um processo histórico, aberto, produto

das relações sociais, o primeiro vai além, ao destacar a educação como um meio para que isso realmente possa se efetivar e promover o desenvolvimento sustentável.

Soma-se a essa concepção, o terceiro especialista entrevistado, para o qual, os fatores limitantes precisam ser apreendidos e compreendidos, por meio da reconstituição da trajetória histórica de desenvolvimento desses espaços. Isto é, da evolução e da diferenciação das condições e modalidades de desenvolvimento empreendidas por cada sociedade, em cada tempo e lugar. Em outros termos, como e em que condições cada sociedade (periférica) construiu suas condições materiais de existência e sociabilidade, face à dinâmica geral do desenvolvimento capitalista. Assim, reforça a tese do primeiro e do segundo especialista, os quais dão destaque e reconhecimento à compreensão da trajetória de desenvolvimento, como um processo aberto e dinâmico, e a importância da educação para formar cidadãos capazes de compreendê-lo e promover a sua interação nesse processo.

O quarto especialista identifica cinco aspectos, acreditando que esses sejam as principais dificuldades para o desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos.

1) Ausência de uma ‘identidade regional’:

Em geral, as características de regiões periféricas são muito pontuais ou difusas, pouco exploradas e de pouco interesse para os âmbitos centrais. As regiões periféricas ainda não aprenderam a fazer seu próprio *marketing*, isto é, produzir, disponibilizar e vender seus produtos, sua marca, sua identidade, suas características, seus potenciais ou seus atrativos, de forma articulada, a jusante e a montante do processo. A simples presença de atrativos naturais ou históricos não garante o seu desenvolvimento.

2) Protagonismo social e institucional deficiente:

Muitas regiões periféricas, no mundo, apresentaram melhorias em seus indicadores econômicos e sociais, através de decisão e ação articulada de suas organizações. Reforça o pensamento do primeiro especialista, ao reconhecer que as regiões que dispõem de cidadãos e instituições atuantes (descontentes, postulantes, propositivas, dinâmicas, ambiciosas, interagentes) têm maior propensão a desencadear um processo de desenvolvimento.

3) Excesso de acomodação, paternalismo ou espera pela ação pública:

Para esse especialista, a sociedade acostumou-se com a ação dos governos, como sendo necessária e suficiente. Os governos, por vezes, também são movidos por interesses que nem sempre coadunam com as demandas sociais.

4) Manutenção de interesses divergentes ou a inexistência de interesses convergentes:

Reconhece que as disparidades sociais e econômicas existentes nesses espaços, entre as

diversas camadas sociais, contribuem para uma pulverização de interesses e demandas. Alega que a inexistência de uma responsabilidade social coletiva faz com que melhorias ocorram, mas que as desigualdades permaneçam.

5) Ausência de objetivos, prazos e critérios de avaliação de desempenho:

Ainda segundo o quarto especialista, em grande parte, as políticas e estratégias de desenvolvimento se esquivam de fixar, com maior clareza e precisão, metas concretas, cronogramas de execução e parâmetros de avaliação do processo. Isso torna cômodo o papel das lideranças e forma uma falsa idéia do desenvolvimento porque, muitas vezes, destacam e evidenciam o esforço em detrimento da eficácia nos resultados.

Na concepção do quinto especialista, os fatores de ordem cultural e antropológica são responsáveis pela falta de espírito empreendedor, nas regiões de âmbitos espaciais periféricos, como a falta de uma visão pró-ativa e de planejamento estratégico. Para este, as pessoas não podem prescindir da convicção e do comprometimento com um planejamento elaborado e executado, a partir de ações coletivas. Destaca, por sua vez, questões objetivas e pontuais, como a localização das regiões periféricas, distante da grande massa consumidora, a qual se encontra localizada nos centros maiores, assim como a precária condição de infra-estrutura de transportes e comunicações, como fatores limitantes do desenvolvimento desses espaços.

O sexto especialista identifica os fatores limitadores a partir de duas dimensões. A primeira refere-se à construção e reconstrução, permanente, de uma identidade local/regional. Para ele, isso implica no autoconhecimento da sua realidade, dos seus problemas e, principalmente, dos seus objetivos. Dessa forma, supõe promover debate público, livre e aberto, para apontar e fundamentar os problemas e as dificuldades a ser enfrentadas. O que geraria um pensamento hegemônico, dotado de clareza em suas idéias e convicções, de forma que, nos projetos de desenvolvimento os interesses majoritários fossem efetivamente contemplados, porém, sem que isso excluísse os interesses minoritários. A identidade econômica, social, política e cultural deveria contemplar a diversidade e sobre ela construir caminhos possíveis.

A segunda dimensão faz referência à necessidade de uma articulação inteligente e estratégica, com o mundo globalizado. Para esse especialista, nenhuma região irá alcançar seus objetivos de desenvolvimento, no isolamento. Porém, esta inserção no mundo globalizado, também poderá representar ameaças e novos problemas. Para tanto, é fundamental que a inserção seja inteligente e estratégica. E, para aprofundar a análise nesse aspecto, propõe algumas interrogações: 1) Quais são as relações econômicas, sociais, políticas

e culturais que interessam estabelecer? 2) De que forma estas relações colocam em risco ou aperfeiçoam a identidade local construída?

Portanto, considera que essas duas dimensões poderão definir as alternativas ou possibilidades de desenvolvimento de cada município ou região, mas são decisivas as questões subjetivas, como a vontade das pessoas e a atitude das lideranças.

O sétimo especialista, ao identificar alguns fatores limitadores reconhece, ao mesmo tempo, que eles não são amplos o suficiente, nem definitivos sobre a exploração da temática. Assim, destaca quatro fatores: (1) a distância físico-geográfica dos centros de gestão e decisão, dos recursos públicos, de sistemas mais dinâmicos, tecnologicamente e economicamente estruturados; (2) as limitações na infra-estrutura de transportes, comunicação e logística de produtos (bens e serviços); (3) a baixa densidade populacional e, por conseqüência, menor nível de participação e representatividade nos centros de poder e de definição das políticas de desenvolvimento, em instâncias superiores; (4) destaca a ação dos agentes sociais e políticos locais organizados, motivados e articulados por interesses e forças, por vezes discordantes, contraditórios e ou localizados distantes destes próprios âmbitos espaciais periféricos.

Entende que isto dificulta e gera desafios adicionais à própria organização, participação, estruturação de planos e ao estabelecimento de 'pactos sócio-territoriais', de médio e longo prazo.

Segundo o oitavo especialista, os fatores limitadores são: (1) a falta de dinamismo econômico local e a dificuldade de articulação com processos mais amplos e de circulação do capital, em âmbito globalizado; (2) a falta de articulação dos atores locais com os atores globais; (3) a precariedade dos serviços de diversas naturezas, acessíveis à população local; (4) a dificuldade de inserir-se na dinâmica de produção e circulação do conhecimento e de geração de novas tecnologias; (5) a precariedade dos mecanismos de articulação entre os atores locais.

Na visão do nono especialista, os fatores limitadores, em todos os aspectos, de uma forma ou de outra, convergem com os fatores já apresentados pelos outros especialistas. Por exemplo, a distância física (logística) que separa estes espaços, dos centros mais dinâmicos, e a dificuldade de articulação dos atores locais. Essa perspectiva, contemplada na visão do oitavo especialista, mostra que ambos entendem que isso dificulta o necessário aprimoramento e intensificação da interação com atores determinantes de políticas públicas, de inovação tecnológica e inserção econômica global. Dificulta, também, o acesso dos

diferentes atores destas sociedades, a recursos financeiros, que possibilitem maiores inovações estruturais e tecnológicas, assim como podem implicar na estagnação do poder de renda, dos indivíduos destas regiões, o que significaria uma relativa estagnação nas atividades econômicas. Esse especialista, ainda, refere-se à frágil representatividade política destas regiões, junto aos governos estaduais e federais, e à própria organização política e social destas sociedades mais periféricas, que do ponto de vista culturalista, é muito frágil, pautada no clientelismo e no individualismo.

Tabela 4.1 – Resumo dos principais fatores limitadores do desenvolvimento em âmbitos espaciais periféricos identificados pelos especialistas.

FATORES	FATORES LIMITADORES DO DESENVOLVIMENTO NA VISÃO DOS ESPECIALISTAS	% DAS RESPOSTAS
Recursos humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de compreensão da trajetória de desenvolvimento desses espaços. 2. Ausência da visão ampla do desenvolvimento sustentável. 3. Ausência de uma identidade regional. 4. Deficiência de recursos humanos. 	88,8% dos entrevistados
Fatores da Gestão pública e privada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de espírito empreendedor. 2. Ausência e falta de comprometimento com um plano comum. 3. Ausência de protagonismo institucional. 4. Dificuldade de acesso a recursos financeiros. 	77,7% dos entrevistados
Fatores culturais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Excesso de acomodação, paternalismo e dependência da ação pública. 2. Protagonismo social e institucional deficiente. 	22,2% dos entrevistados
Fatores Cooperativos associativos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de envolvimento e participação. 2. Desarticulação entre os atores e instituições. 3. Inexistência de interesses convergentes. 	55,5% dos entrevistados
Fatores locacionais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desarticulação dos atores locais com os atores globais. 2. Dificuldade de acesso a tecnologias mais avançadas de operação e gestão. 3. A distância física dos centros mais dinâmicos. 	33,3% dos entrevistados
Fatores burocráticos e políticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de representatividade política destas regiões junto aos governos estaduais e federal. 	22,2% dos entrevistados
Fatores ambientais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uso inadequado dos recursos disponíveis. 	22,2% dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro/março de 2008.

4.2 Fatores limitadores e/ou desafios para o desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos na visão dos atores locais³⁰

No entendimento de alguns atores locais, muitos dos fatores limitadores do desenvolvimento em âmbitos espaciais periféricos convergem com os fatores indicados pelos especialistas.

Para o primeiro ator, os fatores limitadores do desenvolvimento são quatro. Primeiro, a localização geográfica, pois são espaços afastados das cidades de maior circulação de pessoas, serviços e consumo. Além disso, não é atrativa aos investimentos privados de maior vulto. Segundo, o baixo número de habitantes. Isso limita o consumo, a geração de trabalho e renda, o que provoca a diminuição da circulação de produtos e serviços, além de diminuir o ritmo da atividade econômica. Terceiro, a economia exclusivamente baseada na produção primária, principalmente da soja, trigo e milho. Reconhece que, embora algumas experiências ainda se mostrem incipientes na agroindustrialização, não estão sendo capazes de mudar essa situação. Quarto, a modernização da agricultura, que introduziu a mecanização das lavouras de soja e trigo, o que terminou por criar a cultura do pouco trabalho. Nessa perspectiva, percebe que esse fator, de ordem cultural e antropológica, desenvolveu a cultura do pouco esforço e do pouco trabalho. Para ele, qualquer alternativa que venha para gerar renda e, portanto, exigir maior dedicação ao trabalho, acaba não sendo ‘simpática’ para muitos.

Para o segundo ator local, o principal fator limitador é a carência de capacidade humana, com formação e perfil inovador ou empreendedor. Reconhece, igualmente, que a referida carência nessas comunidades é responsável pela resistência às inovações tecnológicas e favorecem a cultura individualista, que os torna mais frágeis.

Essa mesma percepção é tida pelo terceiro ator local, representante de uma das instituições financeiras locais. Ele argumenta que o maior fator limitador do desenvolvimento local é a falta de geração de líderes comunitários, que tenham visão empreendedora, pró-ativa, e ideal cooperativista, diante do mundo capitalista e individualista. Argumenta, ainda, que os âmbitos espaciais periféricos possuem culturas enraizadas, de sociedades desprezadas, clientelistas e individualistas, que estão à mercê da estagnação. Para este ator, outra dificuldade é carência de conhecimento, de informação das pessoas. Esta deficiência inibe a persistência do cidadão, desencorajando-o na busca de alternativas inovadoras.

³⁰ Representam diversas instituições como Poder Público, empresas, sindicatos, cooperativas, sistema financeiro, docentes e cidadãos do Município de Doutor Maurício Cardoso.

O quarto ator destaca a assimetria da relação produção primária–consumidor. Aborda a idéia consumista, de que só os produtos de marca são de melhor qualidade. Assim, o consumidor paga caro e deixa de comprar produtos produzidos localmente, atitude que desestimula iniciativas locais de produção.

Para a o quinto, são diversos os fatores que inibem o desenvolvimento nos âmbitos espaciais periféricos, no caso de Doutor Maurício Cardoso. Mas a localização geográfica, a falta de projetos locais, por parte de órgãos públicos ou de empresas privadas, e a falta de incentivos do poder público, para atrair investimentos, são os três principais fatores limitadores do desenvolvimento no município. Para ele, essa carência dificulta a dinamização e articulação de algumas ações, para atrair novos investidores. Além disso, acrescenta que a falta de pessoas empreendedoras e o comodismo dos atores locais inibem iniciativas, que poderiam promover mudanças.

Importante liderança local/regional, o sexto ator local, faz distinção entre os problemas do meio rural e urbano. Com relação ao meio rural, entende que a legislação e a burocracia são fatores que dificultam o avanço da agroindustrialização. Concorda com a maioria dos atores locais, ao reconhecer que a falta de infra-estrutura (logística), a distância dos centros consumidores e a falta de capacitação dos atores, também estão entre os principais fatores limitadores do avanço do processo de desenvolvimento dos espaços periféricos. Este menciona as questões culturais e antropológicas, no meio urbano, como fatores limitadores mais eminentes. Para ele, são problemas os conflitos de interesses regionais, relacionados a conquistas de empreendimentos industriais, a carência de lideranças com capacidade de propor e coordenar definições de políticas públicas para o setor, que agreguem valor e desenvolvimento em âmbito espacial regional. Segundo ele, a disputa de interesses políticos reduz a capacidade de implantação das novas alternativas ou até mesmo o aprimoramento das já existentes.

O sétimo ator, também aponta problemas relacionados aos aspectos culturais, como a fragilidade das instituições locais, a cultura do individualismo e o não aproveitamento do capital social disponível, para promoção do desenvolvimento local e regional. O bairrismo local, que permeia as administrações públicas e demais instituições, dificulta a elaboração de um projeto regional e a formação de um grupo político, capaz de interferir em prol desse projeto. Aponta ainda, os problemas da legislação, que não é adequada para as regiões de âmbitos espaciais periféricos.

Por sua vez, o oitavo ator, representante do Legislativo Municipal, faz referência à falta de qualificação técnica das instituições públicas e privadas, locais, além de não possuírem uma visão política, específica para promoção do desenvolvimento local e regional, que possam ser efetivados a partir de iniciativas inovadoras. Assim, refere-se à carência de recursos humanos e institucionais, como responsável pela falta de um planejamento estratégico local e regional, que pudesse dar outra dinâmica ao processo de desenvolvimento.

A ausência de projetos, a médio e longo prazo, bem focados no contexto em que vivemos, com objetivos determinados e envolvendo a comunidade, é o que destaca o nono ator local, como sendo o principal fator limitador do desenvolvimento desses espaços. Porém, acredita que esse problema também seja decorrente da fragilidade e da acomodação das instituições e dos agentes locais, por estarem situados distantes dos centros mais dinâmicos.

Tabela 4.2 – Resumo dos principais fatores limitadores do desenvolvimento em âmbitos espaciais periféricos na visão dos atores locais.

FATORES	FATORES LIMITADORES DO DESENVOLVIMENTO NA VISÃO DOS ATORES LOCAIS	% DAS RESPOSTAS
Fator Recursos humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de capacitação dos recursos humanos. 2. Carência de quadro técnico. 3. Falta de elementos humanos empreendedores. 4. Fragilidade das instituições locais. 	88,8% dos entrevistados
Fatores gestão pública e privada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de planejamento coletivo. 2. Falta de projetos locais; de incentivo do poder público para atrair novos investimentos. 3. Ausência de políticas públicas específicas para o local e região. 4. Desarticulação dos atores locais e regionais; entre produtores e consumidores locais/regionais. 	77,7% dos entrevistados
Fator cultural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de planejamento e persistência dos cidadãos. 2. Comodismo e individualismo e visão bairrista. 3. A cultura do desprezo. 4. Resistências às inovações. 	55,5% dos entrevistados
Fatores Cooperativo e associativo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de formação de líderes com visão empreendedora e cooperativista. 2. Desarticulação entre os diferentes atores locais e regionais. 	33,3% dos entrevistados
Fatores locacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Localização geográfica. 2. Baixo número de habitantes. 	33,3% dos entrevistados
Fatores burocráticos e políticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Burocracia (legislação) muito complexa para a realidade desses espaços. 2. A falta de representação política e visão política. 	22,2% dos entrevistados

Fatores ambientais	1. Excessivo uso de agrotóxicos na agricultura. 2. Ausência de planejamento ambiental.	22,2% dos entrevistados.
--------------------	---	--------------------------

Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2008.

4.3 Perspectivas de desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos no atual contexto da globalização, na visão dos especialistas

Na visão dos especialistas, as perspectivas de desenvolvimento desses espaços existem a partir da congregação de um conjunto de fatores que são destacados neste item, do quais, estes espaços não pode prescindir.

Para o primeiro especialista entrevistado, as perspectivas de desenvolvimento desses espaços é uma questão paradoxal. Não há como generalizar sem contextualizar cada situação, especificamente. Considera que, em algumas regiões percebem-se, com clareza, os locais onde as expectativas de desenvolvimento são muito promissoras e outros, nem tanto. Acredita que as perspectivas estão na conciliação da disponibilidade de recursos humanos, naturais e infra-estrutura de cada local, de forma que possam traduzir-se em modelos produtivos, da tendência do desenvolvimento.

Diante do exposto, o segundo especialista entrevistado reconhece que as perspectivas de desenvolvimento dependem muito da capacitação da sociedade local (não só das lideranças), para o exercício do poder e usufruir de forma racional os recursos disponíveis. Para tanto, entende que, é necessário conhecer em profundidade a trajetória histórica dos distintos grupos sociais, sua capacidade de reprodução social e o tipo de relações internas e externas.

Enfocando na mesma direção, o terceiro especialista defende que, o desenvolvimento dos âmbitos espaciais periféricos vai depender da capacidade (incluindo acesso a recursos) que cada sociedade local possui. Para ele, a garantia da reprodução das condições materiais, de existência de seus integrantes ao longo do tempo, e o equacionamento das suas contradições e conflitos de interesses, é muito menos global, versus espaços periféricos, e muito mais centro, versus periferia.

Para o quarto especialista, uma característica fundamental de todo e qualquer processo de desenvolvimento diz respeito às mudanças ou condições *'sine qua non'*. Só há desenvolvimento quando ocorrem transformações quantitativas e qualitativas. Na sua visão, o atual processo de globalização tem recebido críticas de toda ordem, como acontece com

qualquer processo de mudança. Todavia, alguns fatos lhe são inerentes: a) trata-se de um processo irreversível; b) o mesmo está provocando mudanças nas mais diversas áreas; c) traz consigo vantagens e desvantagens, riscos e oportunidades.

Para este especialista, os exemplos históricos do contraponto da globalização, caracterizados por um estado econômico e social estacionário, de manutenção do *status quo*, evidenciam que as perspectivas de desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos são praticamente nulas. No entanto, segundo ele, se é da criação teórica que brota a maior parte das críticas aos preços (sociais, ambientais, culturais, econômicos) cobrados pelo desenvolvimento, no contexto da globalização, também é daí que surge a maior parte das idéias alternativas que amenizam os seus impactos e que vão dando novas formas ao processo. Por isso, considera que para uma região periférica, que almeja a dinamização econômica e a melhoria da qualidade de vida, o atual processo de globalização é, provavelmente, um dos mais propícios, significativos e benéficos fenômenos que poderia ocorrer, além de ser bem mais abrangente que qualquer mudança estrutural interna, desencadeada dentro de um país. Por isso, na visão desse especialista, uma região que opta por não interagir no processo de globalização já definiu o seu papel e o seu espaço, pelos demais protagonistas.

O quinto especialista entrevistado complementa e diz que, possuem capacidade de se desenvolver aqueles âmbitos espaciais periféricos que se especializarem e conseguirem explorar as suas potencialidades, por isso não podem prescindir das lideranças empreendedoras, com visão holística, fazendo referência ao quadro político que, segundo ele, não está à altura dos desafios que precisam ser vencidos para dinamizar a economia.

As perspectivas de desenvolvimento dos âmbitos espaciais periféricos, na visão do sexto especialista, têm equidade com os demais. Entende que o processo de globalização ampliou, em muito, as potencialidades e os riscos para o desenvolvimento local e regional. A eliminação ou a relativização das distâncias nacionais e a circulação veloz e intensa das informações, conhecimentos, tecnologias, pessoas, capitais, mercadorias, culturas, valores e princípios, representam o rompimento das barreiras existentes, cujo efeito poderia ser o de impedir o desenvolvimento ou de proteger os processos locais, das ameaças externas. No entanto, reconhece que, com o fim ou a diminuição das barreiras alfandegárias, passam a vigorar as leis e tendências gerais ou universais que, muitas vezes, não são interessantes para o processo de desenvolvimento local. Por isso, qualquer perspectiva de desenvolvimento local e regional não deve prescindir dos temas e condições gerais, tornando-se necessário construir e fortalecer as instâncias locais e regionais, para que esses territórios não sejam passivos aos

movimentos de interesses globais. É preciso construir algum grau de autonomia e autodeterminação que, segundo este especialista, é possível em âmbito local/regional.

Sob a mesma visão, o sétimo especialista defende o fortalecimento do âmbito espacial periférico, fortalecendo as relações locais, sem se distanciar dos aspectos mais amplos, onde destaca a própria globalização. Com a abertura econômica e política, o acesso às novas tecnologias foi facilitado. Nesse sentido, o avanço da comunicação tem ampliado, substancialmente, a capacidade e a competência dos agentes, presentes nos espaços periféricos, de estabelecer laços, programas e iniciativas de cooperação e de fomento ao desenvolvimento. Com as novas possibilidades de comunicação, interação e produção de laços, riquezas e de bem estar entre as pessoas, as distâncias e diferenças espaciais são minimizadas. Por isso, ele acredita que as maiores potencialidades podem ser mais bem aproveitadas a partir do aprofundamento, detalhamento, identificação e fortalecimento das novas identidades produtivas, baseadas na riqueza e diversidade sócio-cultural, com forte valorização da interação e preservação ambiental, bem como a qualidade de vida dos sujeitos, que optam por ali residirem. Neste contexto, são necessários novos fundamentos da definição de desenvolvimento, sobre os quais não há consenso e tampouco um pacto. No entanto, é imprescindível a valorização e estima positiva dos sujeitos que constroem seus projetos de vida, liderados por outros sujeitos inseridos nestes espaços. Isto é algo profundamente inovador porque diferencia, positivamente, as regiões empreendedoras e com capacidade de fazerem a leitura e avaliação do seu contexto (diagnóstico), de definirem as suas prioridades e gerirem os seus próprios processos de desenvolvimento. Faz referência, ainda, ao capital humano disponível nesses espaços. Para ele, quanto mais pessoas capacitadas e qualificadas a região tiver, especialmente identificadas localmente, maior será a capacidade da sociedade local se inserir no contexto da globalização, sem perder a autonomia. Porém, reconhece que o grande desafio é definir quais mecanismos e estratégias que estas regiões devem gerar e empreender, com vistas a ampliar a manutenção de sujeitos, que acumulam competências diferentes e com crescentes capacidades de gerar soluções para as problemáticas mais complexas e dinâmicas.

Compactuando com as mesmas perspectivas dos anteriores, para o oitavo especialista, o atual contexto da globalização fez emergir alternativas locais, assim como a retomada de perspectivas de desenvolvimento local, na contramão do processo global. Entende que, a possibilidade para os espaços periféricos reside na capacidade que estes têm, de gerar e desenvolver alternativas para os processos globais e, também, na exploração de espaços ou

‘vazios’ não preenchidos pelos mesmos. Ao referendar a idéia apresentada por outros especialistas, diz que a globalização também é contraditória, pois vem acompanhada de um reclame constante de regionalização. São nos espaços locais que as pessoas vivem e constroem suas relações, e isto deve ser ressaltado pelos processos locais periféricos, conforme entendimento do sétimo especialista.

Por fim, o nono e último especialista, além de concordar com as perspectivas apresentadas pelos anteriores, em relação ao processo de desenvolvimento, frente ao mundo globalizado, enfatiza a necessidade de criar meios que facilitem o acesso às novas tecnologias, informações, conhecimento, abertura dos mercados, e destaca a atuação dos organismos público-privados, que estão possibilitando ações de maior e melhor integração entre os diferentes (mas convergentes) indivíduos, instituições e outros atores, para promover o desenvolvimento.

No quadro abaixo, estão representadas, de forma sistematizada, as principais idéias com relação às perspectivas de desenvolvimento em âmbitos espaciais periféricos, na visão dos especialistas.

Tabela 4.3 – Sistematização das perspectivas de desenvolvimento dos especialistas.

DESAFIOS	DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA VISÃO DOS ESPECIALISTAS	% DAS RESPOSTAS
Relacionados ao capital humano	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificar e capacitar os atores locais para interagir no contexto da globalização. 2. Melhorar o aproveitamento das vantagens e oportunidades nesse novo contexto. 	100% dos entrevistados
Relacionados à gestão pública e privada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitar a sociedade local para o exercício do poder, equacionamento das contradições e conflitos de interesses. 2. Especialização para exploração das potencialidades locais. 3. Conciliação e fortalecimento dos recursos humanos, naturais e infra-estrutura local para que possa se traduzir num modelo produtivo da tendência do desenvolvimento. 4. Definir mecanismos e estratégias que devem gerar e empreender competências diferenciadas e com crescentes capacidades de gerar soluções a problemáticas mais complexas e dinâmicas. 	100% dos entrevistados
Desafios de ordem cultural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer a disponibilidade de recursos humanos, naturais e estruturais e traduzi-los num modelo produtivo da tendência do desenvolvimento. 2. Reconhecer e entender o processo dialético de transformações, de desenvolvimento. 3. Conhecer com profundidade as trajetórias dos distintos grupos sociais, sua capacidade de reprodução social e o tipo de relações internas e externas. 	33,3% dos entrevistados
Desafios de ordem	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer as instâncias locais para que sejam pró-ativas aos 	

coletiva e cooperativa	movimentos de interesses globais. 2. Qualificar as relações sociais.	55,5% dos entrevistados
Desafios de ordem locacional.		
Desafios burocráticos e políticos	1. Qualificação do quadro político	22,2% dos entrevistados

Fonte: pesquisa de campo, janeiro/fevereiro de 2008.

4.4 Perspectivas de desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos no atual contexto da globalização, na visão dos atores locais

Quando questionados sobre quais são as perspectivas de desenvolvimento nos âmbitos espaciais periféricos, no atual contexto da globalização, observamos novamente uma multiplicidade de idéias, que envolvem os diferentes aspectos inerentes a questão.

Para o primeiro ator local, o desafio está em organizar e estruturar os sistemas produtivos e a comercialização da produção local, como a forma mais viável para sobreviver neste espaço, cada vez mais competitivo. Segundo ele, no âmbito do município, três ações deveriam nortear as entidades públicas e entidades da sociedade civil: (1) fortalecer as atividades industriais urbanas já estabelecidas no município, como indústria de móveis, metalúrgicas e vestuário e, potencializá-las através de treinamento, expansão de mercados, apoio logístico e de assessoria; (2) nas atividades agrícolas, organizar uma estrutura eficiente de comercialização daquilo que é produzido e industrializado pelos agricultores familiares. O que implica no desafio de buscar promover a agroindustrialização, pois acredita que o município possui um grande potencial para diversificar e industrializar a produção local; (3) no caso específico de Doutor Maurício Cardoso, outro potencial de desenvolvimento está no aproveitamento do potencial turístico, do Rio Uruguai.

Segundo ele, o município carece de um Plano de Desenvolvimento para o turismo local, que possa estar associado ao processo de agroindustrialização, relacionado aos dois fatores acima. Em síntese, acredita que para um município de âmbito espacial periférico se desenvolver, no atual contexto da globalização, não pode prescindir de alguma forma de organização e articulação com o mercado. Esta proposta também foi destacada por outros atores locais e especialistas. Nessa perspectiva, nos municípios pequenos, o poder público tem um papel central a desempenhar, através da articulação e promoção de políticas públicas comuns, que agreguem os atores e as instituições em prol do desenvolvimento.

Para o segundo ator local, muitos fatores são desafiadores: (1) investir na educação e profissionalização dos trabalhadores, com o objetivo de criar uma nova cultura, com vistas a desenvolver o empreendedorismo cooperativo e associativo; (2) promover política pública de harmonia entre todos os segmentos da sociedade e as potencialidades locais (recursos naturais, tecnológicos e humanos), através do planejamento coletivo; (3) fortalecer os segmentos produtivos locais; (4) incrementar a agroindustrialização como forma de desenvolvimento, através da geração de renda e emprego.

Já para o terceiro ator, representante do sistema financeiro local, o desafio está em promover o desenvolvimento, de forma que tenha como objetivo central o bem comum. Do contrário, segundo ele, estes espaços de âmbitos periféricos ficarão sempre à mercê de políticas governamentais ou de um possível investimento de empreendedores externos, reforçando a condição de inércia dos atores locais, frente à necessidade de desenvolver a criatividade e o empreendedorismo.

Por sua vez, o quarto ator, que defende o fortalecimento e a qualificação da produção primária, necessariamente, superando as dificuldades burocráticas impostas pela legislação, no aspecto fiscal, ambiental e sanitário. Para este ator, a criação e consolidação de uma marca que identifique um 'produto nosso', do lugar, com características próprias, é fundamental para expandir a comercialização e agregar renda, além de promover um desenvolvimento racional e ordenado das cadeias produtivas.

Com relação a isto, o quinto ator local, representante de uma das cooperativas locais, complementa a visão do ator anterior. Sugere como desafio, a introdução de novos arranjos produtivos com novas culturas, como a cana-de-açúcar para a produção de biocombustíveis, associada à produção de leite e ao cultivo de cítricos, para industrialização, aproveitando-se os fatores climáticos favoráveis e as inovações tecnológicas, no processo de agroindustrialização. Da mesma forma, considera que, o fundamental para o desenvolvimento local/regional é unir forças e aproveitar os recursos humanos, assim como estabelecer objetivos de interesse da coletividade. De outra forma, este ator reconhece que é necessário explorar mais a disponibilidade de recursos nas instituições financeiras, para diversas linhas de investimentos, já que esses são os melhores créditos dos últimos anos. Reforça a necessidade de melhor aproveitamento das instalações das diversas empresas do setor lácteo, no âmbito municipal e regional, como forma de agregar renda na propriedade e, com isso, gerar maior retorno de impostos para os municípios.

Esse pensamento é referendado pelo sexto ator local, o qual acredita que isso seja possível quando a visão do empreendedorismo tenha uma re-significação. Segundo ele, implica em formar lideranças políticas, assim como de organizações sociais e empresariais, além de outros atores locais, que tenham a percepção clara do grande desafio de promover a integração e cooperação, com capacidade de ações inovadoras. Entende que, as alternativas inovadoras vão além da questão puramente econômica porque o desenvolvimento sustentável não pode prescindir da formação de um qualificado capital social, no município e na região. Essa perspectiva deve ser implantada por políticas públicas, de melhorias de infra-estrutura urbana. A partir disso, é possível vencer outros desafios, como a capacidade de liderar e promover articulações de ações conjuntas com os agentes produtivos, como aglomerados industriais da região, e locais com potencial de domínio tecnológico e de mercado globalizado, como forma de expandir os mercados dos arranjos produtivos locais, que sejam sustentados por ações cooperativas, de políticas locais de desenvolvimento tecnológico, de produção, investimento, crédito e de mercado.

Para o sétimo ator ou instituição entrevistada, o desafio é acreditar na vocação regional, que é a de produzir alimentos. Sua idéia é compatibilizada com a visão dos demais atores locais, pois sugere que essa produção deve ser transformada no local. Mas, para que isso aconteça, é necessário descobrir e implantar uma forma de organização, que venha a integrar todas as cadeias produtivas locais e regionais.

Para o oitavo ator, representante do legislativo municipal, a perspectiva de desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos, como o caso de Doutor Maurício Cardoso, viria através da mudança de mentalidade dos agentes públicos do município, que se daria através da educação e redefinição dos conceitos de desenvolvimento. Além disso, concorda com alguns atores anteriores, quando defende a educação e preparação dos jovens para que essa mudança possa, efetivamente, ocorrer a longo prazo.

Por fim, na sua concepção sobre as perspectivas de desenvolvimento, o nono e último ator local, argumenta que deve haver maior empenho, vontade dos gestores e lideranças, com o fim de organizar, projetar e oportunizar ações que viabilizem a cultura e a educação, como forma de desenvolvimento econômico e social. Para este ator, a ausência de projetos de médio e longo prazo, caracterizados e bem definidos no contexto desses espaços, é resultado da acomodação e da fragilidade das instituições e agentes locais.

No quadro abaixo estão identificadas e classificadas, de forma sistematizada, as principais idéias com relação às perspectivas de desenvolvimento em âmbitos espaciais periféricos, na visão dos atores locais.

Tabela 4.4 – Sistematização das contribuições dos atores locais.

DESAFIOS	PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA VISÃO DOS ATORES LOCAIS	% DAS RESPOSTAS
Relacionados ao capital humano e social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organizar e estruturar as instituições. 2. Potencializar o aproveitamento turístico. 3. Acreditar em ações coletivas e cooperadas. 4. Formar lideranças e organizações sociais e empresariais que incentivam a integração e cooperação. 5. Acreditar na vocação e potencialidades locais/regionais. 	77,7% dos entrevistados
Relacionado à gestão pública, privada e institucional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar as atividades já existentes. 2. Capacidade de liderar e articular ações com os aglomerados industriais locais e regionais. 3. Promover políticas públicas participativas. 4. Incrementar a agroindustrialização e comercialização. 5. Aprimorar o espírito empreendedor. 6. Adequar a educação à dinâmica de desenvolvimento. 7. Diversificar a produção e expandir a comercialização. 8. Usufruir mais os recursos do sistema Financeiro. 	77,7% dos entrevistados
Desafios culturais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mudança de mentalidade. 2. Mudança de mentalidade do poder público. 	33,3% dos entrevistados
Coletivos e cooperativo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apostar no associativismo e cooperativismo. 2. Desenvolver ações cooperadas de políticas locais de desenvolvimento. 	33,3% dos entrevistados
Burocráticos e políticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecimento dos segmentos produtivos e das potencialidades locais. 2. Incentivar as atividades industriais já estabelecidas. 	22,2% dos entrevistados
Desafios ambientais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a proteção ambiental nos programas de desenvolvimento. 	11,1% dos entrevistados

Fonte: pesquisa de campo, fevereiro 2008.

4.5 Análise da respostas dos especialistas e atores locais sobre os fatores limitadores e das perspectivas de desenvolvimento

Neste item é apresentada uma análise comparativa entre as contribuições dos especialistas e dos atores locais, sobre os fatores limitadores e as possíveis perspectivas de

desenvolvimento em âmbitos espaciais periféricos, sistematizados nas quatro tabelas anteriores.

Conforme a visão dos especialistas e atores locais, sistematizados na tabela nº 01 e 02, é possível observar a existência de uma semelhança quanto aos fatores limitadores do desenvolvimento, nos espaços periféricos. Ambos identificam os fatores relacionados à gestão pública, privada e institucional, como a falta de qualificação dos recursos humanos e, a ausência e comprometimento com o plano comum de desenvolvimento. Portanto, admitem e reforçam a concepção do desenvolvimento e, que este processo, não depende apenas da disponibilidade de recursos financeiros, mas acima de tudo, que o local tenha clareza dos seus objetivos, comprometimento coletivo e capacidade de organização de forma que envolvam os diferentes setores e atores, mas que contemple, também, algumas ações que possam promover o local no contexto da sua região. Tanto para os especialistas como para os atores locais, estes fatores são importantes porque deles dependem a qualidade e eficácia da dinâmica empreendida, para almejar o desenvolvimento. Nesse contexto, os fatores de ordem culturalista, como o individualismo, o comodismo, paternalismo e dependência da ação pública, também aparecem, embora sendo menos indicados, no entanto, são muito importantes, não podendo ser relativizados. Eles podem inibir ou dinamizar o conjunto de ações capazes de promover o protagonismo social e a eficiência do desempenho das instituições. É natural que esse desempenho também tenha uma relação direta com o nível de qualificação dos recursos humanos.

O individualismo, o comodismo e o paternalismo, aliados à explícita ruptura entre o conhecimento formal curricular e o mundo onde cada pessoa se desenvolve, dão continuidade à reprodução um conhecimento fragmentado, descontextualizado da realidade local, o que representa uma dificuldade maior para a conquista dos seus objetivos. Da mesma forma, desconsidera a importância dos prazos e critérios de avaliação do desempenho das ações de desenvolvimento, dos projetos (planos, programas, etc.), que em não existindo, podem dificultar todo o processo de desenvolvimento.

Em síntese, a permanência destas limitações dificulta a formação da identidade regional, dos interesses convergentes e de uma visão ampla e clara das diversas dimensões do desenvolvimento. Dificultam, também, a superação dos problemas pontuais, como falta de infra-estrutura viária e de acesso a mercados mais dinâmicos e à tecnologia, cuja superação, demanda da qualificação e capacidade de articulação dos atores e instituições locais, na busca de recursos em instâncias superiores.

Quanto às perspectivas de desenvolvimento nos âmbitos espaciais periféricos, é possível perceber, por meio das informações apresentadas nas tabelas de nº 3 e 4, que todos os especialistas apontam como resposta de superação das carências do capital social disponível no local e na região, ou seja, dos recursos humanos disponíveis nesses espaços. Neste sentido, entendem que, principalmente, a gestão pública e privada, assim como as demais instituições precisam adotar medidas que promovam o desenvolvimento, que se sustente em ações coletivas, integradas, que capacitem a sociedade local para que, de forma racional, possa explorar as suas potencialidades. Isso implica em definir mecanismos e estratégias que devem gerar e empreender competências diferenciadas e com crescente capacidade de gerar soluções às problemáticas mais complexas e dinâmicas, do processo de desenvolvimento.

Alguns especialistas destacam a necessidade de se dar maior atenção aos desafios de ordem cultural, pois o conhecimento é substancialmente importante para aprimorar as ações propositivas e, além disso, permite conhecer com mais profundidade a disponibilidade de recursos humanos, naturais e estruturais, imprescindíveis para que possam ser traduzidos num modelo produtivo, construído a partir de um processo dialético, de transformações e desenvolvimento.

São idênticas as porcentagens entre os dois primeiros fatores relacionados aos recursos humanos e de gestão pública e privada, os mais citados, tanto pelos especialistas como pelos atores locais. Porém, enquanto para 100% dos especialistas as perspectivas dependem das condições qualitativas do capital humano e das instituições públicas, privadas ou de classe, na visão dos atores locais esse índice é de apenas 77,7%. Isto mostra que a concepção de desenvolvimento com base no referencial teórico deste trabalho, ainda não tem uma aceitação unânime pelos seus atores.

Quanto às perspectivas de ordem culturalista, como a mudança de mentalidade, tanto os especialistas como os atores locais, possuem a mesma percepção. Conforme a tabela 5.4, esse desafio é igualmente destacado pelos especialistas e atores locais entrevistados. Já, com relação às perspectivas de cunho cooperativo e associativo, onde é destacada a visão empreendedora baseada no associativismo e no cooperativismo, existe uma relativa diferença entre a visão dos especialistas e atores locais. Enquanto estes desafios são ressaltados por 55,5% dos especialistas, para os atores locais é de apenas 33,3%. Isto demonstra uma relativa diferença quanto a compreensão e a dinâmica do processo de desenvolvimento entre os dois grupos pesquisados, neste aspecto.

No entanto, apesar de existirem algumas diferenças entre as respostas dadas pelos especialistas e pelos atores locais, de modo geral, percebe-se uma relativa convergência das idéias, tanto quanto às relacionadas aos fatores limitadores do desenvolvimento destes espaços, quanto às relacionadas aos desafios que se apresentam. Da mesma forma, significa dizer que, de acordo com as respostas dadas pelos especialistas e os atores locais, é perceptível o reconhecimento por parte da comunidade local dos principais fatores que dificultam o processo de desenvolvimento e dos desafios, assim como, evidenciam uma estreita relação com as principais contribuições teóricas, apresentadas no capítulo anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o propósito de fazer uma breve reconstituição da trajetória histórica regional e do município de Doutor Maurício Cardoso, com a perspectiva de poder entender a dinâmica do desenvolvimento empreendida no município, desde o seu processo de ocupação aos dias atuais.

Inicia-se pela reconstituição histórica local e regional, pela identificação das principais iniciativas, de como evoluíram e contribuíram para o desenvolvimento local. Além disto, algumas reflexões teóricas são contempladas, à luz da revisão bibliográfica de obras que abordam as principais concepções de desenvolvimento, a partir da visão de alguns autores. O referencial teórico privilegia o debate sobre o processo de desenvolvimento dos espaços periféricos, diante do atual contexto do mundo globalizado. Por fim, são recolhidas contribuições de especialistas e atores locais, sobre a realidade local, especificamente, destacando os fatores limitadores e as perspectivas de desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos, como é o caso de Doutor Maurício Cardoso.

Sob o olhar do referencial em que se apoiou este trabalho, pode-se chegar a diversas conclusões, as quais serão elencadas a seguir.

Primeiramente, o Estado, durante a fase inicial de formação socioterritorial de Doutor Maurício Cardoso, mesmo que tenha sido o indutor do processo, teve sua atuação limitada aos aspectos de interesse geopolítico. Sendo assim, coube à sociedade, com suas próprias condições, materiais e imateriais, assumir o protagonismo da dinâmica organizacional empreendida no município, que teve na bagagem cultural dos imigrantes os elementos substantivos para construir seus ativos necessários à organização socioeconômica e produtiva com relativa autonomia e, acima de tudo, para dar forma ao desenvolvimento de uma sociedade que se constituiu com uma intensa vida comunitária, de caráter interiorano.

A segunda conclusão diz respeito ao avanço do processo de modernização, que provocou mudanças na dinâmica do sistema de produção e organização social local, constituído na primeira fase da colonização. Nesse processo, observa-se que a sociedade foi perdendo, gradativamente, um dos seus ativos mais importantes, ou seja, a sua capacidade de

auto-organização. Nessa fase, o Estado passou a atuar como indutor do modelo industrialista, empreendendo sua dinâmica, no local, através da introdução da monocultura, modelo socioeconômico associado ao grande capital privado. Neste contexto, redefine as estruturas econômicas e sociais, criadas por iniciativas da sociedade local durante o período da colonização que, aos poucos, dando novas formas econômicas e organizativas à sociedade mauriciense. Isso simbolizou o início de um processo de re-significação do local, ou seja, o início de um processo de maior dependência econômica e política, além da relativa perda do domínio territorial local, frente aos objetivos de um Estado centralizador, que priorizava suas ações para consolidar o modelo agro-exportador, se refletiu fortemente no município de Doutor Maurício Cardoso.

Assim, concluí-se, também que, a modernização agrícola, ao beneficiar apenas uma parte da sociedade local, para a maioria trouxe desconforto socioeconômico, gerado pela destituição de seus ativos estruturantes iniciais e, junto com eles, a perda gradativa do empoderamento territorial local. Os resultados concretos evidenciaram a descapitalização, o empobrecimento e o êxodo rural, da grande maioria dos pequenos agricultores familiares.

Diante disso, na década de 80 surgem novas formas de organização da sociedade local e regional, como modo de reação às conseqüências do modelo agrícola e, pela redemocratização do país. Isso ocorreu a partir de movimentos sindicais, cooperativas, igrejas, assim como do meio intelectual, que se sensibilizou com os problemas enfrentados pela classe trabalhadora. Nesse sentido, se verificou uma contradição de interesses entre as instituições e segmentos organizados da sociedade local. Se, de um lado, algumas instituições locais exerceram grande esforço para manter as comunidades fortes e organizadas, pois viam nelas um dos principais meios de resistência contra a exclusão, por outro, outras instituições, como poder público, cooperativa e empresas privadas continuaram dando suporte ao modelo vigente. Neste caso, para as cooperativas a situação era paradoxal, pois apesar de terem suas estruturas montadas para atender o modelo monocultor, as mesmas tiveram relativa preocupação com os pequenos agricultores, no sentido de incentivar a diversificação da produção, através da rotação de culturas, associada à produção de leite. Porém, a resistência da sociedade local e a falta de empenho de outras instituições relativizaram este esforço, mantendo-se a continuidade do modelo³¹.

Nesse contexto, é possível afirmar que a sociedade mauriciense teve participação ativa, o que oportunizou o surgimento de importantes lideranças, nas diversas instituições que

³¹ Além disso, considere-se a pressão do capital internacional para implementar seus interesses econômicos, financeiros e de mercado.

se empenhavam na luta por melhores condições de vida, as quais tinham como pauta dos movimentos reivindicatórios, o acesso à terra, melhores preços para os produtos, juros para financiamentos e elaboração de uma política agrícola específica, para os pequenos agricultores familiares.

A quarta conclusão é, talvez, a mais importante, uma vez que as principais iniciativas inovadoras e de reação da sociedade local partiram da comunidade de Esquina Londero e foram motivadas pela concepção mais contextualizada do desenvolvimento sustentável que esta comunidade construiu ao longo do tempo. O reconhecimento da sua trajetória histórica de desenvolvimento, permite-lhe ser considerada atualmente, pela sua forma de atuação e posicionamento frente aos problemas e desafios, como a mais dinâmica do município.

A capacidade e dinâmica empreendida com estes objetivos estiveram sedimentadas na religiosidade, no intenso convívio comunitário e no aprimoramento das relações de confiança (PUTANM, 2006) entre as pessoas deste lugar, antes e depois da modernização agrícola. Isto reforça o referencial teórico, que mostra que o desenvolvimento, não pode ser visto a partir da dimensão econômica, mas a partir de um conjunto de iniciativas que privilegiam também, os aspectos sociais, culturais e ambientais. Foi deste meio que surgiram as primeiras alternativas de desenvolvimento, de forma associativa e cooperativa, entre os moradores, e de onde surgiram, também, projetos inovadores, como os de micro-bacias, de produção de leite, de questão ambiental e de agroindustrialização.

Assim, na década e 80, desenvolveu-se na comunidade uma mudança de mentalidade, porém encontraram muita resistência de outros setores, como o mercado e as instituições conservadoras, que eram sustentadas por forças políticas, também conservadoras, no âmbito local³². Ou seja, a capacidade inovadora e a mudança de mentalidade, desenvolvida por algumas comunidades e instituições, acabaram limitando-se ao seu meio.

Nesta perspectiva, é possível concluir que, importantes iniciativas inovadoras podem evoluir através da valorização dos aspectos qualitativos como de trabalho coletivo e associativo, a questão ambiental e justiça social, que o desenvolvimento ocorre substancialmente, a partir da mudança de mentalidade e da dinâmica empreendida pelo local. É o caso da comunidade de Esquina Londero que, pela sua capacidade de organização social, reafirma que o desenvolvimento decorre de um processo aberto, sistêmico e dinâmico,

³² Tem-se claro que as representações político-institucionais locais não agem por iniciativa própria, exclusivamente. Reproduzem intencionalidades e interesses constituídos por autores que atuam inter-escalarmente.

conforme já exposto no referencial teórico deste trabalho, assim como na visão dos especialistas e atores locais.

No entanto, se o referencial teórico mostra a necessidade de uma articulação entre as instituições intra-municipais e regionais, não foi o que se verificou na realidade do município de Doutor Maurício Cardoso. A concepção inovadora de desenvolvimento se restringiu a uma comunidade e, apenas, a algumas instituições, não chegando a ser unanimidade em todo o município. Essa ruptura e a falta de sinergia entre os atores e instituições criam uma lacuna, que fragiliza o capital social e o relacionamento institucional local. Assim, reafirmam e dão veracidade ao que é exposto no referencial teórico deste trabalho, para o qual estes fatores, como a capacidade dos recursos humanos, a articulação entre as instituições e atores locais e regionais, o desenvolvimento de uma cultura de cooperação e menos clientelista são imprescindíveis, da mesma forma que reiteram o pensamento dos especialistas e atores locais, quando atribuem a estes fatores, as principais causas da limitação do desenvolvimento em âmbitos espaciais periféricos.

Outra afirmação referendada pela literatura e, principalmente, pela visão dos especialistas e atores locais, é que os âmbitos espaciais periféricos se depararam com os desafios colocados pelo ajuste, decorrente da nova dinâmica do sistema econômico imposto pela globalização, segundo Buarque (2006, p. 34-41) que, embora acontecendo de forma verticalizada, pode favorecer a mudança da estrutura produtiva local em vigor, no caso a monocultura. O desafio é, então, atuar no sentido de promover a mudança de mentalidade da sociedade e de suas instituições, para que sejam mais eficientes, diante das novas exigências socioeconômicas e ambientais, da atualidade. Para que isso seja possível, a comunidade mauriciense não poderia prescindir da adoção de medidas, que visem o aproveitamento do potencial de desenvolvimento existente no território, sejam eles humanos ou naturais ou, até mesmo, a busca de parceria com outros municípios da região, para desenvolver projetos regionais.

Considerando esta argumentação, para que o município consiga chegar mais próximo ao desenvolvimento desejado, um dos objetivos fundamentais é modificar sua forma de inserção na estrutura de dominação/dependência global/regional. Nessa perspectiva, para Buarque (2006), o desenvolvimento local implica em re-significar o papel do território, re-significando a mentalidade e forma de conduzir o processo de desenvolvimento, de maneira que este atue como marco instituidor de arranjos sociais, ligados aos pertences territoriais dos atores, o qual está sendo atualmente favorecido pelo processo de descentralização político-

administrativa. Assim, quanto maior a densidade das relações sociais, instituídas localmente, melhores serão as possibilidades de controle do processo de desenvolvimento, por seus atores e instituições. Esse é o desafio maior.

Isso possibilita que o desenvolvimento local seja resultado de ações coletivas, que englobam os problemas socioeconômicos e ambientais, assim como de um processo de reeducação, que convença as pessoas e as instituições locais, tanto públicas como privadas, a agirem de forma articulada, de maneira a agregar valor às cadeias produtivas locais, através da agroindustrialização e da expansão do mercado. Assim, será possível relativizar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento, imposto pelo modelo monocultor e, exclusivamente, de produção primária, que apesar de ter sido bom para um pequeno grupo de famílias, poderá vir a criar perspectivas de desenvolvimento para as famílias que foram excluídas deste processo.

Outro grande desafio para os espaços periféricos, como o caso de Doutor Maurício Cardoso, é o de como inserir-se no atual contexto regional e globalizado, para atender minimamente suas demandas e melhorar a sua capacidade competitiva. De acordo com a literatura trabalhada, a globalização, apesar de criar alguns problemas para estes espaços, também criou novas possibilidades. Para tanto, é imprescindível que a sociedade local saiba reconhecer as deficiências e potencialidades da mesma, para entender que a dinâmica do processo pode ser vista a partir da constante reflexão e reavaliação do desenvolvimento, assim como das formas que estabeleceram seus vínculos internamente e com o global. Isso pode re-significar cada momento da trajetória histórica de desenvolvimento, além de aprimorar a tomada de consciência, de pertencimento e, assim, consolidar, definitivamente, um processo alternativo de desenvolvimento que, para Buarque (2006), pode ser um processo endógeno de mudança, o qual leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, dessas pequenas unidades territoriais.

Porém, a superação destes desafios supõe outro desafio, que é a capacidade de elaborar uma proposta aglutinadora do complexo institucional territorial local e do desenvolvimento das redes de cooperação, com seus atores em âmbito regional. Todavia, esta estratégia deve ir além da capacidade auto-organizativa da sociedade civil, e atribuir ao poder público e às Universidades, parte desta responsabilidade, já que estas, com apoio do poder público, podem contribuir através do desenvolvimento de pesquisas e projetos, além de fazer com que as instituições locais possam desenvolver suas ações com maior racionalidade.

Conforme Vergara (2004), o poder público necessita, no entanto, de uma requalificação, no que diz respeito aos seus instrumentos, as suas funções e ao respeito aos princípios democráticos. Da mesma forma, Fernández (2001) entende que a requalificação dos instrumentos do Estado e do poder público local, é imprescindível para promover o desenvolvimento integral, não somente pensado para um punhado de arquipélagos que resultam nas hierárquicas e assimétricas redes globais pós-fordistas.

No contexto atual, o desafio é que o município de Doutor Maurício Cardoso reconstrua laços sociais e relações de solidariedade, a partir de um projeto social local/regional. Isso significa que, as instituições e os atores devem se requalificar, para que o território também seja requalificado, de maneira que as potencialidades locais possam ser exploradas racionalmente, sob os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

De acordo com o ponto de vista epistemológico, assim como dos resultados da pesquisa de campo apresentadas neste trabalho, as redes institucionais desses espaços necessitam compreender os novos paradigmas de desenvolvimento, onde estão pautados os princípios da sustentabilidade e da endogenização, para poderem transformar e melhorar os padrões do atual modelo, pois assim como está constituído, político e economicamente, relativiza o espaço e o poder local³³.

No município, essa tendência foi explicitada no resultado da pesquisa realizada entre os atores locais, onde se verificou coerência entre o que pensam as lideranças locais e o que se propõe no referencial teórico e na visão dos especialistas.

Portanto, parafraseando Boisier (2005), o desenvolvimento local/regional só é possível quando o local inserir-se, relativamente, de acordo com as suas potencialidades e limitações no mundo globalizado e, desde que desencadeie um processo de (re) construção e (re) apropriação do seu território, a partir da compreensão dos novos paradigmas. Esta nova forma de apropriação do espaço dar-se-á pela ocupação e uso do território local, a partir das políticas, dos interesses, das racionalidades e valores econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade, podendo ser em âmbito local e/ou regional.

O outro desafio é de ordem culturalista e se refere à necessidade de, gradativamente, formar uma nova mentalidade que possa traduzir-se em tomada de consciência, de busca constante por novos conhecimentos, por parte da sociedade local, com o propósito de colocar

³³ Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as potencialidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2006, p.25).

fim às relações clientelistas. Isso significa abrir-se para uma visão pró-ativa e desenvolver o sentimento de pertencimento e formação da sua identidade local. A tomada de consciência com respeito à territorialidade, pelas pessoas, pelas instituições e pelos atores locais poderá se constituir num meio de levá-los ao empoderamento local, além de delinear perspectivas e ações de desenvolvimento, construídas a partir dos interesses locais consensuais.

Muitos dos problemas e potencialidades locais possuem dependência de processos distantes e, até, desconhecidos pelo município. A interação e troca de externalidades com outros espaços pode contribuir para situar o município num âmbito mais amplo e estabelecer mecanismos de negociação, com os municípios vizinhos (BUARQUE, 2006, p. 34). Porém, o que se percebe é que, “os atores locais e suas instituições atuam com um nível e qualidade de informações limitadas ao seu espaço, não captando a complexidade e a relevância dos fatores externos (decisivos para seu futuro), no que se refere tanto às oportunidades quanto às ameaças” (BUARQUE, 2006, p. 55). O desafio é re-valorizar alguns aspectos importantes, como por exemplo: ampliar a sinergia, como forma de superar as deficiências do capital humano, das instituições públicas e privadas, assim como estreitar e qualificar as relações entre os diversos atores locais e regionais.

O segundo grande desafio refere-se à formação de um pacto socioterritorial local, formatado a partir de elementos de grande relevância, como a relação de confiança e de solidariedade entre os atores, através de um o projeto político de desenvolvimento local, articulado regionalmente. O município de Doutor Maurício Cardoso, assim como os demais âmbitos espaciais periféricos, necessita de acumulação de poder político, capaz de se efetivar através da ação recíproca, entre o conserto social e a descentralização, principalmente política, que dê liberdade à tomada de decisões. A identificação dos interesses coletivos, em âmbito local e regional, pode dar significativa contribuição para tornar o espaço local e regional competitivo, no atual contexto da globalização.

Portanto, o desafio de planejar o desenvolvimento local significa, também, resolver obstáculos conflituosos e, por conseqüência, exige muita habilidade de negociação entre os atores, para produzir consensos. Segundo Dallabrida (2004) a negociação ocorre entre os atores com interesses reais e distintos, mas conciliáveis. O consenso é o resultado dessa negociação, em que os atores comparam o custo de ceder alguma coisa, com o benefício de receber outra, em troca. Apresenta-se como um planejamento participativo, que respeita as diferenças sem anulá-las, e quando o confronto deve ser superado pela ‘dialética do jogo

democrático', de forma que a cooperação seja validada pela luta política, no conflito, e pela sobrevalorização das relações sociais virtuosas.

No entanto, o que se percebe no município de Doutor Maurício Cardoso é a existência de uma cultura individualista e restrita ao local. Esta condição expõe a fragilidade dos recursos humanos, citados pelos especialistas e atores locais, como o principal fator limitador do desenvolvimento. Porém, esta condição não é exclusiva de Doutor Maurício Cardoso, fazendo com que os desafios dos atores e instituições locais sejam, também, um desafio para integrar os atores e instituições regionais, num projeto mais amplo, de onde se busque as forças e alternativas para promover a inserção no espaço global. Diante disso, se apresenta para Doutor Maurício Cardoso o grande desafio de saber como definir os mecanismos e estratégias que deverão ser adotados localmente, para a formação de sujeitos que acumulem competências diferenciais e, com crescentes capacidades de gerar soluções a problemáticas mais complexas e dinâmicas. Definidos os mecanismos e estratégias, caberá estabelecer coletivamente a estratégia de desenvolvimento, considerada mais adequada.

Para a definição de tal estratégia, é necessário avançar nos estudos, procurando identificar os recursos específicos que o município de Doutor Maurício Cardoso possui. Outra questão seqüencial seria definir as possibilidades de transformação destes recursos em ativos específicos, ou seja, alternativas de desenvolvimento que apresentem um diferencial local. Assim, por apresentar este diferencial, tais alternativas, em tese, oportunizariam um maior potencial de autonomia local, com maior agregação de valor às suas atividades, além de manter o máximo possível da identidade local (DALLABRIDA, 2000). Reconhece-se, entretanto, que esta questão precisa ser aprofundada, merecendo novas investigações.

Outra preocupação implícita neste trabalho, e que ficou relativizada nas análises, é a questão da proximidade de Doutor Maurício Cardoso com o município de Horizontina. Esta preocupação parte do princípio de que, a presença da multinacional John Deere está sendo um substantivo atrativo para a maioria dos jovens de Doutor Maurício Cardoso. O objetivo era investigar se realmente a obsessão por estes empregos tem desmotivado os jovens a assumirem atividades inovadoras, na sua propriedade, junto com a família, ou se o problema está na ausência de iniciativas dos atores locais e na falta de perspectivas de desenvolvimento local. No entanto, esta externalidade ficou relativizada neste estudo. A resposta para essa questão ficou em aberto, já que será necessário um novo processo de investigação, pois a questão é complexa e demanda um estudo investigativo mais específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBIX, G., ZILBOVÍCIOS, M., ABRAMOVAY, R., (Org) **Razões e ficções do desenvolvimento**, São Paulo, Ed. UNESP, 2001.

AROCENA, José, **El Desarrollo Local: um desafio contemporâneo**. 1995.

BAQUERO, M., CREMONESE, D. (Org.), **Capital social, teoria e prática**, Ijuí – RS, Ed. Unijuí, 2006.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**, FEE/UFRGS, Porto Alegre, 2002.

BASSO, D. Capital social e estratégias de reprodução das famílias rurais. In: BAQUERO, M., CREMONESE, D. (Orgs) **Capital social, teoria e prática**, Ed. Unijuí, Ijuí, 2006.

BASSO, D., DELGADO N. G., NETO, B. S. Estudos de Trajetórias de Desenvolvimento Rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, Desenvolvimento em questão**, Ano 1, nº 1 – Jan/jun 2003, Ed. Unijuí – RS, p. 73-105

BECKER, Dinizar F. A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo. In: **Redes**, v. 6, n. 3, p. 7 – 46, set/dez. 2001, Santa Cruz do Sul: Edunisc.

BECKER, Dinizar F. **REDENEP: Rede de Estudos, Planejamento e Gestão Local-Regional do Desenvolvimento**. Lajeado: UNIVATES, 2000.

BECKER, Dinizar F., BANDEIRA, Pedro S. (Org) **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**, vol. 1, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

BECKER, Dinizar F., WITTMANN, Milton L. (Org). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

BERCOVICI, G. **Dilemas do Estado Federal Brasileiro**, Editora Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2004.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**, Ijuí, Ed.Unijui, 1997.

BOISIER, S. Modernidad y Territorio. Santiago de Chile: **ILPES – Instituto Latinoamericano y Del Caribe de Planificación económica y Social**, 1995, (Cuadernos del ILPES nº 42).

BRUM, A. J. e TRENNEPOHL, V. L. **Agricultura brasileira – formação, desenvolvimento e perspectivas**, Editora Unijuí, Série Textos Didáticos, 3ª Ed., Ijuí – RS, 2005.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**, Ed. Vozes, co-edição Editora Unijuí, 24ª Ed., Petrópolis, RJ, 2005.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável – Metodologia de planejamento**, 3ª Ed. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2006.

CALLEGARO, S. S. e NETO, B. S. Agricultura, Demanda Agregada e Desenvolvimento em Municípios Rurais. In: **Desenvolvimento em questão - Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania**, Ano 2, nº 3 – Jan/jun 2004, Ed. Unijuí – RS, p. 71-93

CAMARGO, A. B. A., Atualidade do federalismo: tendências internacionais e a experiência brasileira, In: **Propostas para uma Gestão Pública Municipal Efetiva**, (Org) VERGARA, S. C. e CORRÊA, V. L. A., Editora FGV, Rio De Janeiro, 2004.

CHRISTENSE, T. N. S. Horizontina – História e memória, GRAFICASA – Gráfica e Editora Ltda, Fevereiro, 2007.

CHRISTENSEN, T. N. S. **Santa Rosa Histórias e Memórias (1876 – 2004)**, Editora Palloti, Porto Alegre, 2008.

CORRÊA R. L. **O Espaço Urbano**, 4ª Ed., Editora Ática, São Paulo, 2003.

DALLABRIDA, V. R. **O Desenvolvimento Regional: a necessidade de novos paradigmas**, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

DALLABRIDA, Valdir R. **Região/Território**. In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 139-141 e 161-162.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, F. D. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. In: **Desenvolvimento em questão - Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania**, nº 2 – jul./dez. Ed. Unijuí – RS, 2003, p. 73-97.

DALLABRIDA, V. R. Planejamento Regional: algumas observações teóricas e análise da prática. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 9, n.1, p. 37-61. Jan./abr. 2004.

DALLABRIDA, Valdir R.; FERNANDÉZ, Victor R. Inovação, território e desenvolvimento. In: CARVALHO, J. R e HERMANNNS, K. **Políticas e desenvolvimento regional do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

EMPRESAS SCHNEIDER LOGEMANN, **Schneider Logemann 50 anos**, L & PM Editores, Lapa, SP, 1995.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Prefeitura Municipal de Doutor Maurício Cardoso, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **Doutor Maurício Cardoso - Um Resgate Histórico**, 1996).

FRANTZ, W. **Reflexões e Apontamentos sobre cooperativismo**, Coleção Cadernos Unijuí, Série Cooperativismo, Editora Unijuí, 2007.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**, Companhia das Letras, 34ª Ed., São Paulo, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, **Código Estadual do Meio Ambiente**, Lei nº 11.520/2000

KLEIN, J. L. Iniciativa local y desarrollo: respuesta a la globalización neoliberal In: **Revista Eure**, vol. XXXI, nº 94, p 25-39, Santiago de Chile, diciembre, 2005.

LYRA, J. F. C. **Por que Reformar as Instituições?** in: Revista do Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento, Gestão e Cidadania, janeiro/março 2003, p. 193-216.

MACHADO, J. A. P. **Schneider Logemann 50 anos**, Porto Alegre: L& PM Editores S. A., 1995.

NAVARRO, M. Gobernanza descentralizada y desigualdade: uma aproximación institucional, In: **Revista Instituciones y Desarrollo**, nº 16/2004, págs 307-334, Barcelona, España. www.iigov.org.

PETRONE, Maria Tereza S. **O Imigrante e a pequena propriedade (1824 -1930)**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução Luis Alberto Monjardim, 4ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectiva da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**, Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. da FURB, Blumenau, 1999.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento – análise de um modelo de Interação entre regional e global** – A experiência da Grande Santa Rosa, Ijuí – RS, Ed. Unijuí, 1999.

SACHS. I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**, Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2004)

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**, 16ª Ed., Editora Record, Rio de Janeiro, 2008.

SCHALLENBERGER, E. e HARTMANN, H. R. **Nova Terra, Novos Rumos**, Barcelos Livreiro e Editor, Santa Rosa, 1981.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard (coord.), **Dicionário do Desenvolvimento Regional**, Ed. Edunisc, Santa Cruz do Sul, RS, 2006.

SILVA, G. B. Estado de derecho y desarrollo econômico: aportes y limitaciones de los análisis neoinstitucionales. In: **Revista Instituciones e Desarrollo**. N.12-13 (2002) p.193-221. Corsega 255, 5º 1º 08036. www.iigov.org.

TRENNEPOHL, D. **A SLC no contexto da história de Horizontina**, Departamento de Ciências Sociais, Editora Unijuí, 1995.

VEIGA, José E. **Desenvolvimento sustentável – o desafio do séc. XXI**, Rio de Janeiro, Garamond 2005.

VERGARA, S. C e CORRÊA, V. L. A. (Org), **Proposta para uma gestão pública municipal efetiva**, Editora FGV, 2ª Ed., Rio de Janeiro, 2004.

ANEXOS

ANEXO I

PESQUISA REFERENTE A PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Professor Coordenador: Dr. Valdir Roque Dallabrida

Alunos pesquisadores: Valdenir Dotto – Marília Wilges

1- IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A):

Nome:

Nível e tipo de formação:

Profissão de atuação:

2- OBJETIVO DAS ENTREVISTAS: Investigar e sistematizar a posição de especialistas, a partir de entrevistas com questões abertas, sobre os desafios que justificam as limitações e quais as perspectivas de desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos, ou seja, municípios e/ou regiões situados periféricamente (longe dos centros mais dinâmicos social e economicamente).

3- NOSSA COMPREENSÃO DE DESENVOLVIMENTO:

Desenvolvimento, entendido como um processo de mudança estrutural, empreendido por uma sociedade situada histórica e geograficamente, capaz de promover a dinamização econômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população.

4- PERGUNTAS:

2.1 Segundo sua opinião, quais os fatores limitadores e/ou desafios para o desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos?

2.2 Segundo sua opinião, quais as perspectivas de desenvolvimento de âmbitos espaciais periféricos, no atual contexto da globalização?

ANEXO II

Vista aerea da comunidade de Esquina Londero e do sistema de conservação de solo em microbacias hidrográficas.



Dia de campo para demonstração do sistema de conservação de solo, experiência inovadora no Estado. Reuniram-se mais de 4 mil pessoas e diversas instituições de todo Estado do Rio Grande do Sul.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)